

Departamento de Desenvolvimento Social
Divisão de Coesão Social

**DIAGNÓSTICO SOCIAL
DE OEIRAS
2023**



Ficha Técnica

Título: Diagnóstico Social (2023)

Coordenação Estratégica:

Presidente do CLAS de Oeiras, Vereadora Teresa Bacelar

Coordenação Técnica:

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social, Luís Afonso

Chefe de Divisão de Coesão Social, Ivone Afonso

Autoria: Equipa Técnica do Município de Oeiras: Departamento de Desenvolvimento Social/ Divisão de Coesão Social:

Carla Martingo

Cristina Correia

Margarida Simão

Miriam Santorum.

Capa e ilustração: Gabinete de Comunicação, Município de Oeiras

Editor: Município de Oeiras

Mensagem do Presidente da CMO

Oeiras tem-se assumido como um território de excelência, com reconhecimento nacional e internacional, como o refletem os diversos prémios e galardões com que tem vindo a ser distinguido.

Tal não seria possível sem a presença e importante contributo de todas as entidades com sede ou intervenção neste concelho, destacando aqui todas as que contribuem para a construção de um concelho socialmente desenvolvido e coeso, fazendo frente às fragilidades que ainda encontramos em termos socioeconómicos.

A Rede Social de Oeiras é um pilar para uma intervenção colaborativa, integrada e coordenada, tão necessária quando abordamos problemas sociais complexos.

O Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social são instrumentos estratégicos, importantes e necessários para a definição de prioridades, programas e atividades que tenham em conta o completo bem-estar de todas as pessoas que residem, trabalham e/ou estudem em Oeiras e que são a razão pela qual trabalhamos diariamente.

Congratulo todas as pessoas e entidades que participaram neste processo e que estes documentos constituam o reforço para uma intervenção social concelhia ainda mais dinâmica e coesa.

O Presidente

Isaltino Morais

Mensagem da Presidente do CLAS

Os tempos mais recentes têm sido de uma exigência extrema para as organizações, públicas e privadas, mas também para as pessoas que residem, estudam ou trabalham em Oeiras.

A pandemia do Covid-19 veio agravar assimetrias socioeconómicas previamente existentes, mas, também, originar novas situações de vulnerabilidade, afetando famílias e pessoas que, até aqui, tinham a sua vida estruturada, fazendo face aos desafios que o dia-a-dia tantas vezes coloca. Muito embora Oeiras seja um concelho de referência ao nível do desenvolvimento social e da inovação nos mais diversos campos, subsistem importantes desafios que acompanham a dinâmica e a mutabilidade dos problemas sociais complexos.

Neste enquadramento, a Rede Social de Oeiras assume-se como uma resposta integrada e coordenada, beneficiando do dinamismo e compromisso das diferentes entidades que a compõem, sem esquecer a centralidade e o necessário protagonismo das pessoas no desenho e implementação de respostas e soluções. Está presente no concelho de Oeiras desde 2002, contribuindo não apenas para a minimização de situações de vulnerabilidade socioeconómica, mas, também para a construção de um concelho socialmente mais desenvolvido, coeso e igualitário.

A partir do conhecimento das entidades que integram a Rede Social de Oeiras, de uma consulta alargada a outras entidades e, não menos importantes, aos municípios de Oeiras, o presente diagnóstico tem como objetivos identificar os constrangimentos e as potencialidades de um território que é de referência em termos de desenvolvimento e inovação. Para além de apresentar o concelho em termos sociais, o presente documento, estratégico e estruturante, sustenta a construção do Plano de Desenvolvimento Social para o período 2023-2027, definindo áreas e ações prioritárias para a construção de um concelho socialmente mais desenvolvido, coeso, igualitário e inovador.

Este percurso de sucesso que Oeiras tem trilhado apenas é possível graças ao contributo, compromisso e participação de entidades, públicas e privadas, com sede /intervenção no

concelho, mas, também, das pessoas que aqui residem, trabalham, estudam ou, simplesmente, visitam.

Oeiras é de todos, todos somos Oeiras.

A Presidente do CLAS,

Teresa Bacelar

Nota Introdutória

O Diagnóstico Social é um importante instrumento de planeamento que permite conhecer a realidade social e, a partir desse conhecimento planear a intervenção ao nível do desenvolvimento social, de forma mais realista e adequada às necessidades existentes. É, assim, um documento enquadrador que permite lançar pistas para definir as estratégias a serem implementadas e os caminhos a percorrer de forma a reduzir as assimetrias sociais existentes no concelho de Oeiras.

A construção deste documento foi um processo marcado por diversos aspectos inovadores, nomeadamente:

- o envolvimento de diversas entidades sociais nas diferentes etapas de processo de construção e elaboração do documento, como melhor explicado na nota metodológica;
- o facto de terem sido ouvidas, pela primeira vez, as empresas sediadas no concelho de Oeiras, no âmbito da sua responsabilidade corporativa, reconhecendo, desta forma, o seu importante contributo no desenvolvimento social do município;
- a auscultação realizada aos municíipes sobre as áreas que consideram de intervenção prioritária as medidas a implementar pelo município, tendo sido analisadas mais de 800 respostas.

Nesta conformidade, o Diagnóstico Social de Oeiras de 2023, que agora se apresenta, encontra-se dividido em cinco partes:

- Parte I – enquadramento da Rede Social e, especificamente, da Rede Social de Oeiras ao nível da sua constituição e dos documentos de planeamento que sustentam a sua atividade;
- Parte II – apresentação de indicadores de caracterização demográfica e socioeconómica do concelho de Oeiras;
- Parte III – análises das respostas dadas pelas entidades sociais no questionário aplicado;

- Parte IV – apresentação dos dados recolhidos no questionário aplicado às empresas no âmbito da sua intervenção ao nível da responsabilidade corporativa;
- Parte V – análise das respostas dadas pelos municípios ao questionário aplicado.

Nota Metodológica

A construção do Diagnóstico Social de Oeiras (2023) iniciou-se com a criação de uma equipa técnica do Departamento de Desenvolvimento Social que quis garantir, desde o início, que este processo fosse participado, não só ao nível da recolha de informação como em todas as suas etapas.

Nesta conformidade, o Diagnóstico Social de Oeiras (2023) resulta da informação recolhida através da Matriz de Indicadores aprovados na reunião da Supraconcelhia da Grande Lisboa e Oeste da Rede Social, mas, também, da elaboração de três instrumentos de recolha de informação aplicado às entidades sociais, às empresas no âmbito da responsabilidade social corporativa e aos municípios.

De igual forma, foi lançado o desafio às entidades sociais do Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Rede Social de Oeiras, para criar um grupo de trabalho alargado que participasse na definição da metodologia de trabalho a utilizar e na construção de alguns dos instrumentos de trabalho. Aceitaram este desafio as entidades que abaixo se listam e que agradecemos, desde já, pelo importante contributo dado na boa prossecução deste processo:

- Apoio – Associação de Solidariedade Social;
- Associação Médica de Gerontologia Social;
- Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Algés;
- Instituto da Segurança Social, I.P;
- Junta de Freguesia de Barcarena;
- Junta de Freguesia de Porto Salvo;
- Rotary Club de Oeiras;
- Santa Casa da Misericórdia de Oeiras;
- União de Freguesias de Carnaxide e Queijas;
- União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Foi igualmente realizada uma reunião com diferentes unidades orgânicas do Município de Oeiras, para apresentação do processo e da Matriz de Indicadores apresentada pela Segurança Social, de forma a garantir que os indicadores de caracterização do Município apresentados pudessem ser enriquecidos com outros dados relevantes.

O Concelho de Oeiras tem um tecido empresarial significativo pelo que se considerou ser de extrema relevância, para a construção do Diagnóstico Social de Oeiras, a elaboração de um questionário a ser aplicado a empresas parceiras do então Programa Oeiras Solidária (atual Oeiras Community Valley) com o objetivo de aferir a percepção sobre o trabalho que realizam no âmbito da Responsabilidade Social no território de Oeiras. A construção deste questionário contou com o apoio daquela Equipa.

Por último, foi considerado de extrema relevância que no âmbito da elaboração deste documento de planeamento da Rede Social de Oeiras fossem ouvidos, pela primeira vez, os munícipes, dando assim oportunidade para eu se pronunciem sobre as áreas de intervenção social que consideram requerer maior investimento, bem como as medidas a implementar para suprir as necessidades identificadas.

Para este efeito, foi criado um questionário online, amplamente divulgado nas redes sociais municipais e através *flyers*, com o apoio do Gabinete de Comunicação do Município de Oeiras.

Índice

Ficha Técnica	ii
Mensagem do Presidente da CMO	iii
Mensagem da Presidente do CLAS	iv
Nota Introdutória	vi
Nota Metodológica	viii
Índice	x
Índice de Tabelas	xiii
Índice de Gráficos	xv
Índice de Imagens	xvii
Glossário de Siglas	xviii

PARTE I - O PROGRAMA REDE SOCIAL NO QUADRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Programa Rede Social	2
1.1. A Rede Social de Oeiras	4
1.1.1. Os Conselhos Locais de Ação Social e as Comissões Sociais de Freguesia.	5
1.1.2. Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local	5
1.1.3. Plano de Desenvolvimento Social	6
1.2. Composição da Rede Social de Oeiras	6
1.2.1. Conselho Local de Ação Social de Oeiras	7
1.2.2. Comissões Sociais de Freguesia	8
1.2.3. Grupos de Trabalho Temáticos	9
1.3. A Rede Social de Oeiras: Boa Prática	9

PARTE II - DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE OEIRAS

2. Dados de Caracterização do Concelho de Oeiras	12
2.1. População Residente	13
2.2. Educação e Formação	30
2.3. Emprego, Desemprego e Rendimentos	34
2.4. Mobilidade e Transporte	43
2.5. Atividade Económica	45
2.6. Segurança	46

PARTE III - ENTIDADES DO TERCEIRO SECTOR

3. Caracterização das Entidades Públicas e Privadas do Terceiro Sector	51
3.1. Dados de Identificação das Entidades	52
3.1.1. Localização da Sede	52
3.1.2. Ano de início da atividade	53
3.1.3. Tipo de entidade e natureza jurídica	54
3.1.4. Financiamento das entidades	55
3.1.5. Área geográfica de atuação	56
3.1.6. Número de pessoas acompanhadas pela entidade	57
3.1.7. Áreas de intervenção da entidade	58
3.1.8. Membros da Rede Social de Oeiras	60
3.1.9. Grupos de Trabalho	61
3.2. Análise da Intervenção da Entidade	62
3.2.1. Pontos Fortes	62
3.2.2. Dificuldades Identificadas	65
3.2.3. Fatores Externos – Oportunidades	68
3.2.4. Fatores Externos – Ameaças	71
3.2.5. Prioridades	73

PARTE IV - EMPRESAS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

4. Empresas no Âmbito da Responsabilidade Social	77
4.1. Localização da Empresa	78
4.2. Número de Trabalhadores da Empresa	78
4.3. Relação com as entidades sociais do concelho de Oeiras	79
4.4. Iniciativas/medidas criadas no âmbito da Responsabilidade Social da Empresa	80
4.5. Recursos adicionais a serem mobilizados para apoiar as entidades sociais locais	81
4.6. Serviços prestados pelas Entidades Sociais	82
4.7. Estratégias para fortalecimento da relação colaborativa	84

PARTE V - MUNÍCIPES

5. Municípios	87
5.1. Caracterização da Amostra	88
5.2. Áreas de intervenção social prioritárias	89

PARTE VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. Considerações Finais	100
-------------------------------	-----

PARTE VII – ANEXOS

7. Dados de caracterização do concelho de Oeiras	104
8. Caracterização das entidades do terceiro setor	170
9. Respostas sociais	184
10. Empresas no âmbito da responsabilidade social	188
11. Municípios	195

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dimensão média (N.º) dos agregados domésticos privados por Local de residência	17
Tabela 2- Famílias unipessoais segundo os Censos: total e com 65 e mais anos	17
Tabela 3 - Pessoas estrangeiras entre a população residente (%) 2021	20
Tabela 4 - Oeiras, principais nacionalidades, 2021	20
Tabela 5 – População residente, com 15 e mais anos, com deficiência e/ou incapacidade, por local de residência, 2021	23
Tabela 6 – Oeiras, processos de promoção e proteção, 2022 e 2023	24
Tabela 7 – Oeiras, distribuição dos processos de promoção e proteção por freguesia, 2022-2023	25
Tabela 8 – Oeiras, tipologia das situações de perigo, 2022 e 2023	26
Tabela 9 - Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, 2001-2021	27
Tabela 10 - Subsídio por assistência à 3.ª pessoa 2001-2021.....	28
Tabela 11 - Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social: total e por sexo, 2001-2021	29
Tabela 12 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário, 2021	30
Tabela 13 - População residente com 15 ou mais anos, por nível de ensino completo, 2021	31
Tabela 14 - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, 2021	32
Tabela 15 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico – proporção (%), 2021	33
Tabela 16 - População residente com 15 ou mais anos, por condição perante o trabalho, 2021.....	34

Tabela 17 – Oeiras, população empregada (Nº), profissão (Grande grupo CPP, 2021) ...	35
Tabela 18 – Taxa de desemprego por local de residência, 2021	36
Tabela 19 - Taxa de desemprego (%) da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos por Local de residência, Sexo, 2021	37
Tabela 20 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição, 2022	38
Tabela 21 - População não ativa por motivo, 2021	39
Tabela 22 - Oeiras, População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por sexo, Grupo etário e Fonte de rendimento, 2021	40
Tabela 23 – Ganho médio mensal dos/as trabalhadoras/es por conta de outrem: total e por sexo, 2021	40
Tabela 24 - Ganho médio mensal de trabalhadores/as por conta de outrem: total e por setor de atividade económica, 2021,.....	41
Tabela 25 - Indicadores do rendimento bruto declarado no IRS por município, 2021	42
Tabela 26 - Oeiras, Duração média dos movimentos pendulares (minutos) da população residente empregada ou estudante por Local de residência, 2021	44
Tabela 27 - Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime, 2021	47
Tabela 28 – Atendimentos a vítimas de crime, acompanhadas pelo GAV Oeiras, 2021-2023	49
Tabela 29 – Questionário Entidades – Pontos Fortes – Dimensão “Organização”	64
Tabela 30 – Questionário Entidades – Pontos Fortes – Dimensão “Externa à Entidade”..	65
Tabela 31 – Questionário Entidades – Dificuldades Identificadas - Dimensão “Organização”	67

Tabela 32 – Questionário Entidades – Dificuldades Identificadas - Dimensão “Conjuntura”	67
Tabela 33 – Questionário Entidades – Dificuldades Identificadas - Dimensão “Externa à Entidade”	68
Tabela 34 – Questionário Entidades – Oportunidades Identificadas - Dimensão “Organização” ...	69
Tabela 35 – Questionário Entidades – Oportunidades Identificadas - Dimensão “Externas à Entidade”	70
Tabela 36 – Questionário Entidades – Ameaças Identificadas - Dimensão “Organização”	72
Tabela 37 – Questionário Entidades – Ameaças Identificadas - Dimensão “Externas à Entidade”	73
Tabela 38- Questionário Municípios – Áreas de Intervenção	89
Tabela 39- Questionário Municípios – Áreas de Intervenção por Faixa Etária	91
Tabela 40- Questionário Municípios – Áreas de Intervenção por Nível de Escolaridade..	92
Tabela 41- Questionário Municípios – Áreas de Intervenção por Sexo	93
Tabela 42- Questionário Municípios – Áreas de Intervenção por área de residência	94

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Oeiras, População residente (N.º), por sexo e grupo etário, 2021	14
Gráfico 2 - População residente (N.º) por Local de residência Sexo, Grupo etário, 2021	15
Gráfico 3 - Oeiras, Núcleos familiares monoparentais, 2021	18
Gráfico 4 - Oeiras, Índice de envelhecimento, 2021	19

Gráfico 5 - Oeiras, Pessoas deslocadas da Ucrânia ao abrigo de Proteção Temporária, idade e sexo, a 1 de agosto de 2023	21
Gráfico 6 – Evolução da população sem-abrigo, 2018-2023.	22
Gráfico 7 - Distribuição do número de agregados fiscais por escalões de rendimento bruto declarado, 2021	43
Gráfico 8 – Oeiras, População residente empregada, que vive no alojamento a maior parte do ano (N.º) por Local de residência, Sexo, principal meio de transporte, 2021	44
Gráfico 9 - Oeiras, População residente estudante, que vive no alojamento a maior parte do ano (N.º) por Local de residência, Sexo, principal meio de transporte, 2021	45
Gráfico 10 - Oeiras, Empresas não financeiras: total de empresas por sector de atividade económica e pessoal ao seu serviço, 2021	46
Gráfico 11 – Questionário Entidades – Localização da Sede	52
Gráfico 12 – Questionário Entidades – Ano de início da atividade	53
Gráfico 13 – Questionário Entidades – Tipo de Entidade	54
Gráfico 14 – Questionário Entidades – Fontes de Financiamento	55
Gráfico 15 – Questionário Entidades – Área geográfica de atuação (Localidades)	56
Gráfico 16 – Questionário Entidades – Número de pessoas acompanhadas	58
Gráfico 17 – Questionário Entidades – Áreas de Intervenção das Entidades	59
Gráfico 18 – Questionário Entidades – Membros da Rede Social de Oeiras	60
Gráfico 19 – Questionário Entidades – Grupos de Trabalho	61
Gráfico 20 – Questionário Entidades – Pontos Fortes – Dimensão “Organização”	64
Gráfico 21 – Questionário Entidades – Prioridades identificadas pelas Entidades de acordo com o grau de importância atribuído	75
Gráfico 22 – Questionário Empresas – Localização da Empresa	78

Gráfico 23 – Questionário Empresas – Número de Trabalhadores 79

Gráfico 24 – Questionário Empresas – Relação com Entidades Sociais 90

Índice de Imagens

Imagen 1 – Mapa do concelho de Oeiras	12
Imagen 2 - Portugal, participações de Violência Doméstica (N.º), 2022	48
Imagen 3 – Questionário Entidades – Pontos Fortes	63
Imagen 4 – Questionário Entidades – Dificuldades Identificadas	66
Imagen 5 – Questionário Entidades – Oportunidades Identificadas	69
Imagen 6 – Questionário Entidades – Ameaças Identificadas	71
Imagen 7 – Questionário Entidades – Prioridades identificadas e exemplos de respostas dadas pelas Entidades	74
Imagen 8 – Questionário Empresas – Iniciativas criadas no âmbito da Responsabilidade Social..	81
Imagen 9 – Questionário Empresas – Recursos adicionais a mobilizar	82
Imagen 10 – Questionário Empresas – Recursos das Entidades Sociais a mobilizar	83
Imagen 11 – Questionário Empresas – Estratégias para fortalecer relação colaborativa	84
Imagen 12 – Questionário Municípios – Caracterização da Amostra	88
Imagen 13- Questionário Municípios – Medidas com maior frequência de resposta	96

Glossário de Siglas

AE – Agrupamentos Escolares

AML – Área Metropolitana de Lisboa

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CMO – Câmara Municipal de Oeiras

CSF – Comissão Social de Freguesia

CSIF – Comissão Inter Freguesias

ERPIs – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

JI – Jardins de Infância

MO – Município de Oeiras

NE – Núcleo Executivo

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

POS – Programa Oeiras Solidária

RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados

RSI – Rendimento Social de Inserção

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

UFALCD – União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo

UFCQ – União de Freguesias de Carnaxide e Queixa

UFOPAC – União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias

PARTE I

O Programa Rede Social no quadro das Políticas Públicas

1. O PROGRAMA REDE SOCIAL

O Programa Rede Social foi implementado em Portugal na sequência da Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro¹, com vista a impulsionar um trabalho de parceria alargada, incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho¹, veio regulamentar a rede social, definindo o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais.

A Rede Social assume uma postura ativa ao suscitar a participação das entidades que atuam, sobretudo, no domínio social. Enquanto espaço de articulação e congregação de esforços, baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar, estendendo o convite às entidades com fins lucrativos.

A ação do Programa Rede Social prossegue para a concretização dos seguintes objetivos:

- Desenvolvimento de parcerias efetivas e dinâmicas entre entidades públicas e privadas que articulam a intervenção social dos diversos agentes locais;
- Planeamento integrado e sistemático, gerador de sinergias, competências e amplificador de recursos a nível local;

¹ Consultado em: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1666&tabela=leis&ficha=1&pagina=1
<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2006-140094861-139891115>

- Incremento da eficiência nas ações desenvolvidas pelo conjunto de respostas sociais no concelho e nas freguesias.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, e procuram evitar o desperdício de recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas. De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores, que se identificam:

- **Princípio da Integração**

Este princípio identifica a necessidade de uma atuação conjunta entre as diferentes organizações que operam num dado território, bem como entre os três grandes pilares do desenvolvimento territorial (economia, ambiente e social).

- **Princípio da Articulação**

Este princípio decorre do primeiro e concretiza a necessidade de articular a intervenção dos diferentes atores locais que operam num mesmo território, de forma horizontal, simplificada, participada e corresponsável.

- **Princípio da Subsidiariedade**

O princípio da subsidiariedade traduz uma ideia de proximidade às populações, aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de modo a envolver os destinatários das intervenções na definição do seu próprio processo de desenvolvimento e de modo a obter ganhos efetivos em termos de eficácia, eficiência e impacto das medidas.

- **Princípio da Inovação**

Este princípio representa o reconhecimento do tipo de sociedade atual, caracterizada pela volatilidade e por um ritmo de mudança sem precedentes na história da Humanidade, o que acarreta novas exigências às organizações e aos indivíduos, no sentido de se adaptarem e criarem respostas organizacionais inovadoras e em conformidade com estas exigências.

- **Princípio da Igualdade de Género**

O planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e ações quer na avaliação do impacto. A importância da questão da igualdade está alicerçada no pressuposto de que uma maior igualdade de género tem impactos positivos em diversos sectores da vida social, económica, cultural e política, nomeadamente:

- a nível macroeconómico, contrariando os efeitos negativos do envelhecimento da população por via da atenuação da falta de mão-de-obra e de competências em algumas profissões e do contributo para o crescimento pela base da pirâmide demográfica, fazendo com que as opções de natalidade não estejam sujeitas a constrangimentos laborais ou materiais;
- a nível microeconómico, considerando-se que uma organização do trabalho mais flexível e que tem em conta a família, favorece a redução do absentismo e potencia a produtividade e competitividade das empresas e das regiões;
- a nível sociocultural, sendo que uma maior participação política e cívica das mulheres e o igual acesso a direitos e oportunidades contribuem para uma sociedade mais coesa e mais justa.

- **Princípio da Corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil**

No plano metodológico, e em resposta ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, este Programa assenta no princípio da corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

1.1 A Rede Social de Oeiras

No Concelho de Oeiras, a implementação do Programa Rede Social remonta a 2002, e ao longo destes anos a articulação e atuação em parceria, constitui o suporte onde

assenta a evolução deste programa e contribui para a ativação das diversas respostas e otimização dos recursos.

É com base nesta perspetiva que foi proposto aos concelhos, que implementam o Programa Rede Social, que desenvolvam os seguintes produtos:

➤ **Formalização das estruturas de parcerias:**

- Conselhos Locais de Ação Social (CLAS);
- Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF) e;
- Outros grupos de trabalho ou temáticos, de acordo com a realidade de cada concelho.

➤ **Documentos de Planeamento:**

- Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local;
- Plano de Desenvolvimento Social (PDS).

1.1.1 Os Conselhos Locais de Ação Social e as Comissões Sociais de Freguesia

Os CLAS e as CSF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

1.1.2 Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local

A elaboração do Diagnóstico Social concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios para o recenseamento dos problemas, a identificação das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o Diagnóstico Social. Trata-se de construir um sistema de informação, que permita a atualização periódica da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à análise e aprofundamento do Diagnóstico Social.

1.1.3 Plano de Desenvolvimento Social

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) concretiza-se a partir do Diagnóstico Social elaborado e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local, sendo que ambos os processos de trabalho devem ser participados, negociados e contratualizados entre os parceiros. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

Neste enquadramento é possível aumentar a eficiência na resolução das problemáticas identificadas, incrementar o número de projetos locais, tendo por base a economia de esforço, recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhe dizem respeito, numa lógica de empoderamento individual, coletivo e organizacional.

1.2 Composição da Rede Social de Oeiras

A Rede Social de Oeiras é composta por:

- Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Oeiras, que integra o Plenário e respetivo Núcleo Executivo (NE);
- Comissões Sociais de Freguesia;
- Grupos de Trabalho Temáticos.

1.2.1 Conselho Local de Ação Social de Oeiras

O Conselho Local de Ação Social de Oeiras, criado em 2003, é o fórum constituído por entidades públicas e privadas, que aderiram à Rede Social de Oeiras, e que de forma concertada atuam na procura de soluções aos problemas sociais que vão sendo identificados. Este programa começou em Oeiras com 50 entidades parceiras e, em 2023, são 209 os parceiros que intervêm, ou estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento social no concelho.

Objetivos do Conselho Local de Ação Social de Oeiras:

- Contribuir para a minimização ou erradicação da pobreza e exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social local;
- Promover a formação de uma consciência coletiva e responsável dos problemas sociais;
- Concorrer para a produção e aprofundamento do conhecimento sobre a situação social no concelho;
- Fomentar a articulação e atuação concertadas entre os organismos.

Princípios orientadores do Conselho Local de Ação Social de Oeiras:

- Prioridade às pessoas e grupos sociais atingidos pela pobreza e exclusão social;
- Participação das populações no processo de desenvolvimento social;
- Parceria, cooperação e partilha de responsabilidades entre as várias entidades;
- Complementaridade na atuação e intervenção local.

Composição do Conselho Local de Ação Social de Oeiras:

- O Presidente da Câmara Municipal;
- Os/as presidentes das CSF;
- O/a Conselheiro/a Municipal para a Igualdade de Género;

- As entidades ou organismos do sector público nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde e administração interna;
- Representantes das entidades sem fins lucrativos;
- Representantes das entidades com fins lucrativos desde que deliberadas em sessão de CLAS.

Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Oeiras:

O Núcleo Executivo é o órgão de gestão responsável pela dinamização da Rede Social. É composto por sete elementos, eleitos pelas entidades do CLAS. Para o triénio 2022/2025 integram o Núcleo Executivo as seguintes entidades:

- Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras;
- Câmara Municipal de Oeiras;
- APCL- Centro Nuno Belmar da Costa;
- Centro Social Paroquial de Oeiras;
- Instituto de Segurança Social – Setor Oeiras/Cascais;
- União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias;
- Atlântica – Instituto Universitário;

1.2.2. Comissões Sociais de Freguesia

As Comissões Sociais de Freguesia (CSF) são constituídas por entidades que intervêm no desenvolvimento social da respetiva freguesia. No Concelho de Oeiras existem cinco Comissões Sociais de Freguesia:

- CSF da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias;
- CSF da União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz-Quebrada/Dafundo;

- CSF da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas;
- CSF da Freguesia de Barcarena;
- CSF da Freguesia de Porto Salvo.

1.2.3 Grupos de Trabalho Temáticos

Os Grupos de Trabalho Temáticos, num total de sete, foram constituídos no âmbito das atividades do CLAS e da priorização das áreas de atuação, para a definição, execução e monitorização dos projetos e intervenções estruturantes, estando organizados segundo os seguintes eixos e composição:

- Pessoas Idosas;
- Crianças e Jovens;
- Deficiência e Incapacidade;
- Núcleo de Planeamento e Intervenção com Sem-Abrigo de Oeiras;
- Rede Integrada de Oeiras contra a Violência;
- Rede Integrada de Oeiras para as Migrações e Interculturalidade;
- Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional.

1.3 Rede Social de Oeiras: Boa Prática

A Rede Social de Oeiras, enquanto modelo de organização e de trabalho em parceria, entre entidades públicas e privadas locais, com o propósito de potenciar maior eficácia na implementação de respostas sociais que visam a melhoria da qualidade de vida das comunidades e das pessoas, é considerada como uma boa prática pela Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De igual forma, são instrumentos fundamentais para a prossecução deste modelo, o Diagnóstico Social, o

Plano de Desenvolvimento Social e os subsequentes Planos de Ação com uma periodicidade anual. A atuação da Rede Social de Oeiras contribui para os seguintes objetivos de desenvolvimento sustentável:



PARTE II

Dados de Caracterização do Concelho de Oeiras

2. DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE OEIRAS

O concelho de Oeiras, com uma área de 45,88 km², situa-se numa posição estratégica e de interface na Área Metropolitana de Lisboa (AML), na margem norte do rio Tejo, sendo delimitado a oeste pelo concelho de Cascais, a noroeste e norte pelo concelho de Sintra, a nordeste pelo concelho da Amadora, a este pelo concelho de Lisboa e a sul pelo rio Tejo, perfazendo uma frente ribeirinha com cerca de 9 Km de extensão.

Imagen 1 – Mapa do concelho de Oeiras

Área Metropolitana de Lisboa



A sua localização geográfica privilegiada, o rico património histórico e cultural, os seus parques e jardins únicos, são alguns dos atrativos de um município que trabalha em prol do completo bem-estar de quem ali vive e trabalha, mas, também de quem o visita ao longo de todo o ano, com particular expressão durante a época balnear.

Existem ainda, todavia, situações de fragilidade socioeconómica e de desigualdades que requerem uma abordagem integrada e coordenada, com os agentes locais a desempenharem um papel chave no Conselho Local de Ação Social, não apenas no combate à exclusão social, mas, também, na construção de um concelho mais igualitário, mais seguro e desenvolvido.

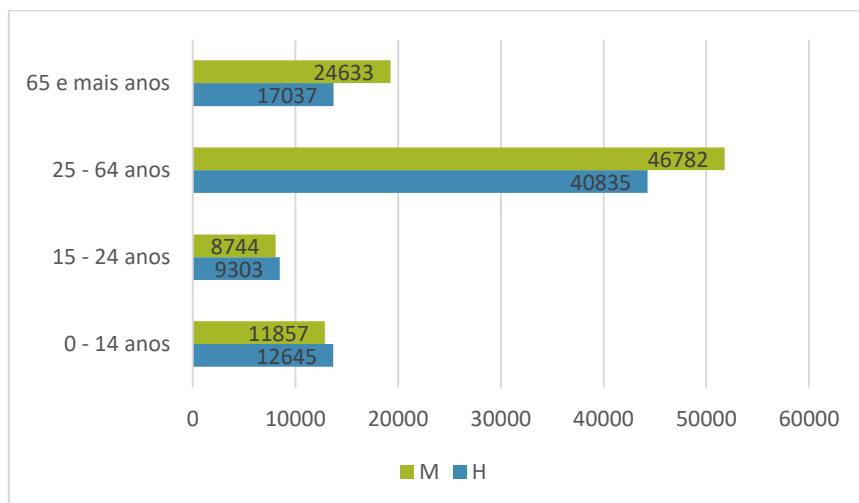
Neste sentido, e para um melhor conhecimento da realidade, na segunda parte deste documento são apresentados um conjunto de indicadores de caracterização da população residente e do concelho de Oeiras, com base na Matriz de Indicadores aprovados em reunião da Supraconcelhia da Grande Lisboa da Rede Social de 13 de abril de 2021, e que incidem em 12 áreas: Rendimentos e condições de vida; Emprego e Desemprego; Atividade Económica; Educação e Formação; Proteção e Ação Social; Habitação; Demografia; Saúde; Ambiente; Cultura; Segurança e Participação.

2.1 População Residente

De acordo com dados do Censos 2021, residiam no concelho de Oeiras 171 658 habitantes, o que representa uma diminuição de cerca de 0,2% relativamente a dados de 2011. O concelho de Oeiras apresenta, assim, uma densidade populacional de 3 744 habitantes por km².

No gráfico infra apresenta-se uma distribuição da população residente por faixa etária e sexo.

Gráfico 1 - Oeiras, População residente (N.º), por sexo e grupo etário, 2021

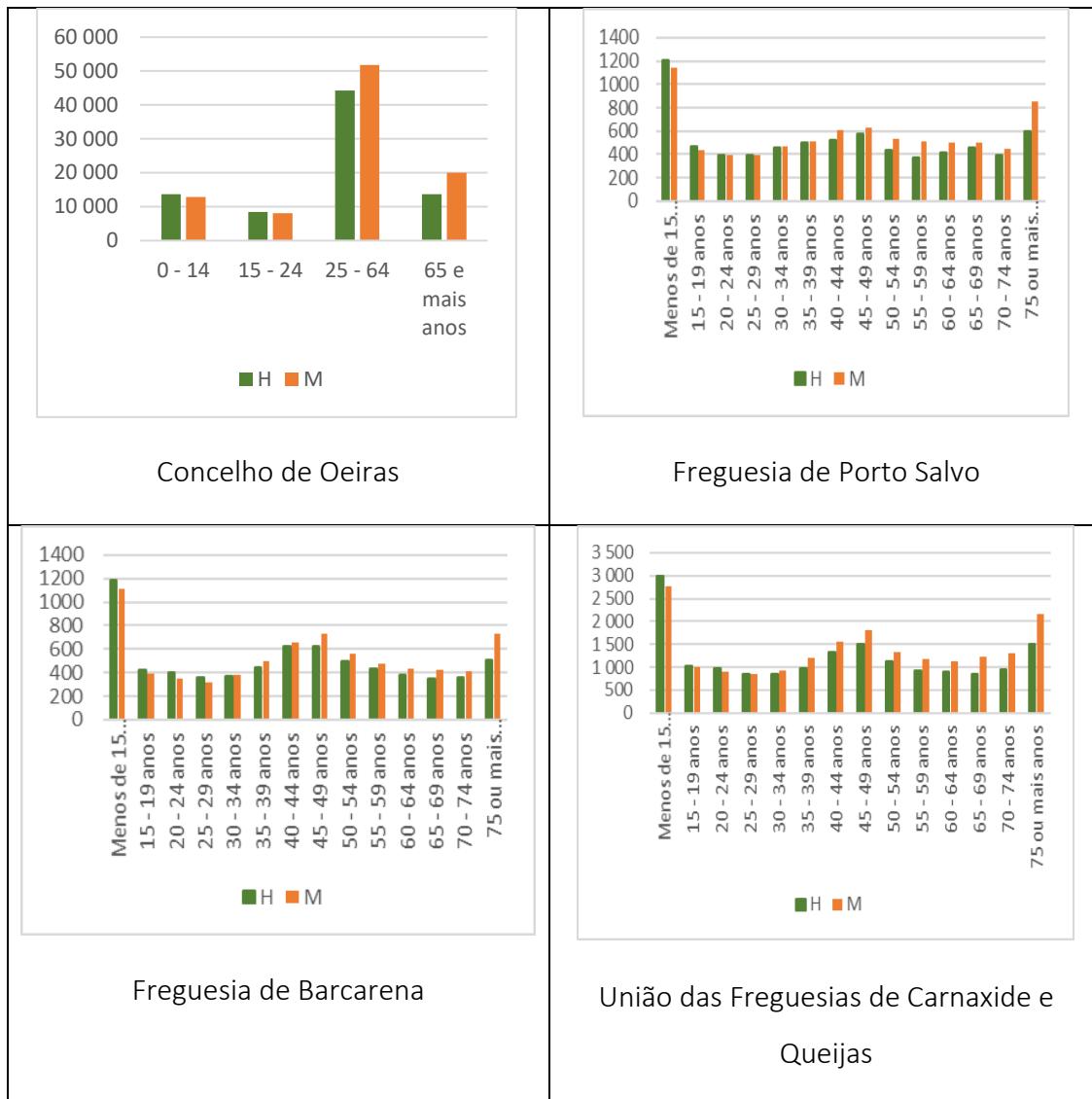


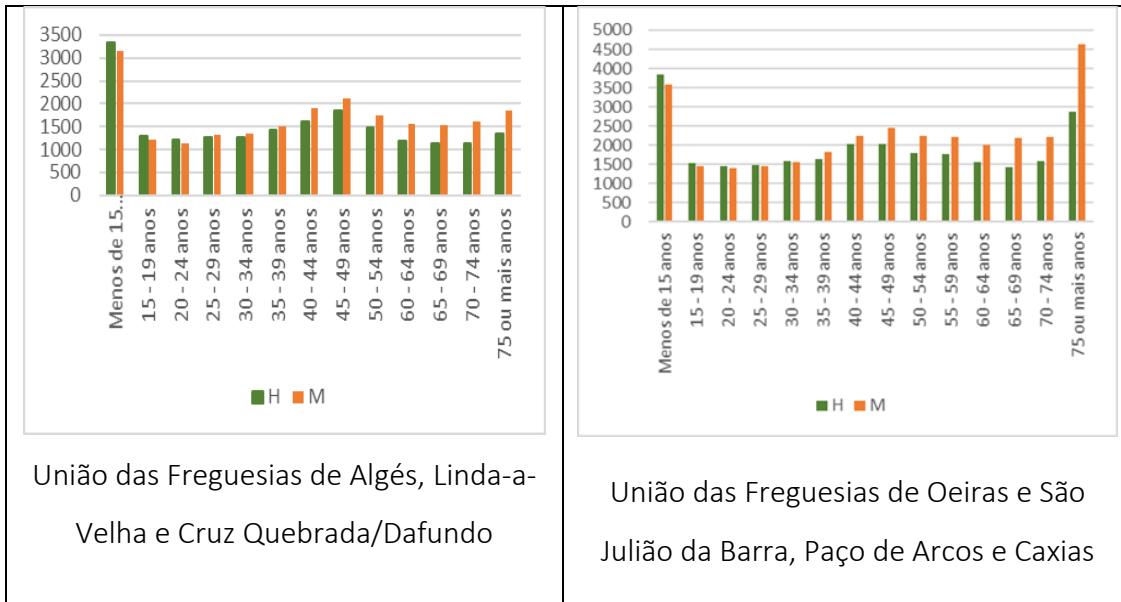
Fonte: INE, Recenseamento da população e da habitação – Censos 2021

Os dados apresentados mostram que 51% dos municípios se situa na faixa etária entre os 25-64 anos, contudo as pessoas residentes com 65 e mais anos representam já 24% da população, sendo que a idade média dos/as residentes no concelho é de 44,9 anos. De acordo com o gráfico apresentado é possível verificar, ainda, que entre as faixas etárias 0-14 anos e dos 15-24 anos existe um maior número de pessoas do sexo masculino, contudo nas faixas etárias 25-64 anos e 65 e mais anos o número de mulheres é consideravelmente superior. No gráfico 2, infra, apresenta-se a distribuição da população por local de residência.

Gráfico 2 - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] Sexo,

Grupo etário





Fonte: INE, Recenseamento da população e da habitação – Censos 2021

Em termos da distribuição da população por faixas etárias e por Freguesias/Uniões de Freguesias de residência, verifica-se que na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias o número de pessoas residentes com 75 e mais anos é o mais elevado, e que na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo reside o maior número de pessoas com menos de 15 anos de idade.

Outro indicador analisado é o estado civil da população residente, verificando que 48% da população é solteira, 35% é casada, 6% é divorciada e 10% é viúva².

Relativamente à dimensão média dos agregados domésticos privados⁴, verifica-se que no concelho de Oeiras este indicador é inferior à média nacional e da AML.

² Gabinete de Inteligência Territorial (GIT)/CMO (2022) Destaque Estatístico n.º 92 – Censos 2021 – População.

⁴ O agregado doméstico privado inclui quem partilha a casa e as principais despesas, podendo os indivíduos ter ou não laços familiares. Também se incluem neste conceito as pessoas que vivem sozinhas.

Tabela 1 - Dimensão média (N.º) dos agregados domésticos privados por Local de residência

Local de residência (à data dos Censos 2021)	N.º
Portugal	2,46
Área Metropolitana de Lisboa	2,38
Oeiras	2,33

Fonte: INE, Recenseamento da população e da habitação - Censos 2021

Consequentemente aos dados apresentados anteriormente, verifica-se um aumento do número de famílias clássicas unipessoais, nos últimos vinte anos, com especial expressão no grupo etário com 65 e mais anos.

Tabela 2- Famílias unipessoais segundo os Censos: total e com 65 e mais anos

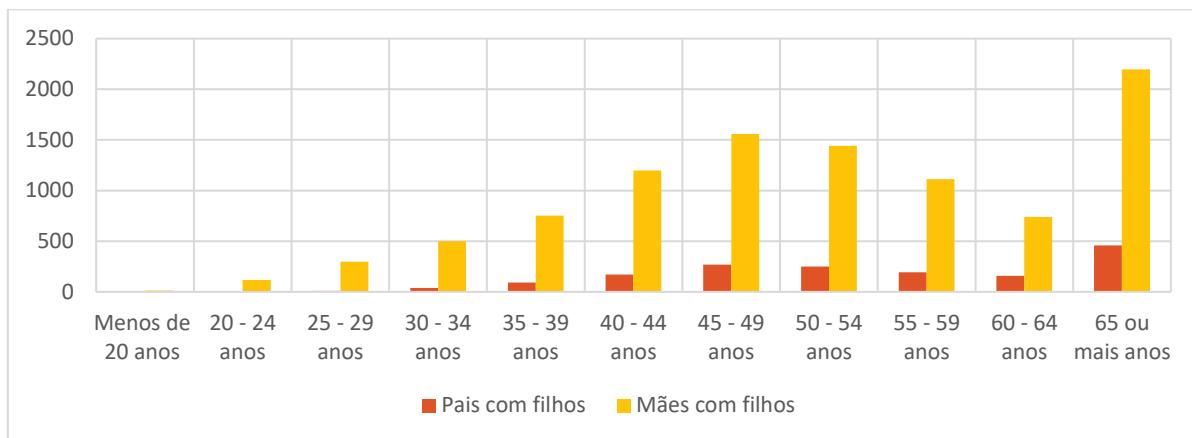
Famílias clássicas unipessoais				
Anos	Total		65+	
	1981	2021	1981	2021
Portugal	379 245	1 027 871	196 978	517 146
Área Metropolitana de Lisboa	121 148	336 274	45 328	155 272
Oeiras	5 981	22 114	1 597	10 866

Fonte: INE, Recenseamento da população e da habitação - Censos 2021

Em Oeiras, entre 1981 e 2021 houve um aumento significativo de famílias clássicas unipessoais (cerca de 269%), em especial as do grupo etário com 65 e mais anos (580%). Este aumento é superior ao verificado na AML, isto é, de 177% destas famílias e, dentro destas, de 242% no grupo etário com 65 e mais anos.

Relativamente aos núcleos familiares monoparentais com filhos, que totalizam 11 574 dos agregados residentes no concelho de Oeiras, é possível verificar através da análise do gráfico infra, que 86% é constituído por mulheres com filhos.

Gráfico 3 - Oeiras, Núcleos familiares monoparentais, 2021



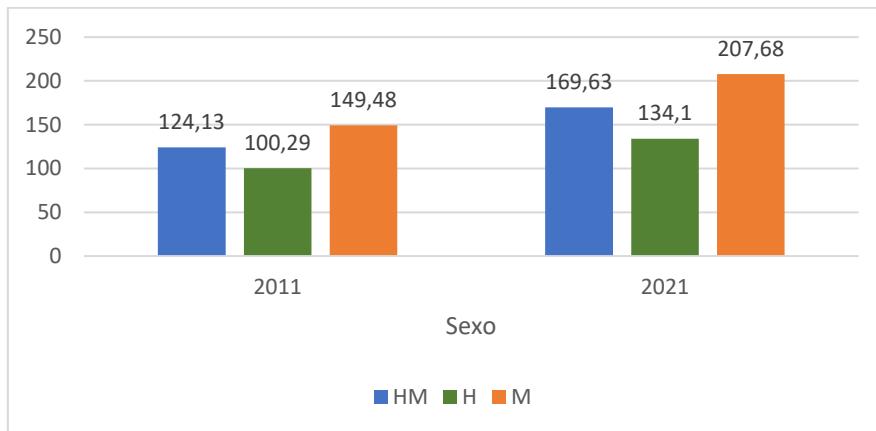
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

• População Idosa

Uma análise comparativa dos resultados dos Censos 2011 e 2021 mostra o aumento da idade média dos/as residentes (41,99 anos em 2011 e 44,91 anos em 2021), bem como do índice de envelhecimento³ (124,7 em 2011 para 167,3 em 2021).

³ O índice de envelhecimento consiste na relação entre a população idosa e a população jovem, definida pelo quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idade entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100).

Gráfico 4 - Oeiras, Índice de envelhecimento, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

De realçar, igualmente, que o índice de dependência de idosos, ou seja, o número de idosos por 100 pessoas em idade ativa, aumentou de 30,2, em 2011, para 39,1 em 2021.

Os dados apresentados evidenciam o aumento da população idosa ao longo dos últimos anos, o que coloca importantes desafios às respostas existentes na adequação às necessidades deste grupo etário.

- **População Migrante**

Outro dado de extrema relevância é o referente à população estrangeira residente no concelho de Oeiras, que representa 6,86% (14 070 indivíduos) do total de residentes, oriundas de mais de 100 países. Esta percentagem é superior à média nacional, apesar de se encontrar dois pontos percentuais abaixo da média da AML.

Tabela 3 - Pessoas estrangeiras entre a população residente (%) 2021

Local de residência	HM	H	M
Portugal	5,24	5,4	5,1
AML	8,86	9,09	8,66
Oeiras	6,86	6,81	6,91

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Ainda, de acordo com os dados apresentados na tabela infra, em 2021, o Brasil e Cabo Verde eram as nacionalidades mais representadas em Oeiras.

Tabela 4 - Oeiras, principais nacionalidades, 2021

País	HM	H	M
Brasil	5 653	2 525	3 128
Cabo Verde	1 399	689	710
Itália	764	396	368
Espanha	630	309	321
China	453	238	215
Angola	431	182	249
Roménia	409	182	227
Ucrânia	395	156	239
França	367	197	170
Alemanha	271	148	123
Total Oeiras	14 070	6 681	7 389

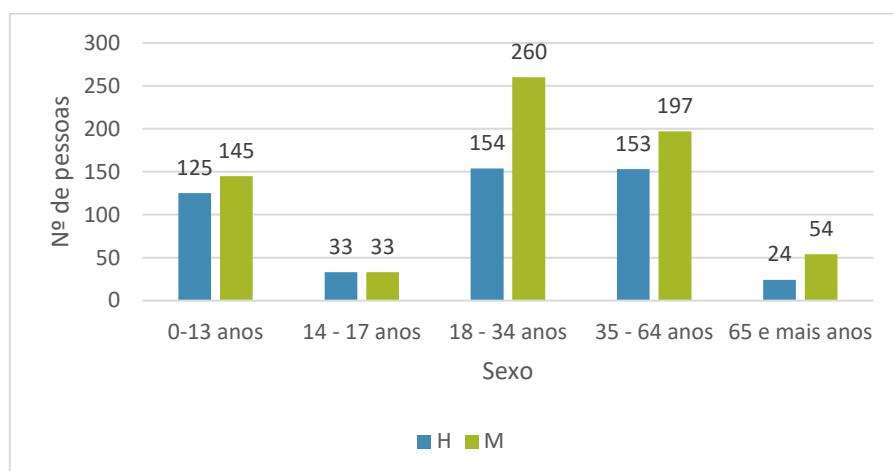
Fonte: Relatório SEF, 2023 (com base nos dados dos Censos 2021)

A invasão da Ucrânia pela Rússia, a 24 de fevereiro de 2022, e a consequente vaga de refugiados/as, teve também impacto no número de estrangeiros a residir em Oeiras. A 1

de agosto de 2023, encontravam-se registados 1 270 pedidos de proteção temporária com morada de residência no concelho de Oeiras.

Os dados apresentados em gráfico infra mostram, igualmente, que o maior número de pedidos de proteção foi feito por mulheres na faixa etária dos 18-34 anos.

Gráfico 5- Oeiras, Pessoas deslocadas da Ucrânia ao abrigo de Proteção Temporária, idade e sexo, a 1 de agosto de 2023



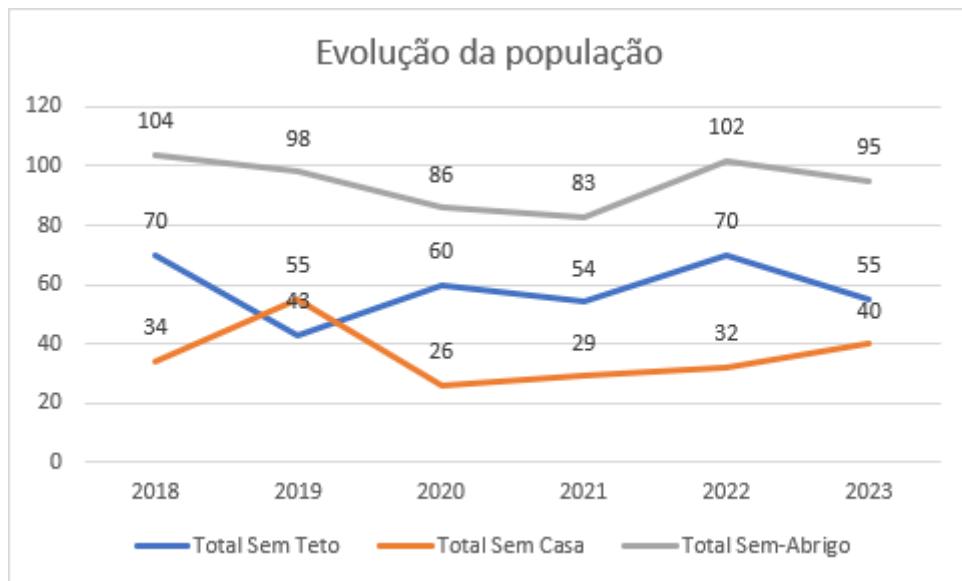
Fonte: GAPLIM/ACM, I.P, 2023

Por último, referir que do total de 1 608 094 portugueses que já residiram no estrangeiro por um período contínuo de pelo menos um ano, e que regressaram a Portugal, 31 483 residem em Oeiras, sendo 54,9% mulheres e 45,1% homens, provenientes maioritariamente de Angola, Moçambique e Brasil.

- **População em situação de sem-abrigo**

No âmbito da intervenção do Núcleo de Planeamento e Intervenção com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (NPISA) de Oeiras, foi realizado um estudo de caracterização da população em situação de sem-abrigo no concelho de Oeiras, entre 2018-2023.

Gráfico 6 – Evolução da população sem-abrigo no Concelho de Oeiras (2018-2023)



Fonte: NPISA de Oeiras, 2023

Os dados, apresentados no gráfico mostram que a 31 de dezembro de 2018, encontravam-se 104 pessoas, no Concelho de Oeiras, em situação de sem-abrigo, das quais 70 pessoas encontravam-se em situação de sem teto (vivendo no espaço público, em abrigos de emergência ou em locais precários) e, ainda, 34 pessoas em situação de sem casa (encontrando-se em centros de acolhimento temporário, em apartamentos de transição, quartos, unidades hoteleiras ou outros alojamentos ocasionais informais).

Durante o período pandémico, registou-se uma redução significativa do número de pessoas em situação de sem-abrigo acompanhadas em Oeiras. Em 2023, verifica-se uma diminuição do número de pessoas relativamente ao ano anterior.

Os territórios da União das Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias agregam um maior número de situações, o que se explica pela centralidade do território, por uma maior oferta de respostas sociais para colmatar as necessidades da população em apreço, mas também por se tratar de um centro urbano com elevada diversidade de oferta de serviços, de comércio e de rede de transporte.

- **População com deficiência e/ou incapacidade**

De acordo com dados do Censos 2021, 19 340 pessoas residentes no Concelho de Oeiras identificam muitas dificuldades e 5 318 referiram não conseguir realizar atividades, tais como andar ou subir degraus ou tomar banho e vestir-se sozinhos, como se apresenta em tabela infra.

Tabela 5 - População residente com 15 e mais anos de idade com deficiência e/ou incapacidade, por local de residência, 2021

Incapacidade	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação
Ver	3972	348
Ouvir	3091	367
Andar ou subir degraus	6384	1210
Memória ou concentração	3168	1089
Tomar banho ou vestir-se sozinho	1597	1777
Compreender os outros ou fazer-se compreender	1128	527
Total Oeiras	19 340	5318

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

- **Crianças e Jovens**

Dados do Relatório apresentado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras (CPCJO) no ano de 2023, mostram que foram acompanhados 1091 processos, dos quais 350 transitam de anos anteriores (Transitados), acrescidos de 560 novas sinalizações (Instaurados) e 181 situações que já tiveram Processo de Promoção e Proteção, que foram arquivados e que, decorrente de uma nova situação de perigo, voltaram a ser reabertos (Reabertos). Este número apresenta uma aumento de 15 casos quando comparado com o ano de 2022, como se apresenta em tabela infra:

Tabela 6 - Oeiras, processos de promoção e proteção (2022-2023)

Processos Trabalhados	2023	2022
Transitados	350	386
Reabertos	181	155
Instaurados	560	534
Total Oeiras	1091	1075

Fonte: Relatório CPCJO, 2023

Relativamente à distribuição dos processos de promoção e proteção trabalhados em 2023 por área de residência da criança ou jovem, apresenta-se em tabela infra a proporção de processos de promoção e proteção (PPP) por união de Freguesias e Freguesias.

Tabela 7 - Oeiras, distribuição dos processos de promoção e proteção por freguesia, 2022-2023

População Infanto-Juvenil Censos 2021	Processos Trabalhados – Proporção de PPP por União de Freguesias	2023	2022
11321	UF Algés, LV, CQ/ Dafundo	216	253
3872	Barcarena	71	76
9671	UF Carnaxide e Queijas	228	209
13303	UF Oeiras e São Julião, Paço de Arcos e Caxias	302	299
4051	Porto Salvo	153	130
	TOTAL	970	967

Fonte: Relatório CPCJO, 2023

Por último, e relativo à tipologia de perigo identificada na sinalização, apresenta-se em tabela infra as tipologias de perigo mais sinalizadas em 2023, de onde se destaca a Violência Doméstica, Comportamentos de Risco e Negligência.

Tabela 8 - Oeiras, tipologia das situações de perigo, 2022-2023

Processos Trabalhados – Tipologia de Perigo	2023	2022
Exposição a Violência Doméstica	412	376
Assume de comportamentos de risco Consumos Estup./Álcool Prát. Fact. Qual. Crime	216	223
Negligência Ausência suporte familiar	192	187
Absentismo/ Abandono Escolar	100	112
Maus Tratos – Físicos Psicológicos	95	105
Abuso Sexual – Aliciamento, Importunação, Violação	20	32
Exposição a modelos de comportamentos desviantes	11	20
Outras situações de Perigo	36	20
Total Oeiras	1091	1075

Fonte: Relatório CPCJO, 2023

• Família e Comunidade

Ao nível da Família e Comunidade apresentam-se alguns dados relativos a prestações sociais. Assim, ao nível do abono de família para crianças e jovens verifica-se, entre 2001 e 2021, um decréscimo generalizado tanto de beneficiários/as como de descendentes ou equiparados, como se apresenta na tabela 9.

Tabela 9 - Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, (2001-2021)

Territórios	Requerente		Titular	
	Beneficiários		Descendentes ou equiparados	
Âmbito Geográfico/Anos	2001	2021	2001	2021
Portugal	1 219 131	792 048	1 831 356	1 177 200
AML	259 363	221 074	389 102	326 240
Amadora	19 280	15 770	30 022	23 122
Cascais	18 428	13 818	28 308	20 501
Lisboa	48 552	30 252	73 090	45 808
Oeiras	13 170	9 432	20 351	14 056
Sintra	43 209	36 383	65 216	53 099

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Os dados mostram que o concelho de Oeiras apresenta o menor número de beneficiários da prestação de abono de família para crianças e jovens, quando comparado com os concelhos limítrofes, tanto em 2001 como em 2021.

Relativamente ao subsídio por assistência à 3.ª pessoa, que se refere ao montante atribuído mensalmente, pelo Instituto da Segurança Social, IP, às famílias para apoiar crianças e adultos com deficiência que exigem acompanhamento permanente, o concelho de Oeiras apresenta, igualmente, o menor número de subsídios atribuído, tanto em 2011 como em 2021.

Tabela 10 - Subsídio por assistência à 3.ª pessoa (2001-2021)

Territórios	Titular	
	Subsídio por assistência à 3.ª pessoa	
Âmbito Geográfico/ Anos	2001	2021
Portugal	10 585	13 313
AML	1 665	3 375
Amadora	140	290
Cascais	121	230
Lisboa	436	589
Oeiras	74	148
Sintra	203	481

Fonte: Pordata, 2023 (tendo como referência os Censos 2021)

No que se refere ao número de beneficiários por doença volta a verificar-se que este valor é menor no concelho de Oeiras, quando comparado com os concelhos limítrofes e com a média nacional e da AML. Verifica-se, contudo, um aumento do número de beneficiários, entre 2001 e 2021, e que este número é superior nas mulheres, como se apresenta em tabela infra.

Tabela 11 - Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social: total e por sexo (2001-2021)

Âmbito Geográfico/Anos	Total		Masculino		Feminino	
	2001	2021	2001	2021	2001	2021
Portugal	646 264	1 106 719	258 350	505 023	387 914	601 696
AML	144 585	269 357	54 687	118 168	89 898	151 189
Amadora	11 167	16 721	4 188	7 142	6 979	9 579
Cascais	9 969	16 241	3 816	6 971	6 153	9 270
Lisboa	27 448	39 254	10 621	17 684	16 827	21 570
Oeiras	7 456	12 984	2 782	5 430	4 674	7 554
Sintra	22 770	41 216	8 297	17 967	14 473	23 249

Fonte: Pordata, 2023 (tendo como referência os Censos 2021)

Por último, no que se refere aos beneficiários da prestação de Rendimento Social de Inserção verifica-se, de acordo com dados de 2021, que Oeiras apresenta o menor número de beneficiários, comparado com os concelhos limítrofes, mantendo-se este número inferior em todas as faixas etárias apresentadas na tabela 19.

Tabela 12 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário, 2021

Territórios	Grupo etário				
	Total	Menos de 25 anos	25-39 anos	40.54 anos	55 ou mais anos
Âmbito Geográfico/ Ano	2021				
Portugal	262 210	108 551	42 234	56 325	55 100
AML	75 445	34 235	12 119	15 223	13 868
Amadora	5 162	2 568	847	963	784
Cascais	3 781	1 525	520	838	898
Lisboa	20 658	8 931	3 465	4 361	3 901
Oeiras	1 958	810	279	415	454
Sintra	7 097	3 305	1 070	1 405	1 317

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

De ressalvar que o número de beneficiários de Oeiras (1 958), corresponde a cerca de 700 processos familiares.

2.2 Educação e Formação

O concelho de Oeiras possuí uma rede escolar pública constituída por 10 Agrupamentos Escolares (AE) e 1 Escola não Agrupada, num total de 46 escolas, que integram 20 jardins de infância (JI), 29 escolas do 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB), 10 escolas do 2.º ciclo do ensino básico (2.º CEB), 13 escolas do 3.º ciclo do ensino básico (3.º CEB) e 8 escolas do ensino secundário.

Tabela 13 - População residente com 15 ou mais anos, por nível de ensino completo, 2021

Residência	Total	S/ escolaridade	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário ou pós-sec.	Ensino Superior
Portugal	9 011 878	528 088	2 008 075	864 512	1 604 653	2 223 662	1 782 888
AML	2 458 995	104 934	391 545	175 724	446 616	685 561	654 615
Oeiras	147 341	4 641	17 016	7 265	23 721	38 968	55 730

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Da análise da tabela 13, verifica-se que 38% das pessoas residentes, em Oeiras, com mais de 15 anos, tem o ensino superior completo, seguido do ensino secundário e pós-secundário, com uma representação de 26,4%.

Tabela 14 - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, 2021

Territórios		Nível de ensino						
		Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico - 1º Ciclo	Ensino Básico - 2º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Secundário	CET
Âmbito Geográfico	Ano	2021						
Portugal		1 575 679	251 060	373 109	210 064	342 869	393 689	4 888
Continente		1 495 395	238 618	353 778	199 517	324 735	373 859	4 888
AML		484 483	75 707	119 002	65 702	103 838	117 589	2 645
Amadora		26 156	4 106	6 583	3 515	5 507	6 421	24
Cascais		37 810	5 917	9 311	5 148	8 416	8 858	160
Lisboa		115 294	17 525	25 060	14 135	22 048	34 288	2 238
Oeiras		26 241	4 653	6 502	3 489	5 684	5 913	-
Sintra		57 809	8 841	14 917	8 248	12 911	12 860	32

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Conforme se apresenta na tabela 14, em 2021, estavam inscritos no concelho de Oeiras um total de 26 241 estudantes, desde o nível pré-escolar ao ensino secundário.

Na tabela seguinte, apresentam-se os dados da taxa de retenção e desistência no ensino básico.

Tabela 15 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico⁶ – proporção (%), 2021

Territórios		1º ciclo do Ensino Básico					2º ciclo do Ensino Básico			3º ciclo do Ensino Básico			
		Total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total	5º ano	6º ano	Total	7º ano	8º ano	9º ano
Âmbito Geográfico	Ano	2021											
Portugal		2,1	0,0	4,2	2,0	2,1	3,3	3,0	3,5	4,3	5,7	4,2	2,8
AML		2,6	0,0	4,5	2,8	3,0	4,9	4,7	5,1	5,8	7,4	5,6	4,1
Amadora		3,5	0,0	5,2	4,7	3,9	7,1	6,9	7,4	9,1	12,4	8,5	5,6
Cascais		1,1	0,0	2,0	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	2,4	2,5	2,3	2,4
Lisboa		3,0	0,0	4,1	3,3	4,3	6,9	7,7	6,1	5,1	7,6	4,2	3,4
Oeiras		1,8	0,0	3,0	2,2	1,8	2,6	2,4	2,9	2,7	3,3	2,6	2,3
Sintra		2,6	0,0	4,5	2,5	3,4	3,8	3,3	4,4	6,3	7,4	6,9	4,4

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Os dados apresentados mostram que as taxas de retenção e desistência verificadas em Oeiras são inferiores, em todos os ciclos de ensino, por comparação às verificadas em Portugal e na AML. Entre os concelhos vizinhos de Oeiras, apenas Cascais apresenta taxas inferiores a Oeiras.

⁶ Taxa de desistência refere-se ao abandono temporário de estudantes ou formandos/as das atividades letivas de um curso ou de formação (inclui o abandono, a anulação de matrícula e a exclusão por excesso de faltas). A taxa de retenção, por sua vez, ocorre pela ausência de aproveitamento dos/as alunos/as.

2.3 Emprego, Desemprego e Rendimentos

Em Oeiras, de acordo com dados dos Censos 2021, residiam 81 256 pessoas em situação ativa, das quais 75 265 (93%) encontravam-se empregadas e 5 991 (7,4%) em situação de desemprego.

Tabela 16- População residente com 15 ou mais anos, por condição perante o trabalho, 2021

Local de residência	Total	População ativa		
		Total	Empregada	Desempregada
Portugal	9 011 878	4 817 978	4 426 461	391 517
AML	2 458 995	1 377 766	1 256 872	120 894
Oeiras	147 341	81 256	75 265	5 991

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Os dados apresentados mostram que a população ativa residente em Oeiras representa 1,7% da população ativa a nível nacional e 5,9% da população ativa na AML e, 1,5% da população desempregada a nível nacional e 4,9% da população desempregada na AML.

- População ativa empregada

Relativamente ao tipo de profissões da população ativa empregada residente em Oeiras, a maior percentagem é ocupada por especialistas das atividades intelectuais e científicas (31,8%), seguida de técnicos/as e profissões de nível intermédio (15,8%), e, em terceiro, pelos trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (15,1%).

Tabela 17 - Oeiras, População empregada (N.º), Profissão (Grande grupo - CPP), 2021

Profissão	Total	H	M
Profissões das forças armadas	401	358	43
Representantes do poder legislativo e dos órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	8.098	4.764	3.334
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	23.989	10.470	13.519
Técnicos e profissões de nível intermédio	11.911	6.141	5.770
Pessoal administrativo	7.854	2.695	5.159
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança, e vendedores	11.430	4.792	6.638
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	337	281	56
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	3.333	2.940	393
Operadores de instalações e máquinas, e trabalhadores da montagem	1.431	1.346	85
Trabalhadores não qualificados	6.481	2.012	4.469
Total	75.265	35.799	39.466

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

- População ativa em situação de desemprego

De acordo com dados dos Censos (2021), Oeiras apresenta uma taxa de desemprego de 7,37%, inferior à média nacional (8,13%) e à média da AML (8,77%). Como se verifica na tabela 18, e contrariamente ao que se verifica a nível nacional e na AML, a taxa de desemprego em Oeiras é inferior para as mulheres do que para os homens. De referir, igualmente, que a taxa de desemprego para as mulheres, em Oeiras, é inferior à média nacional e da AML.

Tabela 18 - Taxa de desemprego por local de residência, 2021

Territórios	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Âmbito Geográfico			
Portugal	8,13	7,35	8,92
Área Metropolitana de Lisboa	8,77	8,45	9,09
Oeiras	7,37	7,52	7,24

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Relativamente à taxa de desemprego jovem da população ativa residente, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, os dados apresentados na tabela 10 mostram que a taxa é de 18,97%, ligeiramente superior à taxa a nível nacional e inferior à taxa da Área Metropolitana de Lisboa.

Tabela 19 - Taxa de desemprego (%) da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos por Local de residência à data dos Censos, Sexo, 2021

Local de residência	Sexo		
	HM	H	M
	%	%	%
Portugal	18,68	17,49	20,09
Área Metropolitana de Lisboa	21,10	21,21	20,98
Oeiras	18,97	20,79	17,10
Barcarena	15,67	15,69	15,64
Porto Salvo	27,49	30,64	24,23
União das freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo	16,02	17,87	14,15
União das freguesias de Carnaxide e Queijas	22,28	24,84	19,59
União das freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	17,01	18,31	15,76

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 2021

De entre as cinco freguesias e uniões de freguesias do concelho de Oeiras verifica-se que a taxa de desemprego jovem é mais elevada na Freguesia de Porto Salvo e mais reduzida na Freguesia de Barcarena.

Relativamente aos dados da população ativa que se encontra em situação de desemprego, dados do Pordata mostram que no concelho de Oeiras a média anual é de 4017,8 indivíduos sendo que 51,7% destes se encontram inscritos há menos de um ano.

Tabela 20 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição, 2022

Territórios	Tempo de inscrição		
	Total	Menos 1 ano	1 ano ou mais
Âmbito Geográfico			
Portugal	305.005,9	163.624,0	141.382,0
Área Metropolitana de Lisboa	82.306,7	44.118,7	38.187,9
Oeiras	4.017,8	2.075,0	1.942,8
Amadora	4.381,3	2.535,8	1.845,5
Cascais	5.852,3	2.875,4	2.976,9
Lisboa	17.470,8	9.254,8	8.216,0
Sintra	11.051,9	5.868,5	5.183,4

Fonte: Pordata, 2023

Tendo por base o quadro anterior, a taxa de desemprego em Oeiras, em 2022, foi de 4,9%, inferior à registada ao nível nacional (6,33%) e da AML (5,97%)⁴.

- População não ativa

Relativamente à população não ativa os dados apresentados na tabela 21, mostram que 66 085 residentes no concelho de Oeiras se enquadram nesta categoria, 58% dos quais (38 254) em situação de reforma.

⁴ Calculo próprio, tendo por base a população ativa (censos de 2021) e a média anual de 2022 dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (Pordata, 2023).

Tabela 21 - População não ativa por motivo, 2021

Local de residencia	População não ativa					
	Total	Reformada	Doméstica	Estudante	Incapacitado para o trabalho	Outra situação
Portugal	4 193 900	2 383 397	304 480	676 812	153 395	675 816
AML	1 081 229	591 121	67 403	197 432	31 186	194 087
Oeiras	66 085	38 254	3 596	12 737	1 392	10 106

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Comparando estes dados com valores a nível nacional e da AML, verifica-se que a população não ativa de Oeiras representa 1,6% da população não ativa a nível nacional e 6,1% da população ativa na AML. Relativamente à população residente que se encontra em situação de reforma, os dados mostram que esta representa 1,6% da população reformada a nível nacional e 6,5% da população em situação de reforma residente na AML.

- Tipos de Rendimentos

Outro dado relevante prende-se com as principais fontes de rendimentos da população residente no concelho de Oeiras. Dados dos Censos 2021, apresentados infra, mostram que em Oeiras, a principal fonte de rendimento de cerca de 50% da população residente com 15 ou mais anos de idade é o trabalho, seguido da reforma/pensão que representa a principal fonte de rendimento de 27% da população residente no concelho.

Tabela 22 - Oeiras, População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Fonte de rendimento, 2021

Fonte de Rendimentos	Trabalho	Reforma/ Pensão	Subsídio de Desemprego	Rendimento Social de Inserção	Outro subsídio temporário (doença, maternidade etc)	Rendimento de propriedade	A cargo da família	Outra Situação	Total
Oeiras	73 866	40 552	3 196	771	1 316	1 426	20 786	5 428	147 341

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 2021

Relativamente às remunerações, os dados mostram que a remuneração média mensal dos trabalhadores/as por conta de outrem em Oeiras, em 2019, era a mais elevada dos concelhos que integram a AML, verificando-se uma desigualdade entre os rendimentos auferidos por homens e por mulheres.

Tabela 23 - Ganhos médios mensais dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos por município: total e por sexo, 2021

	<u>Total</u>		
	HM	H	M
Portugal	1 289,50	1 389,76	1 168,91
AML	1 562,69	1 692,72	1 415,12
Oeiras	1 901,28	2 111,11	1 672,58
Amadora	1 567,29	1 707,99	1 412,78
Cascais	1 293,65	1 319,77	1 265,13
Lisboa	1 752,02	1 931,83	1 573,41
Sintra	1 294,01	1 373,04	1 186,32

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2023

De acordo com os dados apresentados, verifica-se que o valor médio das remunerações da população residente em Oeiras é superior à média nacional e da AML, bem como dos concelhos limítrofes. Estes valores são igualmente superiores, para a população residente no concelho de Oeiras, quando se analisa apenas as remunerações auferidas por homens e mulheres. Contudo, verifica-se uma diferença significativa na média das remunerações auferidas por homens e mulheres residentes em Oeiras, auferindo os homens, em média, cerca de 439€ mais.

Na análise do ganho médio dos/as trabalhadores/as por conta de outrem, por setor de atividade económica, verifica-se igualmente que o concelho de Oeiras apresenta os dados mais elevados em todos os setores de atividade económica, tanto por comparação com os concelhos vizinhos como com a AML e a nível nacional.

Tabela 24 - Ganho médio mensal de trabalhadores/as por conta de outrem: total e por setor de atividade económica, 2021

Âmbito Geográfico	Total	Primário CAE: A	Secundário CAE: B - F	Terciário CAE: G - U
Portugal	1 289,50	1 010,74	1 213,17	1 332,34
AML	1 562,69	1 116,20	1 493,95	1 579,14
Oeiras	1 901,28	2 152,53	1 922,23	1 897,92
Amadora	1 567,29	1 318,87	1 446,19	1 584,58
Cascais	1 293,65	1 259,47	1 267,54	1 299,03
Lisboa	1 752,02	1 273,53	1 855,56	1 747,09
Sintra	1 294,01	1 085,47	1 324,99	1 282,05

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2023

Os valores de rendimentos apresentados nas tabelas anteriores têm repercussão direta nos rendimentos declarados em sede de IRS. Assim, e como se apresenta na tabela 25 relativos aos indicadores do rendimento bruto declarado no IRS por município, no ano de 2021, Oeiras volta a apresentar valores elevados, ultrapassando a média nacional e da

AML, bem como dos concelhos limítrofes nos indicadores “Rendimento bruto declarado por agregado fiscal”, “Valor mediano do rendimento bruto declarado por agregado fiscal” e “Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal”.

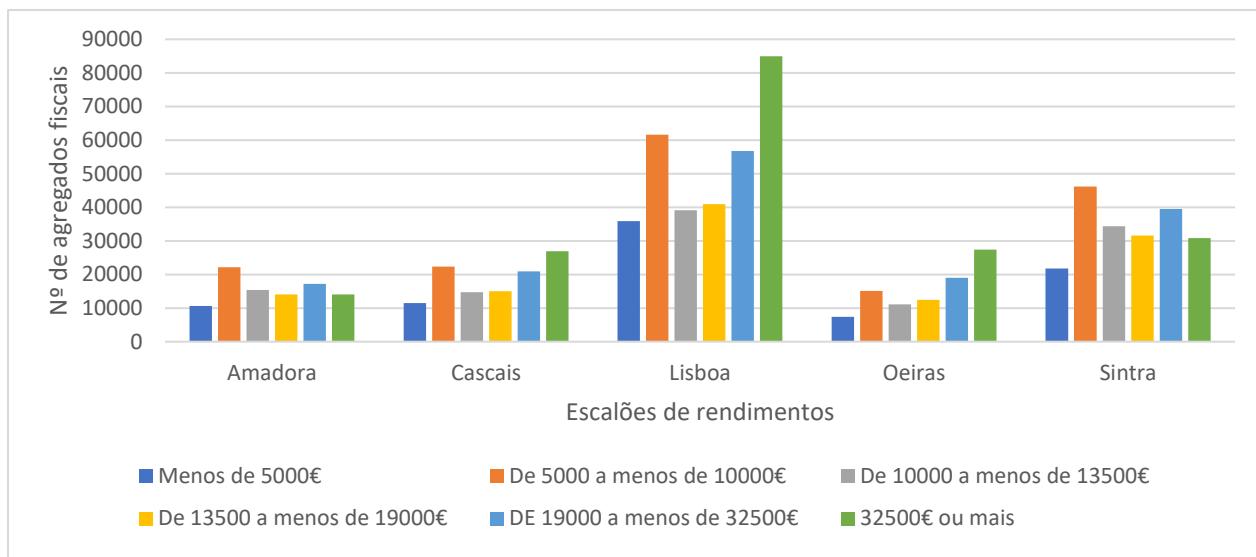
Tabela 25 - Indicadores do rendimento bruto declarado no IRS por município, 2021 (€)

Território	Rendimento bruto declarado por habitante	IRS liquidado por habitante	Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante	Rendimento bruto declarado por agregado fiscal	Valor mediano do rendimento bruto declarado por agregado fiscal	IRS liquidado por agregado fiscal	Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal
Portugal	10 273	1 328	8 945	19 866	13 096	2 569	17 297
AML	12 492	2 005	10 487	23 321	14 803	3 743	19 578
Amadora	10 366	1 288	9 078	19 133	13 100	2 377	16 756
Cascais	13 931	2 663	11 268	26 785	15 831	5 120	21 666
Lisboa	16 973	3 558	13 415	29 082	16 292	6 097	22 985
Oeiras	15 993	3 077	12 916	29 727	19 085	5 720	24 008
Sintra	10 381	1 324	9 057	16 679	13 473	2 510	17 170

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2023

Relativamente à distribuição do número de agregados fiscais por escalões de rendimento bruto declarado, como se apresenta no gráfico 7, verifica-se em Oeiras, tal como sucede nos concelhos de Sintra e Lisboa, que o maior número de agregados fiscais apresenta rendimentos iguais ou superiores aos 32.500,00€. Os agregados com rendimentos até 5.000,00€ são os menos representativos no concelho de Oeiras.

Gráfico 7 - Distribuição do número de agregados fiscais por escalões de rendimento bruto declarado, 2021



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2021

2.4 Mobilidade e Transporte

Em Oeiras, 51,7 % das pessoas residentes trabalha ou estuda noutro concelho, verificando-se, igualmente, que 21,3% trabalha ou estuda dentro do concelho, mas, para este efeito, necessita deslocar-se a outra freguesia do concelho⁵.

Para os residentes em Oeiras, a duração média dos movimentos pendulares para chegar ao trabalho ou lugar de estudo é de até 23,73 minutos, como se apresenta em tabela seguinte.

⁵ Fonte: Gabinete de Inteligência Territorial (GIT)/CMO (2022) Destaque Estatístico n.º 92 – Censos 2021 – População.

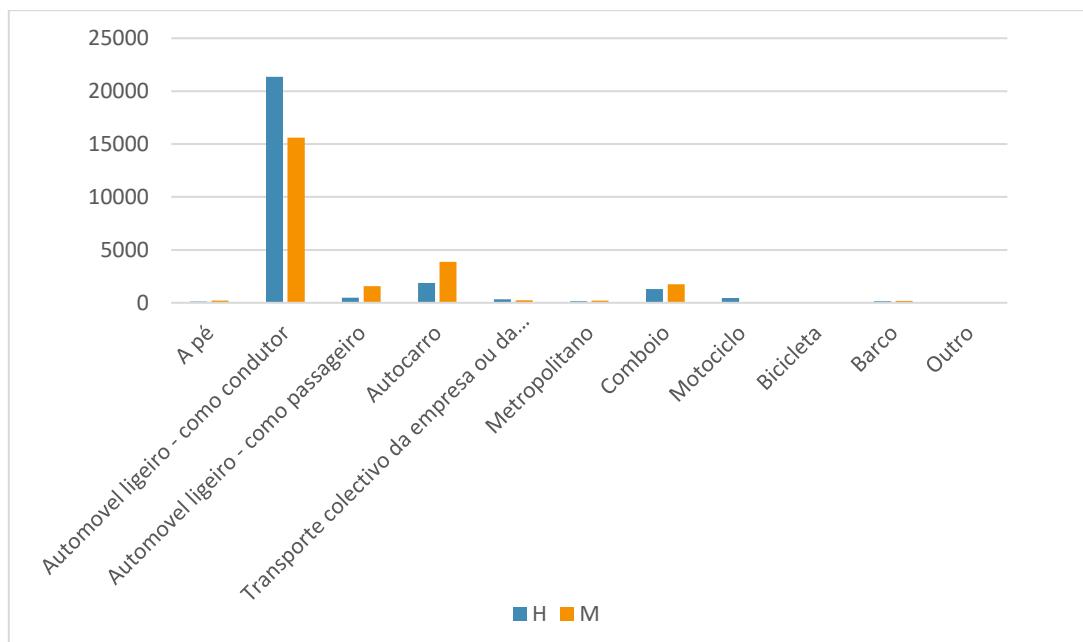
Tabela 26 - Oeiras, Duração média dos movimentos pendulares (minutos) da população residente empregada ou estudante por Local de residência, 2021

Oeiras (concelho)	23,73
Freguesia de Barcarena	23,81
Freguesia de Porto Salvo	25,01
União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	22,39
União das Freguesias de Carnaxide e Queijas	22,23
União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	25,53

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

De igual forma, e como se apresenta infra, 45% das pessoas residentes no concelho de Oeiras desloca-se, para trabalhar ou estudar, através de automóvel como condutor e 19% como passageiro/a.

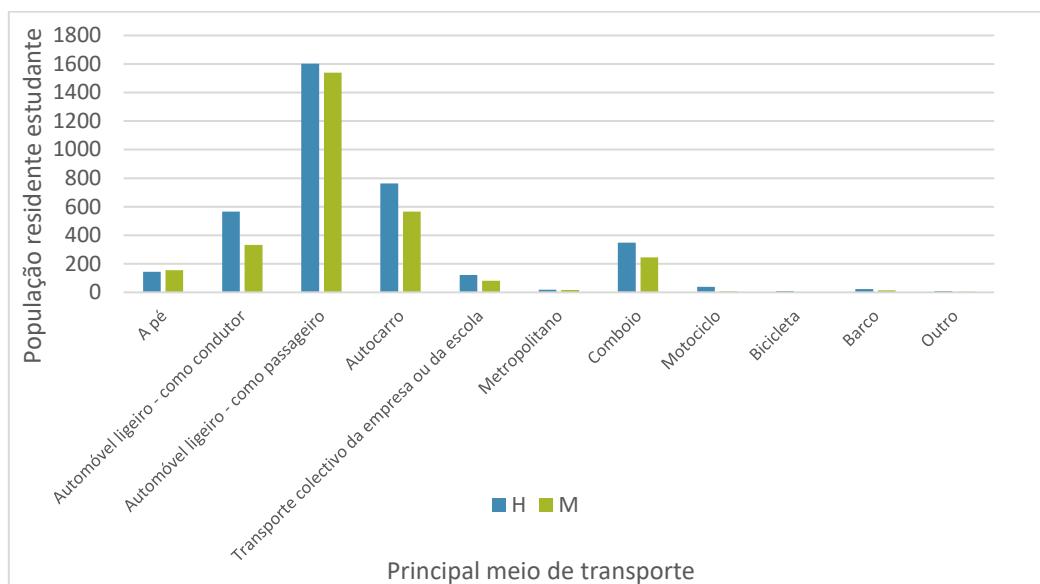
Gráfico 8 – Oeiras, População residente empregada, que vive no alojamento a maior parte do ano (N.º) por Local de residência, Sexo, principal meio de transporte, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Verifica-se, entre a população empregada, que são os homens que mais utilizam o automóvel ligeiro como condutores, enquanto as mulheres utilizam mais os transportes públicos (autocarro e comboio) e o automóvel, na condição de passageiras.

Gráfico 9 - Oeiras, População residente estudante, que vive no alojamento a maior parte do ano (N.º) por Local de residência, Sexo, principal meio de transporte, 2021



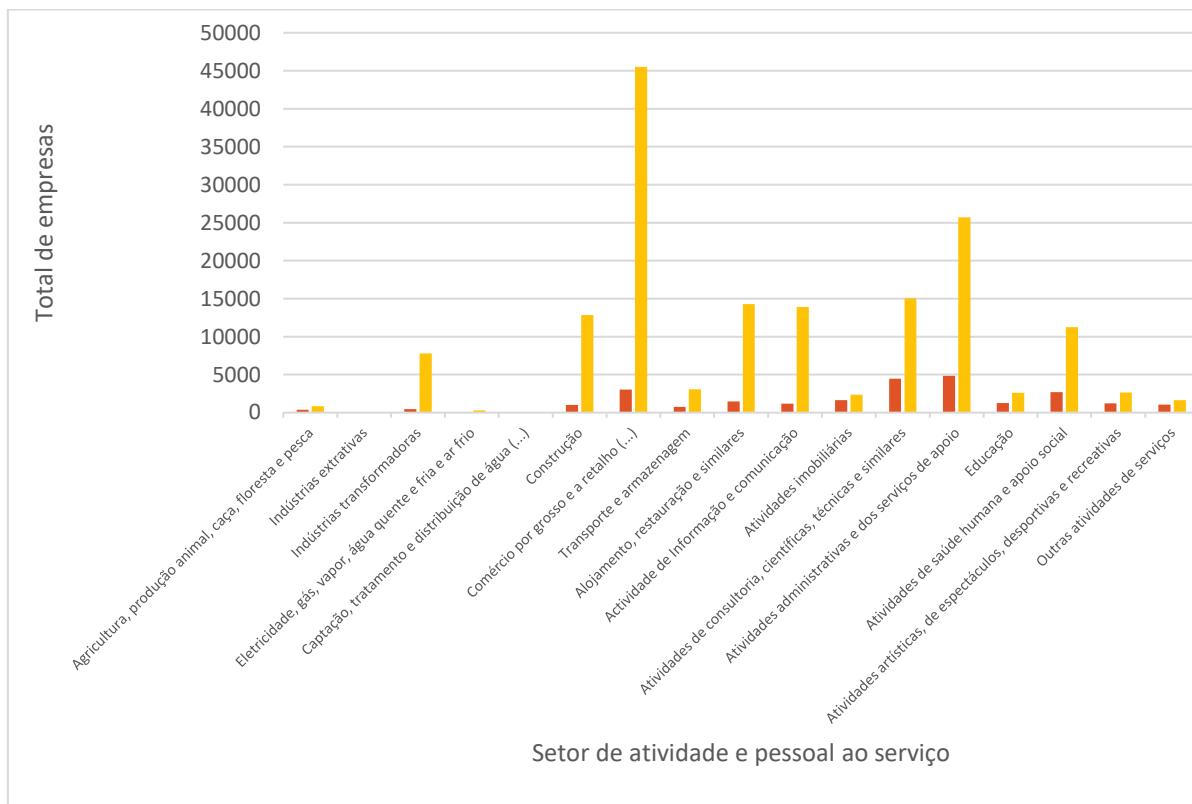
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No que concerne à população residente estudante, o automóvel é, também, o meio de transporte principal, seguindo-se o autocarro e o comboio.

2.5 Atividade Económica

O concelho de Oeiras concentra, no seu território, 25 772 empresas não financeiras, maioritariamente, referentes a atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e atividades administrativas e dos serviços de apoio, como se apresenta no gráfico seguinte.

Gráfico 10 - Oeiras, Empresas não financeiras: total de empresas por sector de atividade económica e pessoal ao seu serviço, 2021



Fonte: Pordata, 2023

Destacam-se as empresas de comércio por grosso e a retalho e das atividades de administração e de serviços de apoio as principais empregadoras.

2.6 Segurança

Outro dado relevante, na análise de indicadores relativos ao concelho de Oeiras, é o da segurança. Os dados mostram, como se apresenta na tabela seguinte, que Oeiras apresenta o menor número de crimes registados pelas polícias, quando comparado com os concelhos com quem faz fronteira.

Tabela 27 - Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime, 2021

Territórios	Total	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	Furto em veículo motorizado	Furto em residência	Furto em edifício comercial ou industrial
Âmbito Geográfico/ Ano	2021				
Portugal	301 394	22 524	22 250	8 420	5 875
AML	91 024	6 660	8 230	2 125	1 242
Amadora	5 357	441	462	98	50
Cascais	5 917	379	636	197	98
Lisboa	25 912	1 406	2 263	704	345
Oeiras	4 307	354	387	134	59
Sintra	10 310	945	1 007	144	221

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Por comparação com os concelhos contíguos, Oeiras encontra-se em penúltimo lugar nos crimes de furto em residência e em edifício comercial ou industrial; e em último lugar ao nível do crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogos e furto em veículo motorizado.

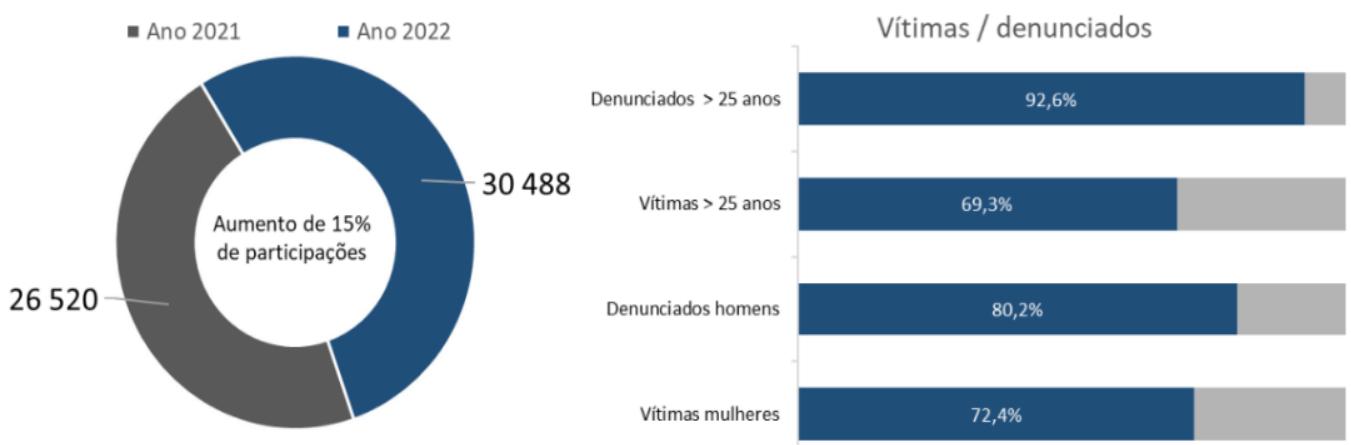
Pelas implicações na segurança e vidas das vítimas, diretas e indiretas, o crime de violência doméstica merece particular atenção, por ser um flagelo que tem aumentado ao longo dos anos a nível nacional, exercido ao longo do ciclo de vida.

Os dados da Direção-Geral da Política de Justiça (2022) apresentam um total de 30 488 participações de violência doméstica, 86% das quais integradas na categoria de violência doméstica contra cônjuge ou análogo.

Imagen 2 - Portugal, participações de Violência Doméstica (N.º), 2022

VIOLENCIA DOMÉSTICA

30.488 Participações



Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

Em Oeiras, em 2022 (394), registou-se um aumento de 40 participações neste tipo de crime, em relação ao ano anterior (354)

O aumento dos crimes (ainda que sem grande expressão nos dados nacionais), tem relação direta com os dados do Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, presente no concelho de Oeiras desde 2017.

Os dados constantes na tablea seguinte demonstram um ligeiro aumento das vítimas de crimes sinalizadas à APAV:

Tabela 28 – Atendimentos e vítimas de crime (N.º), acompanhados pelo GAV, 2021-2023

GAV Oeiras	2023	2022	2021
Atendimentos	3454	3600	2684
Vítimas de crimes	465	433	409

Fonte: APAV, 2023

PARTE III

Entidades do Terceiro Sector

3. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DO TERCEIRO SECTOR

O concelho de Oeiras conta, desde há longos anos, com uma importante rede de entidades sociais cujas respostas se têm vindo a mostrar, cada vez mais, fundamentais para garantir a qualidade de vida e o bem-estar dos munícipes.

Neste sentido, e considerando que o Diagnóstico Social se constitui como um instrumento privilegiado de conhecimento da realidade social, das suas potencialidades e oportunidades bem como das suas principais vulnerabilidades e ameaças, é fundamental conhecer as entidades que intervêm neste território, quem são, onde se localizam e quais as respostas que proporcionam.

Para este efeito foi criado, e apresentado às entidades, um questionário com o objetivo de apurar dados e informação privilegiada das entidades do Terceiro Setor que atuam no concelho de Oeiras e que contribuem para o desenvolvimento social local. Este questionário foi enviado a 573 entidades, 183 das quais pertencentes ao Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Na terceira parte deste documento são apresentados os dados relativos à identificação da Entidade e à sua Intervenção, e refletem as respostas dadas por 134 entidades que responderam ao questionário, 84 das quais pertencem ao CLAS.

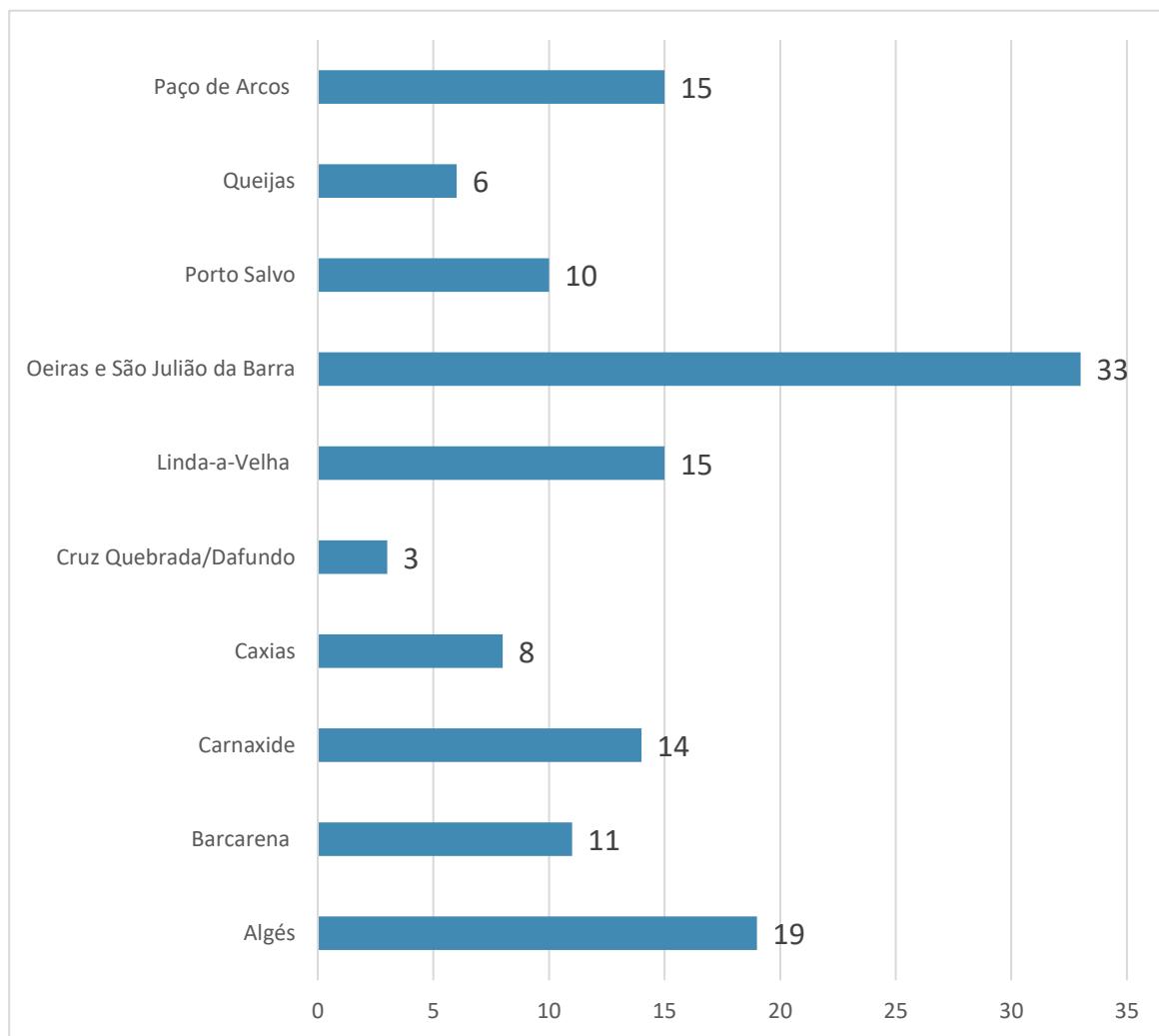
Acresce que se encontram aqui consideradas entidades com fins lucrativos, mas com intervenção na área social, como por exemplo, as ERPI da rede lucrativa.

3.1 Dados de Identificação das Entidades

3.1.1 Localização da Sede

Relativamente à localização da sede os dados apresentados mostram que, das 134 entidades que responderam ao questionário, verifica-se que 33 (25%) tem a sua sede localizada em Oeiras e São Julião da Barra, seguindo-se Algés com 19 entidades (14%) e Paço de Arcos e Linda-a-Velha com 15 respostas cada (11%).

Gráfico 11 – Questionário Entidades – Localização da Sede

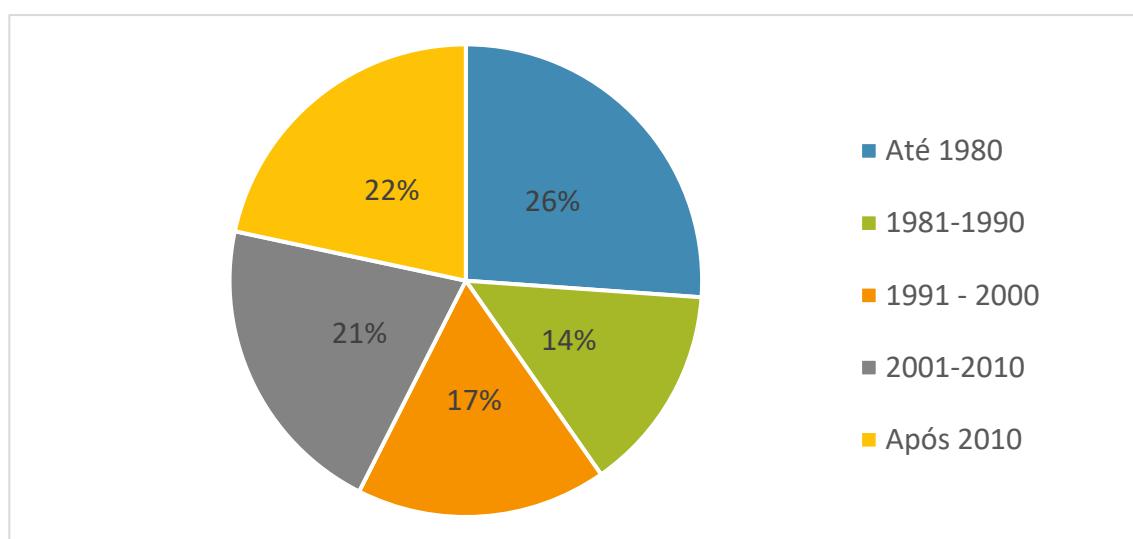


Analizando os dados ao nível das Freguesias e Uniões de Freguesias, os dados apresentados mostram que 41,8% das entidades que responderam, num total de 56, tem a sua sede na União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e 27,6%, num total de 37, na União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo.

3.1.2 Ano de início da atividade

Relativamente ao ano de início de atividade os dados apresentados mostram que 35 das entidades que responderam ao questionário (26%) encontram-se em funcionamento há mais de 40 anos, e que 45% (61 entidades) iniciou o seu funcionamento no presente século.

Gráfico 12 – Questionário Entidades – Ano de início da atividade

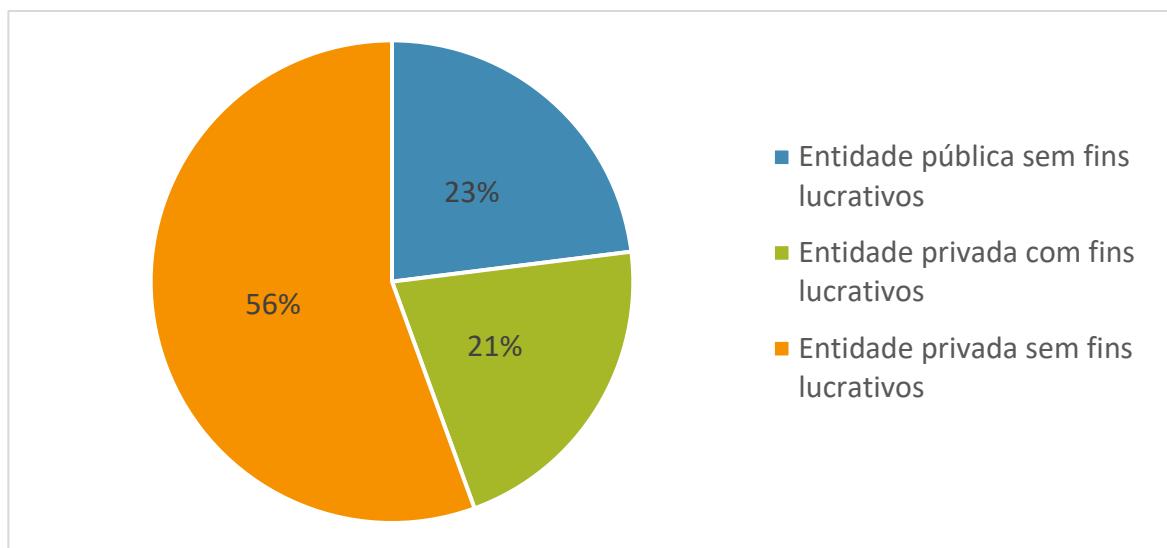


A análise deste dado permitem-nos concluir que a Rede Social Oeiras, implementada em 2002 como resposta à criação de uma estrutura de apoio à intervenção das entidades, se mantém como uma rede colaborativa, dinâmica, e de referência para as entidades do concelho, até aos dias de hoje.

3.1.3 Tipo de entidade e natureza jurídica

Das 134 entidades que responderam ao questionário verifica-se que a maioria (56% num total de 75) são entidades privadas sem fins lucrativos. Das restantes entidades que responderam ao questionário, 23% são entidades públicas sem fins lucrativos e 21% entidades privadas com fins lucrativos.

Gráfico 13 – Questionário Entidades – Tipo de Entidade



Relativamente à natureza jurídica das entidades verifica-se que as mais representadas são as “Associações”, num total de 41, seguido de “Instituições Particulares de Solidariedade Social” (37) e “Empresa/sociedade” com 23 respostas. As menos representadas são as Organizações Não-Governamentais” (ONG) e “Centro Paroquial/Comunitário” com 2 respostas.

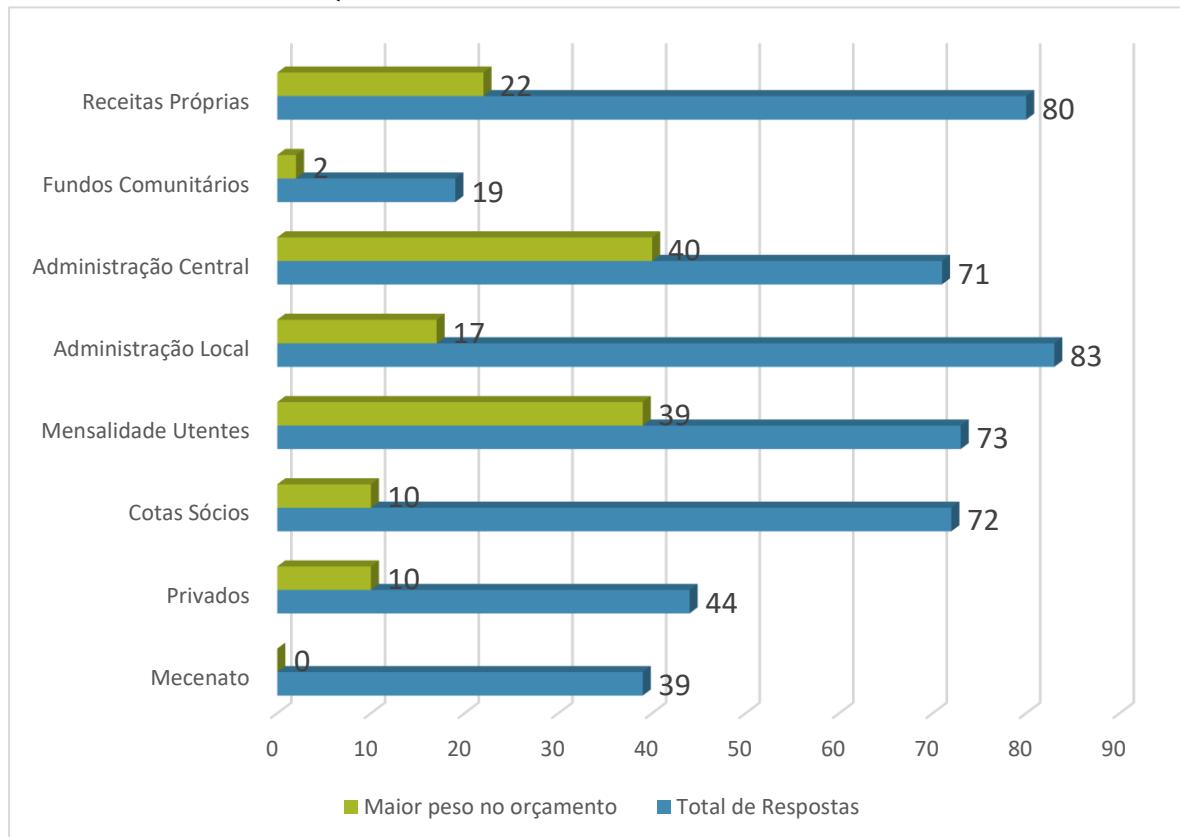
3.1.4 Financiamento das entidades

No que se refere ao financiamento foi solicitado às entidades que indicassem, de entre um conjunto de opções, as que representam fontes de financiamento para a sua entidade e, destas, as que tem maior peso no orçamento total.

Os dados apresentados em gráfico seguinte, mostram que as três fontes de financiamento mais identificadas pelas entidades foram “Administração Local” com 83 respostas, “Receitas Próprias” com 80 respostas e “Mensalidades Utentes” com 73 respostas.

Relativamente ao peso que as diferentes fontes de financiamento têm no orçamento total da entidade, os dados apresentados mostram que “Administração Central” (40 respostas), “Mensalidades Utentes” (39 respostas) e “Receitas Próprias” (22 respostas) são as mais representadas.

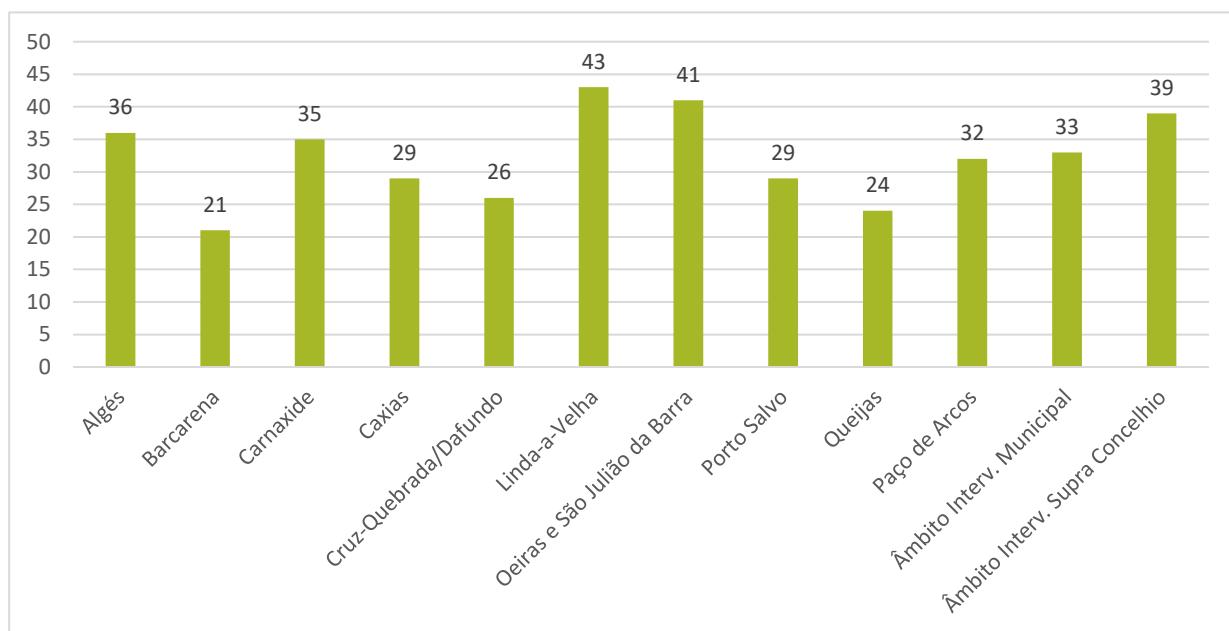
Gráfico 14 – Questionário Entidades – Fontes de Financiamento



3.1.5 Área geográfica de atuação

Outro dado objeto de análise foi a área geográfica de atuação das entidades e os dados apresentados no gráfico seguinte, mostram que as localidades do concelho de Oeiras mais abrangidas pela intervenção das entidades que responderam ao questionário são, respetivamente, Linda-a-Velha (43 respostas), Oeiras e São Julião da Barra (41 respostas) e Algés (36 respostas). De referir, igualmente, o elevado número de entidades cujo âmbito de intervenção é supraconcelhio (39 respostas).

Gráfico 15 – Questionário Entidades – Área geográfica de atuação (Localidades)



Analizando estes dados no âmbito das uniões de freguesias verifica-se, como se apresenta em gráfico seguinte, que são as Uniões de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha, Cruz-Quebrada/Dafundo (105 respostas) e Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (102 respostas) as mais abrangidas pela intervenção das entidades.

Os dados mostram, assim, que estas entidades têm uma maior atuação nos territórios mais próximos do litoral, representando 68% da oferta de respostas disponíveis,

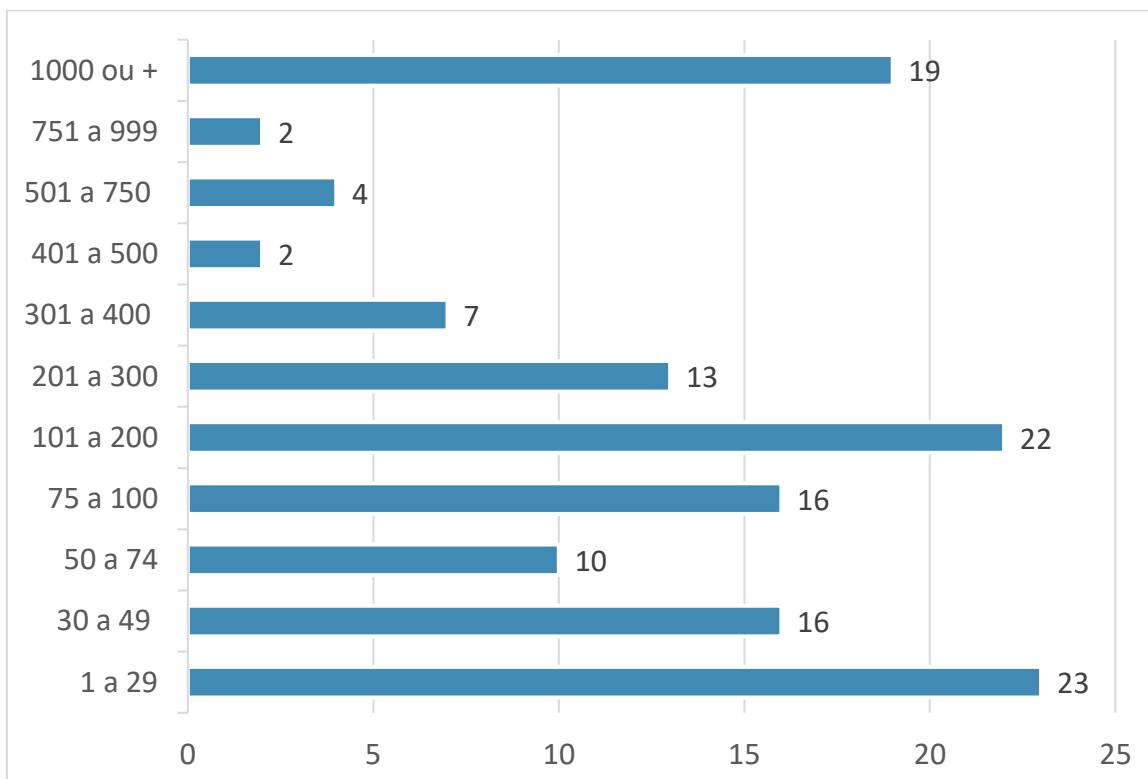
enquanto os territórios mais no interior, como é o caso de Barcarena e Porto Salvo, são os que apresentam a menor oferta, 13% do total. Destaca-se, igualmente, que 9% da oferta disponibilizada é de âmbito de intervenção municipal e 10% de âmbito de intervenção supraconcelhio.

3.1.6 Número de pessoas acompanhadas pela entidade

No que se refere ao número de pessoas acompanhadas pelas entidades os dados apresentados em gráfico infra mostram, com maior expressividade, que 23 entidades acompanham de 1-29 pessoas, 22 entidades acompanham de 101 a 200 pessoas e 19 entidades acompanham mais de 1000 pessoas, na globalidade das suas diferentes respostas.

A distribuição das entidades segundo o total de utentes que acompanham, apesar de apresentar uma disposição repartida, permite verificar que a maioria das entidades (num total de 87) acompanham até 200 utentes.

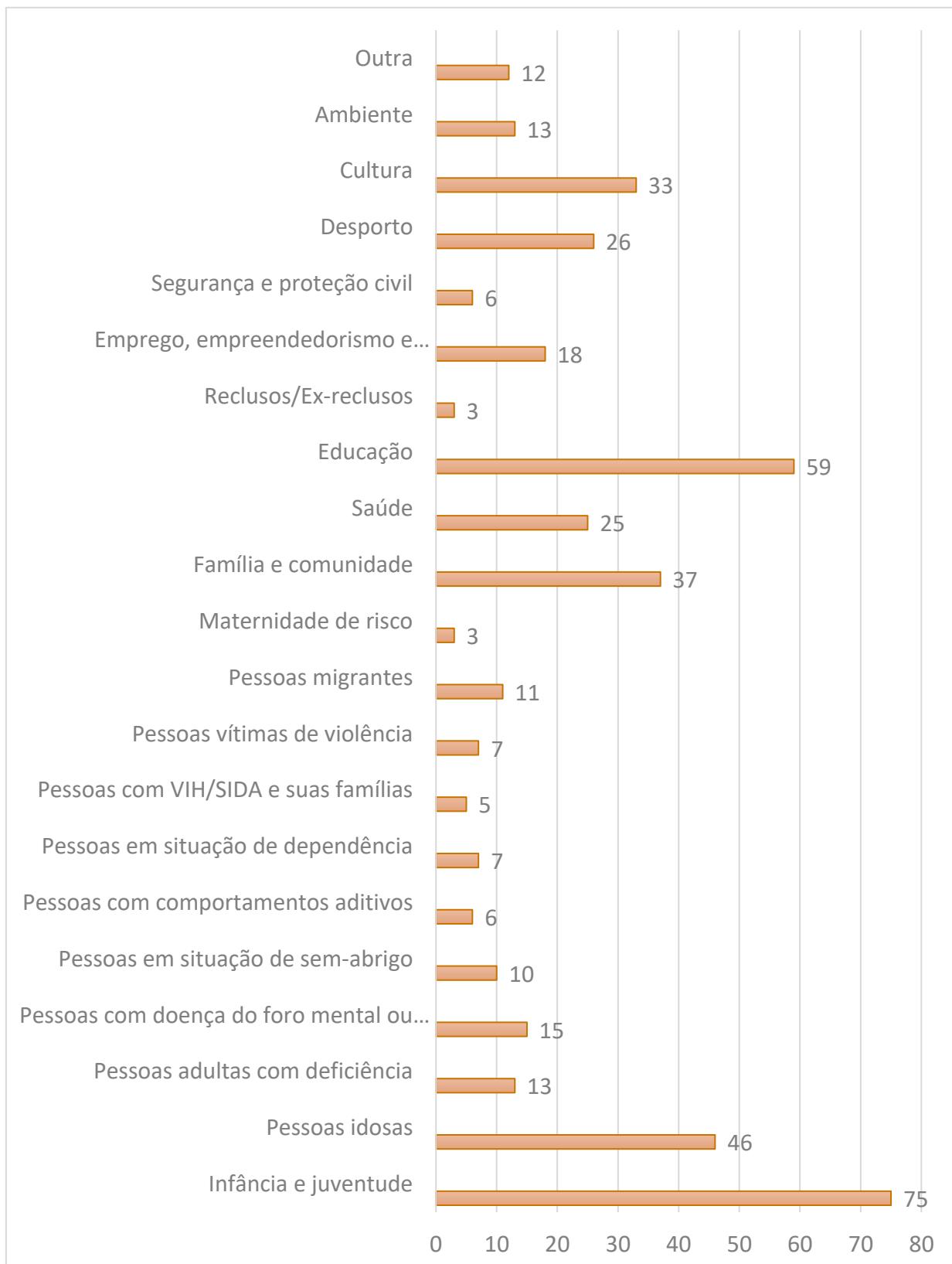
Gráfico 16 – Questionário Entidades – Número de pessoas acompanhadas



3.1.7 Áreas de intervenção da entidade

Relativamente às áreas de intervenção das 134 entidades inquiridas, verifica-se uma distribuição por mais de 20 áreas, com particular relevo para a área da “Infância e Juventude”, com 75 respostas, a “Educação” com 59 respostas e “Pessoas Idosas” com 46 respostas. De salientar, igualmente, o número significativo de entidades que intervêm ao nível da “Família e Comunidade” e que prestam um importante apoio às famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Gráfico 17 – Questionário Entidades – Áreas de Intervenção das Entidades



De igual forma, e em menor expressão, encontram-se as entidades que atuam com “Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias”, com 5 respostas, e “Pessoas reclusas/Ex-reclusas” e em situação de “Maternidade de Risco” com 3 respostas.

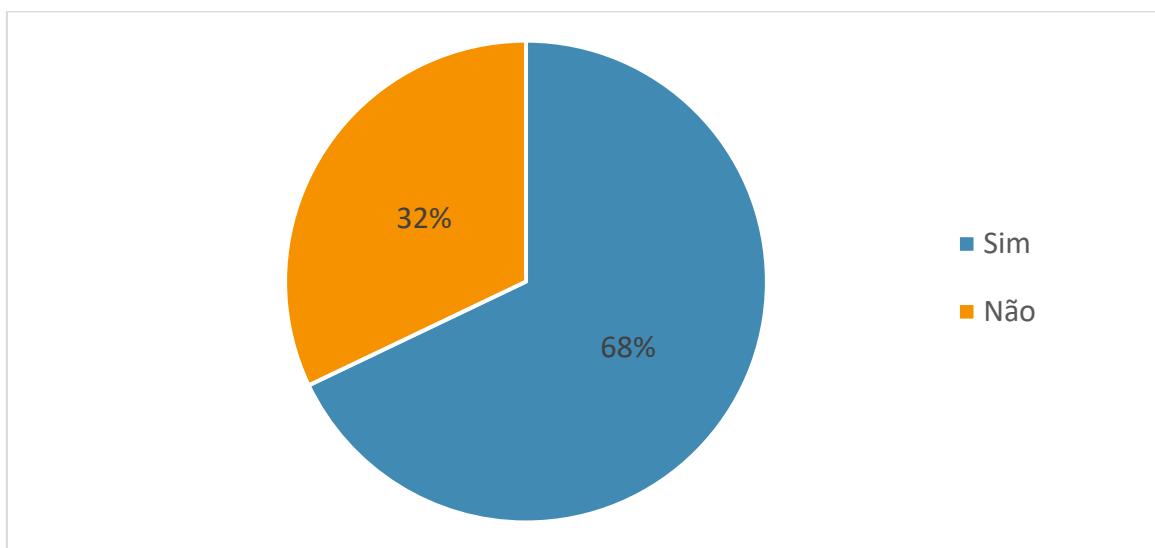
Outro dado a referir refere-se à opção “Outra” com 12 respostas e onde se incluem entidades como Juntas de Freguesia e Centros Paroquiais, pela diversidade de respostas que oferecem.

3.1.8 Membros da Rede Social de Oeiras

Considerando que foi preocupação do Município de Oeiras, na construção do Diagnóstico Social, a participação do maior número de entidades do Terceiro Sector que contribuem para o desenvolvimento social, o questionário, que serviu de base à análise realizada na parte III deste documento, foi enviado para entidades que integram, e não, a Rede Social de Oeiras e que pertencem, ou não, a algum dos seus Grupos de Trabalho temáticos.

Assim, e como se apresenta em gráfico infra, 68% das 134 entidades que responderam ao questionário pertencem à Rede Social de Oeiras, num total de 91.

Gráfico 18 – Questionário Entidades – Membros da Rede Social de Oeiras

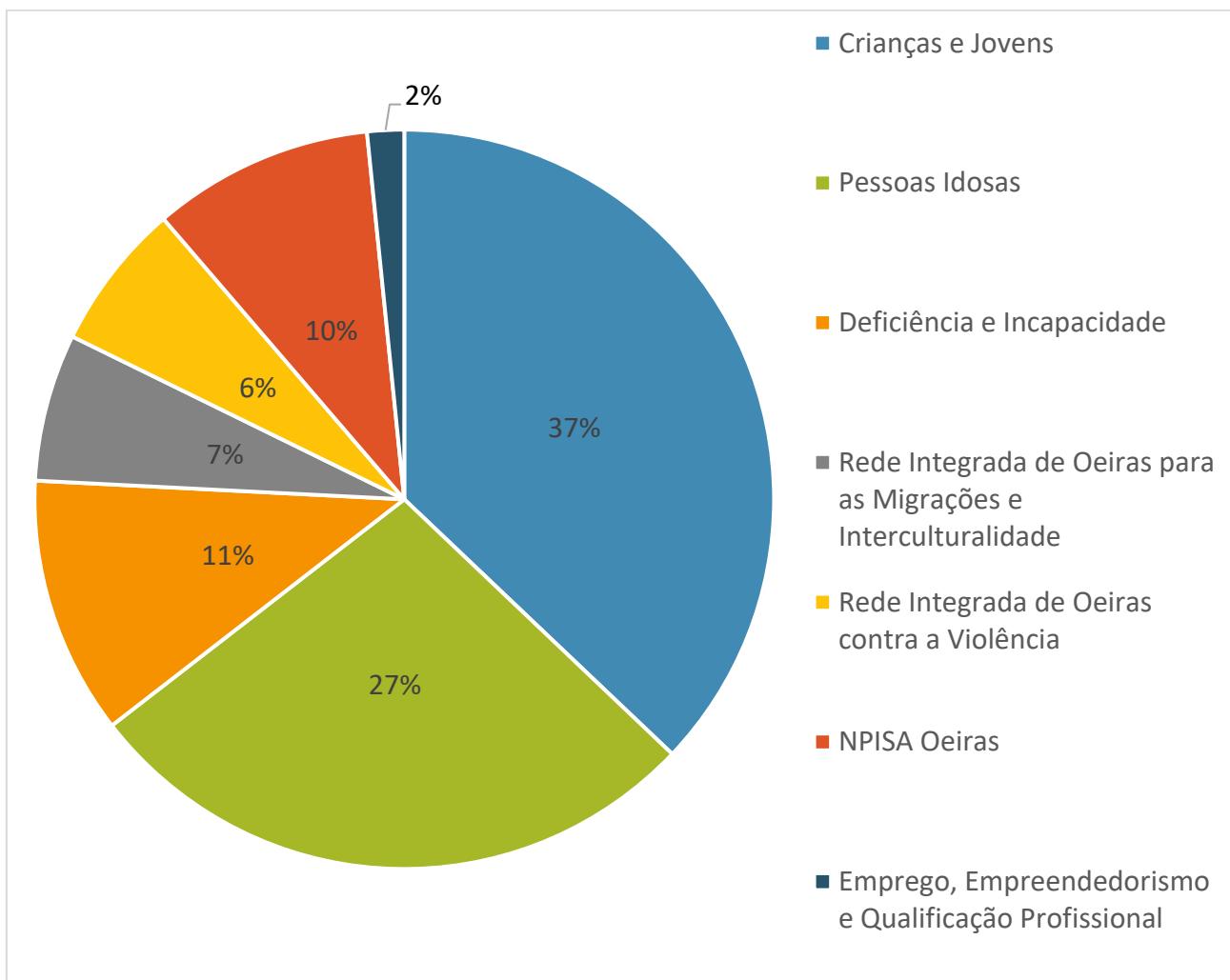


3.1.9 Grupos de Trabalho

Na sequência do ponto anterior, é de referir que das 91 entidades (68%), que responderam ao questionário e pertencem à Rede Social de Oeiras, 36% (que representa 33 entidades), integram um dos 7 grupos de trabalho da Rede Social.

Relativamente ao grupo de trabalho que integram, e como se apresenta em gráfico infra, os grupos mais representados são “Crianças e Jovens” e “Pessoas Idosas” com 64% das respostas.

Gráfico 19 – Questionário Entidades – Grupos de Trabalho



3.2 Análise da Intervenção da Entidade

Na Parte III do questionário, respondido pelas entidades do Terceiro Sector, cuja análise é apresentada neste ponto, pretendia-se que cada entidade, por relação à(s) sua(s) área(s) de intervenção, apresentasse uma breve análise sobre as diversas potencialidades e constrangimentos, traduzidos em forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que decorrem da sua presença e intervenção no terreno. Assim, esta análise baseia-se na resposta dada, pelas entidades, às seguintes questões:

- “Quais os pontos fortes que identifica na sua Entidade e no desenvolvimento da atividade da mesma? (Ex.: O que diferencia a intervenção da sua entidade das restantes; o que os outros veem como sendo a(s) sua(s) força(s), etc.)”;
- “Quais as maiores dificuldades que identifica na sua Entidade e no desenvolvimento da atividade da mesma? (Ex.: O que poderiam fazer melhor; quais as queixas mais frequentes sobre a Entidade, etc.)”;
- “Quais os fatores externos que se apresentam como oportunidades favoráveis no desenvolvimento da vossa atividade? (Ex.: Os fatores externos que possam contribuir de forma positiva para a resolução dos problemas identificados, etc.)”;
- “Quais os fatores externos que se apresentam como ameaças para o desenvolvimento da vossa atividade? (Ex.: Quais os fatores externos ou situações que podem condicionar ou agravar a resolução dos problemas existentes, etc.)”.

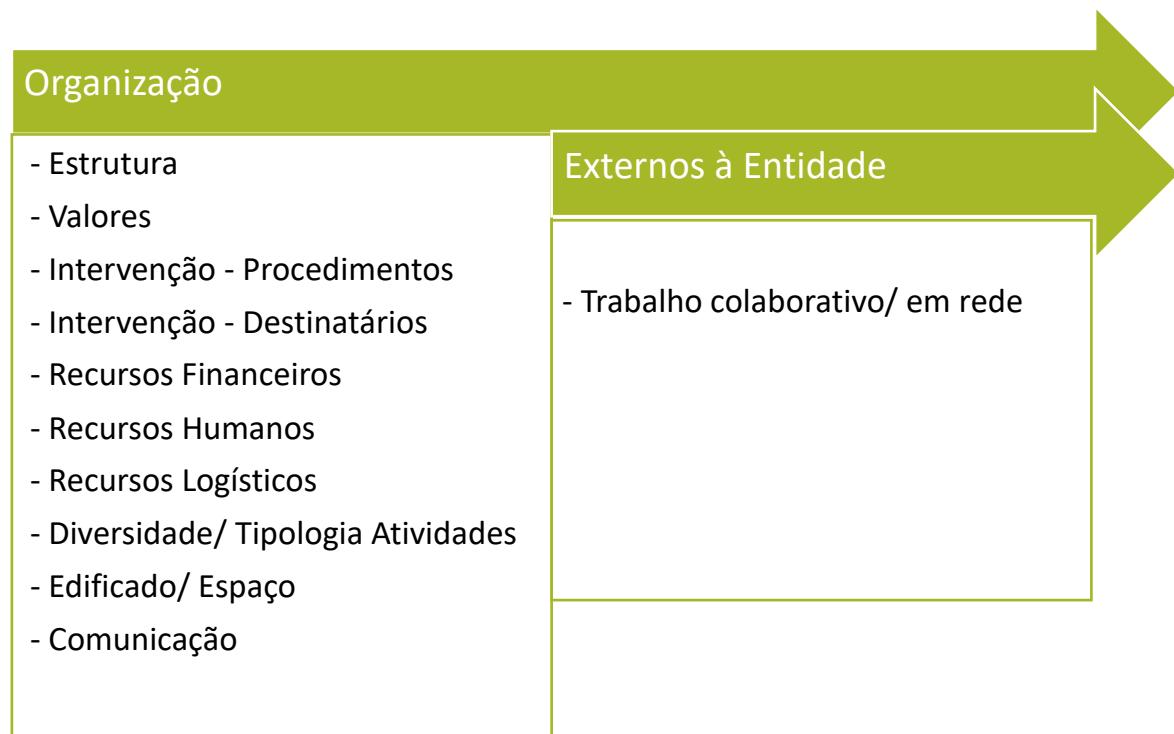
Por último, e considerando as respostas dadas nas perguntas anteriores, as entidades foram ainda questionadas sobre as principais prioridades a serem fortalecidas nos próximos 10 anos.

3.2.1 Pontos Fortes

A análise das respostas dadas à pergunta “Quais os pontos fortes que identifica na sua Entidade e no desenvolvimento da atividade da mesma?” mostra que as mesmas se podem agrupar em duas grandes dimensões: “Organização” e “Externos à Entidade”. Ao

nível da dimensão “Organização” é possível agrupar as respostas em 11 categorias diferentes e ao nível da dimensão “Externa à Entidade” é possível identificar uma categoria.

Imagen 3 – Questionário Entidades – Pontos Fortes



Ao nível da dimensão “Organização” apresenta-se, na tabela 29, os resultados obtidos:

Tabela 29 – Questionário Entidades – Pontos Fortes – Dimensão “Organização”

Categoria	Exemplos de Respostas
Estrutura	“Gestão de proximidade”; “Dinamismo dos órgãos/membros de gestão/direção”; “Liderança empenhada com foco na missão”.
Valores	“Visão estratégica”; “Missão inclusiva”; “Política ambiental e sustentável”.
Intervenção/ Procedimentos	“Existência de Regulamento Interno (geral) da instituição”; “Resposta permanente 24/7”; “Empoderamento com recurso a metodologias participativas”.
Intervenção/ Destinatários	“Relações de proximidade (com utentes/destinatários e a comunidade)”; “Celeridade da resposta às solicitações apresentadas”; “Proximidade com os Moradores e os problemas do Bairro”.
Reconhecimento/ Qualidade	“Certificação de Qualidade ISO 9000”; “Grau de satisfação de clientes”; “Projetos diferenciadores”.
Recursos Financeiros	“Capacidade de autofinanciamento”; “Ausência de empréstimos ou concessão de créditos”; “Esforço pela autossustentabilidade”.
Recursos Humanos	“Qualidade, empenho e competência profissional”; “Formação académica e qualificação dos elementos da equipa”; “Grande envolvimento voluntários”.
Recursos Logísticos	“Modernização e capacitação digital dos serviços”; “Adequação dos equipamentos às necessidades”; “Carrinhas adaptadas”.
Diversidade/ Tipologia de Atividades	“Atividades socioculturais”; “Abrangência da intervenção (território, áreas de intervenção e públicos diferenciados)”; “Partilha de experiências em dinâmicas grupais”.
Edificado/ Espaço	“Acessibilidade edificado”; “qualidade das Instalações”; “Localização/centralidade”.
Comunicação	“Canais diversificados de comunicação”; “Comunicação escola casa eficiente”.

Ao nível da dimensão “Externa à Entidade” apresenta-se, na tabela 30, as respostas dadas pelas Entidades:

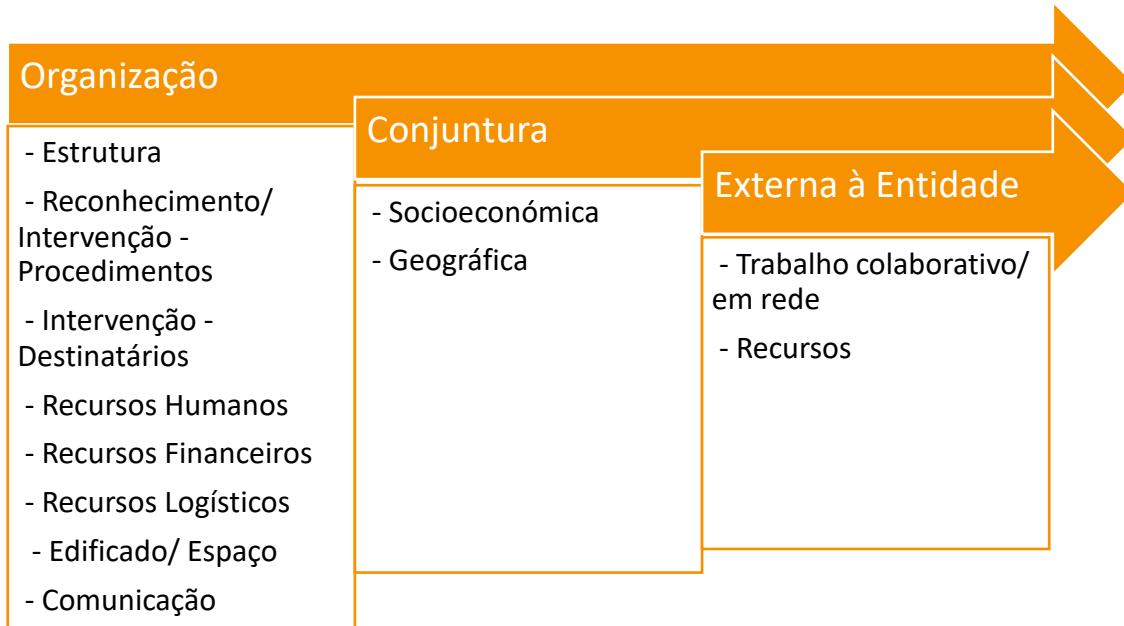
Tabela 30 – Questionário Entidades – Pontos Fortes – Dimensão “Externa à Entidade”

Categoria	Exemplos de Respostas
Trabalho colaborativo/ em rede	“Articulação permanente com serviços e entidades da comunidade”; “Reconhecimento dos parceiros na resposta dada pela entidade”; “Boas práticas no âmbito da articulação interinstitucional e trabalho em rede”.

3.2.2 Dificuldades Identificadas

Neste ponto será apresentada a análise das respostas à pergunta “Quais as maiores dificuldades que identifica na sua Entidade e no desenvolvimento da atividade da mesma?”. Os dados mostram que as mesmas se podem agrupar em três dimensões diferentes: “Organização”, “Conjuntura” e “Externos à Entidade”. Ao nível da dimensão “Organização” é possível identificar 8 categorias diferentes de resposta e ao nível das dimensões “Conjuntura” e “Externos à Entidade” é possível identificar duas categorias para cada.

Imagen 4 – Questionário Entidades – Dificuldades Identificadas



Ao nível da dimensão “Organização” apresenta-se na tabela 31, as respostas dadas pelas Entidades:

Tabela 31 – Questionário Entidades – Dificuldades Identificadas - Dimensão “Organização”

Categoria	Exemplos de Respostas
Estrutura	“Melhoria ao nível da gestão”; “Maior disponibilidade de vagas face ao aumento da procura”.
Reconhecimento / Intervenção/ Procedimentos	“Reconhecimento e valorização do trabalho de capacitação no terreno”; “Maior celeridade na articulação com outras entidades”; “Ultrapassar a forte burocracia do Estado, sobretudo da Segurança Social”.
Intervenção/ Destinatários	“Maior envolvimento/participação das famílias”; “Maior participação e manutenção dos associados”; “Gestão do desafio da interculturalidade: absentismo escolar dos alunos, abandono das crianças de etnia cigana, entre outras situações”.
Recursos Humanos	“Mais recursos humanos para reforço de equipas e aliviar a sobrecarga dos que estão no ativo”; “Retenção de talento”; “Combater a precariedade laboral (contratos de prestação de serviços)”.
Recursos Financeiros	“Fazer face aos preços praticados pela concorrência”; “Maior disponibilidade de apoio/donativos por parte do Mecenato e ao nível da responsabilidade social das empresas”; “Colmatar o aumento dos custos funcionamento/manutenção”.
Recursos Logísticos	“Modernização tecnológica”; “Frota automóvel (inexistente, insuficiente ou velha e com uso intensivo)”; “Pagamento de parquímetros para o exercício de atividade no concelho”.
Edificado/ Espaço	“Mais/melhores infraestruturas para as necessidades das entidades (impossibilidade de aumento de respostas/valências)”; “Disponibilização de espaços para sedes/instalações próprias”; “Edifícios antigos com necessidade de requalificação”.
Comunicação	“Maior participação nas redes sociais”; “Comunicação com Seg. Social para aumento de capacidade e reorganização de valências (Creche e Pré-escolar)”; “Maior divulgação das entidades e suas respostas/serviços (comunicação) junto da comunidade de Oeiras”.

Ao nível da dimensão “Conjuntura” é possível agrupar as respostas em 2 categorias diferentes, como se apresenta na tabela 32, identificados exemplos de respostas dadas pelas Entidades:

Tabela 32 – Questionário Entidades – Dificuldades Identificadas - Dimensão “Conjuntura”

Categoria	Exemplos de Respostas
Socioeconómica	“Respostas para o aumento de famílias em situação de carência económica”.
Geográfica	“Maior cobertura geográfica (território com 5 localidades distintas e distantes geograficamente)”.

Ao nível da dimensão “Externa à Entidade”, apresenta-se de seguida as respostas dadas:

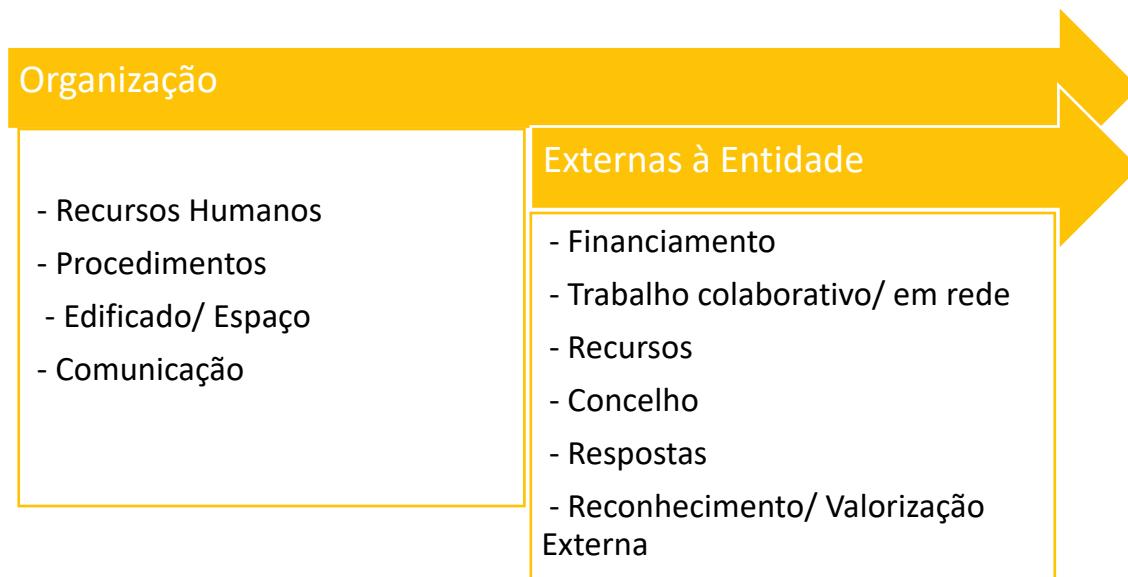
Tabela 33 – Questionário Entidades – Dificuldades Identificadas - Dimensão “Externa à Entidade”

Categoria	Exemplos de Respostas
Trabalho colaborativo/ em rede	“Maior envolvimento da CMO e das juntas de freguesia”; “Mais resposta da CMO”; “Menos burocracia”.
Recursos	“Mais habitação social”; “Locais para a prática do Desporto BMX”; “Mais acessibilidade por transportes públicos”.

3.2.3 Fatores Externos - Oportunidades

A análise das respostas dadas à pergunta “Quais os fatores externos que se apresentam como oportunidades favoráveis no desenvolvimento da vossa atividade?” permite agrupar as respostas dadas em duas dimensões diferentes: “Organização” e “Externas à Entidade”. Ao nível da dimensão “Organização” é possível identificar 4 categorias diferentes de resposta e ao nível da dimensão “Externas à Entidade” é possível identificar seis categorias.

Imagen 5 – Questionário Entidades – Oportunidades Identificadas



Ao nível da dimensão “Organização” apresenta-se na tabela 34, as respostas dadas pelas Entidades:

Tabela 34 – Questionário Entidades – Oportunidades Identificadas - Dimensão “Organização”

Categoria	Exemplos de Respostas
Recursos Humanos	“Voluntariado/programas de voluntariado nas entidades”; “Preocupação das organizações (privados e estado) com o bem-estar do trabalhador e prevenção de burnout”.
Procedimentos	“Reforço das intervenções do estado para a saúde mental (Plano Nacional para a Saúde mental Reestruturação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI))”; “Diminuir os custos utilizando uma central de compras e contactando novos fornecedores”; “Identificação e Reconhecimento de boas práticas a nível local, nacional e internacional”.
Edificado/ Espaço	“Localização geográfica”; “Novos edifícios”; “Remodelação de toda a área circundante”.

Comunicação	“Divulgação das entidades nas redes sociais”; “Aposta na publicidade”; “Divulgação dos serviços nos eventos do concelho”.
-------------	---

Ao nível da dimensão “Externas à Entidade”, os resultados são os seguintes:

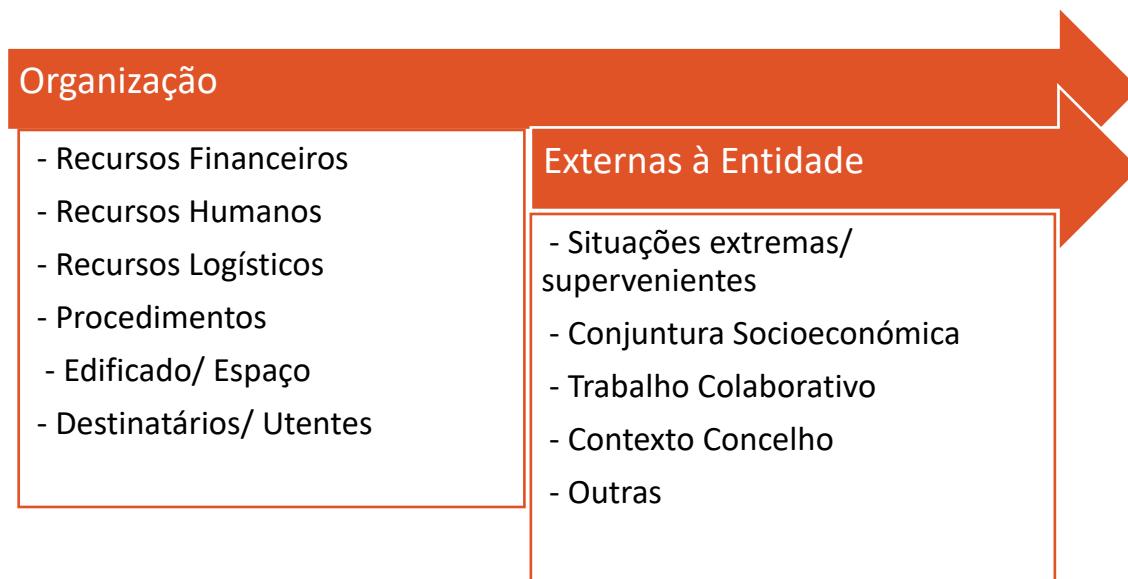
Tabela 35 – Questionário Entidades – Oportunidades Identificadas - Dimensão “Externas à Entidade”

Categoria	Exemplos de Respostas
Trabalho colaborativo	“Existência da Rede Social, que permite o trabalho em rede / partilha de recursos”; “Maior apoio das entidades concelhias e nacionais a este setor de atividade”; “Pertença a grupos de trabalho”.
Financiamento	“Apoio CMO”; “Financiamento indiretos pela Lei do Mecenato e consignação do IRS e IVA”; “Linhos de financiamento a projetos para capacitação de respostas sociais/serviços”.
Recursos	“Escassez de Equipamentos e Respostas na área da Deficiência”; “Bolsa de oportunidades de emprego municipais”; “Cedência, pelos municípios, de equipamento fixo (Sede, Residência de Autónomos)”.
Concelho	“Desenvolvimento e crescimento de Oeiras e Porto Salvo”; “Crescimento da população residente na área de influência da entidade”; “Envelhecimento da população/ aumento da procura”.
Respostas	“Acompanhamento e apoio pelos serviços municipais locais”; “Respostas únicas no concelho/território”; “Meios e recursos que se complementam pela diversidade de resposta e serviços existentes”.
Reconhecimento/ Valorização Externas	“Reconhecimento como entidade de referência”; “Antiguidade da resposta”; “Reconhecimento do trabalho realizado quer pelos utentes e suas famílias, como pela comunidade alargada”

3.2.4 Fatores Externos - Ameaças

Analisa-se agora as respostas dadas à pergunta “Quais os fatores externos que se apresentam como ameaças para o desenvolvimento da vossa atividade?”. As respostas dadas pelas entidades podem agrupar-se, uma vez mais, em duas dimensões: “Organização” e “Externas à Entidade”. Ao nível da dimensão “Organização” é possível identificar seis categorias diferentes de resposta e ao nível da dimensão “Externas à Entidade” é possível identificar cinco categorias.

Imagen 6 – Questionário Entidades – Ameaças Identificadas



Ao nível da dimensão “Organização” apresentam-se os resultados obtidos:

Tabela 36 – Questionário Entidades – Ameaças Identificadas - Dimensão “Organização”

Categoria	Exemplos de Respostas
Recursos Financeiros	“Dependência das Entidades Financiadores (segurança social, ministério da educação, ministério da saúde, autarquia, outros)”; “Diminuição de donativos e de ações de responsabilidade social”; “A oferta pública e gratuita de disponibilidade de creches com impacto no futuro”.
Recursos Humanos	“Escassez de trabalhadores qualificados, capacitados a nível técnico e de competências sociais/relacionais”; “Imprevisibilidade/Insuficiência de voluntários com sentido de compromisso e responsabilidade”; “A falta de colaboração de equipas”.
Recursos Logísticos	“Falta de transportes públicos (ex: constantes falhas nos horários)”; “O Centro de emprego ser em Cascais e ter deixado de ser possível realizar inscrições online”; “Falta de acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida”.
Edificado/ Instalações	“Ausência de instalações próprias”; “Exiguidade do espaço face ao aumento/diversidade de respostas”; “Necessidade de modernização das instalações”.
Destinatários/ Utentes	“Desinteresse por parte das famílias relativamente à ocupação dos tempos livres de crianças e jovens”.
Procedimentos	“Formas diferentes de intervenção nas várias freguesias /município/Segurança Social, na área social”; “Elevada burocracia e morosidade no processo de licenciamento de equipamentos na SS”; “Novas medidas apresentadas pelo Governo que excluem as instituições privadas”.

A tabela 37, evidencia a dimensão “Externa à Entidade”:

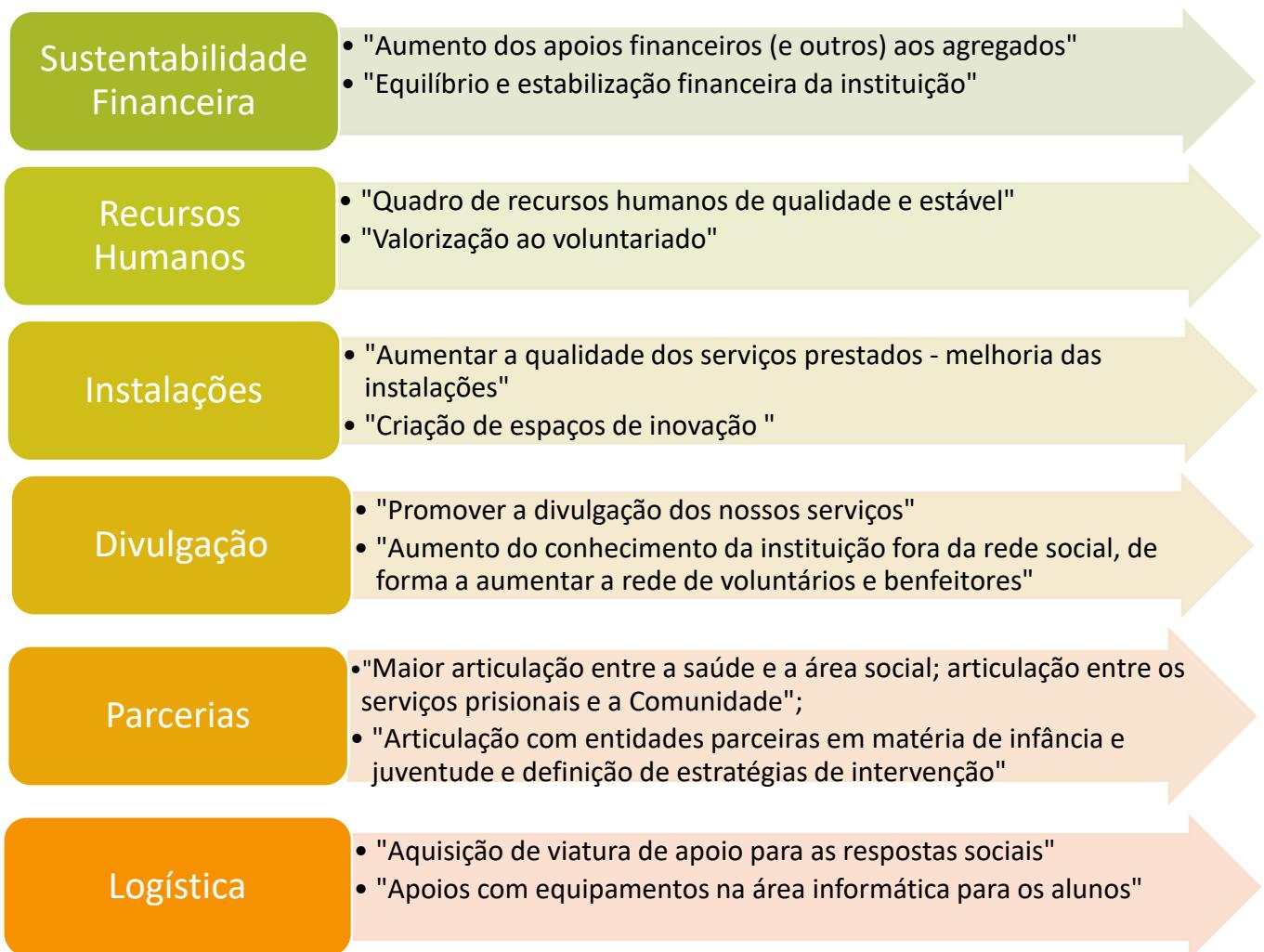
Tabela 37 – Questionário Entidades – Ameaças Identificadas - Dimensão “Externas à Entidade”

Categoria	Exemplos de Respostas
Situações extremas/ supervenientes	“Surtos Epidémicos de Saúde Pública (ex. Covid-19)”.
Conjuntura socioeconómica	“Menor capacidade financeira dos utentes e das famílias para pagar serviços/respostas/mensalidades”; “Aumento generalizado dos custos (bens, serviços, mão de obra, transportes, combustível, etc.”); “Aumento da complexidade das situações sociais”.
Trabalho Colaborativo	“Dificuldade de acesso às entidades públicas para parcerias sociais”.
Contexto concelho	“Insuficiência de respostas sociais para pessoas idosas”; “Falta de apoio continuado/respostas por parte da CMO”; “O aumento de oferta da rede pública”
Outras	“Pensões baixas que dificultam a integração nas respostas sociais”; “Fatores económicos, inflação”; “Questões relacionadas com a parentalidade”.

3.2.5 Prioridades

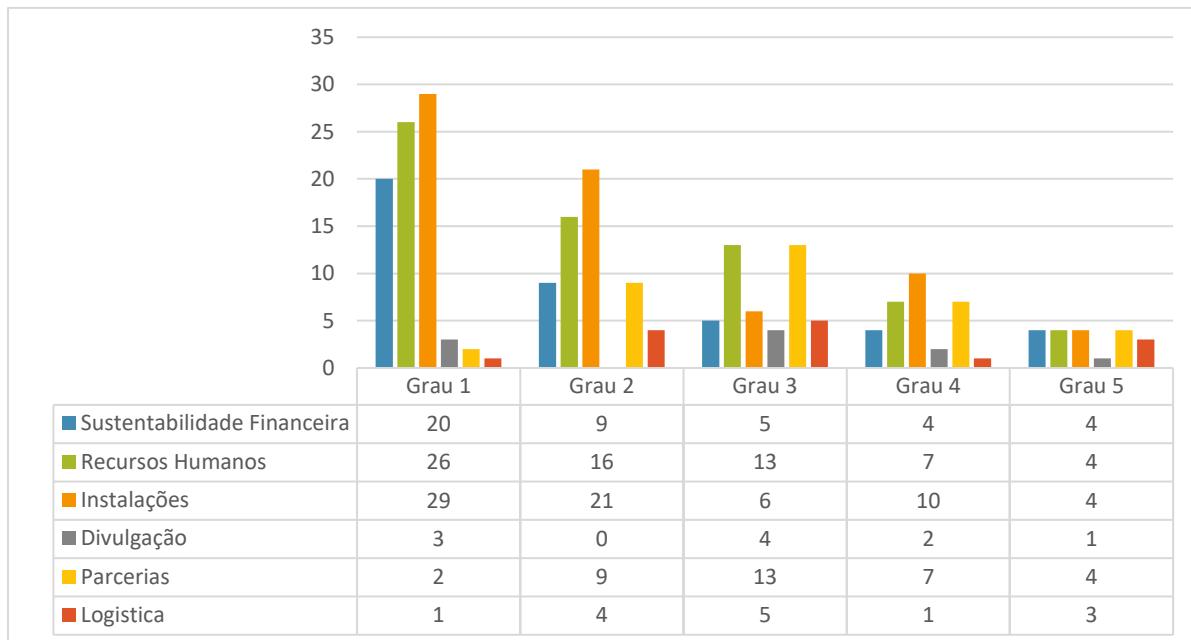
Por último, analisam-se as respostas à pergunta “Tendo em conta os aspetos identificados nas perguntas anteriores, refira por ordem de importância, o que considera ser as principais prioridades a serem fortalecidos nos próximos 10 anos”.

Imagen 7 – Questionário Entidades – Prioridades identificadas e exemplos de respostas dadas pelas Entidades



Considerando as seis categorias apresentadas, damos conta do grau de importância atribuído pelas entidades, em que 1 é o mais importante e 5 o menos importante.

Gráfico 21 – Questionário Entidades – Prioridades identificadas pelas Entidades de acordo com o grau de importância atribuído



A análise do gráfico permite verificar que foi considerado, pelas Entidades, como a maior prioridade (Grau 1) para os próximos 10 anos a categoria “Instalações”, seguido de “Recursos Humanos” e “Sustentabilidade Financeira”, o mesmo se verificando quando se analisa as respostas para o Grau 2. Como menos prioritárias encontram-se as categorias “Divulgação” e “Logística”.

PARTE IV

Empresas no âmbito da Responsabilidade Social

4. EMPRESAS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

O concelho de Oeiras destaca-se a nível nacional, entre outros fatores de diferenciação, pelos seus padrões de qualidade de vida, pelo elevado poder de compra e pela presença de empresas e grandes grupos e parques empresariais (9% do total das empresas presentes em Portugal), bem como pela presença de algumas das mais prestigiadas entidades científicas nacionais.

Devido a este importante tecido empresarial, em 2014 o Município de Oeiras criou o Programa Oeiras Solidária (POS), uma plataforma de *networking* inovadora e inédita, a nível nacional, que promove e agiliza a colaboração entre organizações dos vários setores, com o objetivo de envolver na comunidade as muitas empresas que têm vindo a instalar-se no concelho. Desta forma, o POS tem procurado criar oportunidades para que os agentes locais participem no desenvolvimento sustentável do território, acreditando que o contributo de todos é muito relevante para o desenvolvimento socioeconómico local.

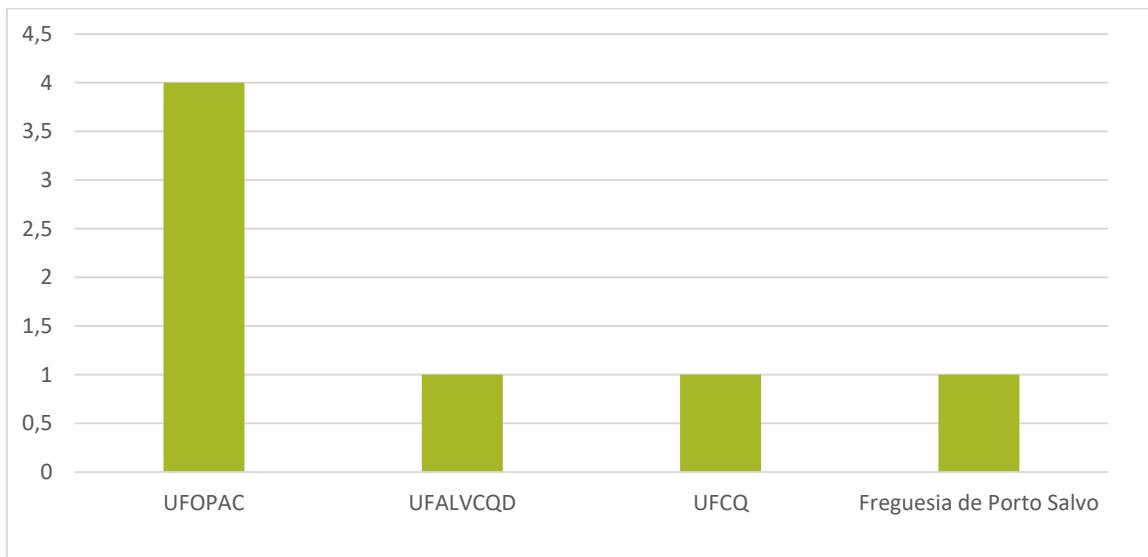
Através da promoção de ações de voluntariado, da cedência de bens, serviços e apoio logístico, na capacitação ou apoios financeiros, entre outras iniciativas, o POS tem potenciado a proximidade entre os diferentes agentes locais, entre o tecido social e empresarial do concelho.

Neste sentido, considerou-se de extrema relevância, para a construção do Diagnóstico Social de Oeiras, a elaboração de um questionário a ser aplicado a empresas parceiras do Programa Oeiras Solidária (POS). Este questionário tinha como objetivo aferir a percepção, das entidades parceiras do POS, sobre o trabalho que realizam no âmbito da Responsabilidade Social no território de Oeiras bem como na relação com as Entidades do Terceiro Setor. O questionário foi enviado a 31 empresas pertencentes ao POS, tendo respondido ao mesmo 7 empresas, cujas respostas se analisam em seguida.

4.1 Localização da Empresa

Relativamente à localização da sede das empresas que responderam ao questionário, verifica-se que 4 empresas tem a sua sede na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias enquanto as restantes três empresas tem a sua sede, respetivamente, na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo, União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e Freguesia de Porto Salvo, como se apresenta em gráfico seguinte.

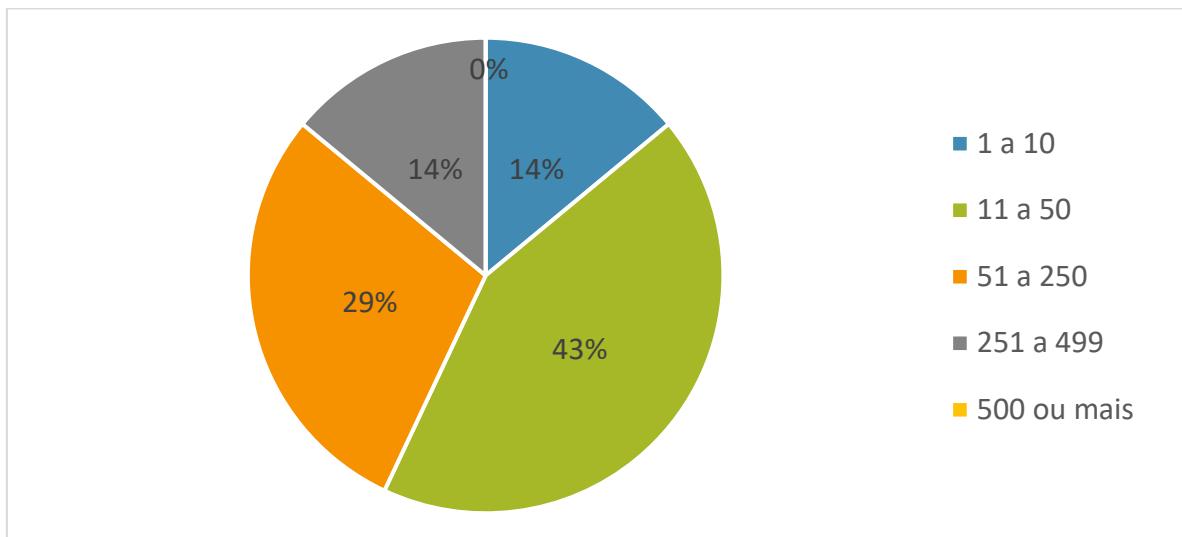
Gráfico 22 – Questionário Empresas – Localização da Empresa



4.2 Número de Trabalhadores da Empresa

Relativamente ao número de trabalhadores das empresas que responderam ao questionário, os dados apresentados mostram que 3 empresas (43%) tem entre 11 a 50 trabalhadores, 2 empresas (29%) entre 51 a 250 trabalhadores e 1 empresa (14%) tem entre 1 a 10 trabalhadores e outra empresa entre 251 a 499 trabalhadores. Nenhuma empresa com 500 ou mais trabalhadores respondeu ao questionário.

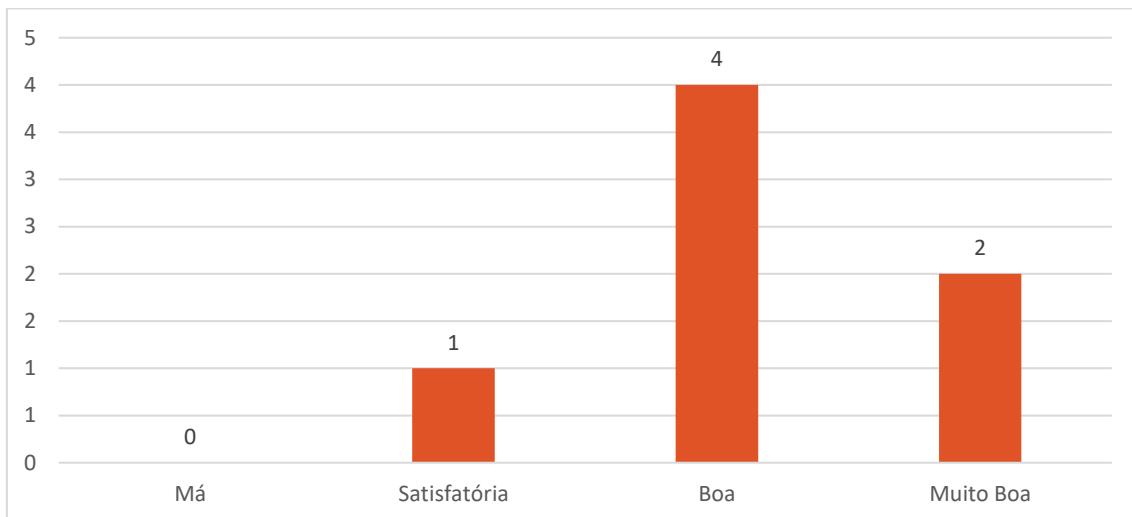
Gráfico 23 – Questionário Empresas – Número de Trabalhadores



4.3 Relação com as entidades sociais do concelho de Oeiras

Outra questão colocada às empresas tinha como objetivo avaliar a relação atual entre o tecido empresarial e as entidades sociais do concelho de Oeiras. Os dados mostram que a maioria (4 empresas) considera que a relação é boa, 2 empresas consideram que é muito boa e 1 empresa considera que é satisfatória. Nenhuma empresa considerou que a relação fosse má.

Gráfico 24 – Questionário Empresas – Relação com Entidades Sociais



Analizando, ainda, as respostas dadas pelas empresas é referido, pelas mesmas, que a relação entre o tecido empresarial e as entidades sociais do concelho de Oeiras é uma “relação de proximidade e colaboração”, “muito correta e próxima” referindo ainda a “relação muito estabelecida e próxima no Programa Oeiras Solidária, mas ainda com espaço para melhoria ao nível de estratégia económica e de investimento no Concelho”.

4.4 Iniciativas/medidas criadas no âmbito da Responsabilidade Social da Empresa

No que se refere às iniciativas/medidas criadas e desenvolvidas pelas empresas, no âmbito da sua Responsabilidade Social, para apoio à comunidade do território onde se inserem, destacam-se como principais contributos:

Imagen 8 – Questionário Empresas – Iniciativas criadas no âmbito da Responsabilidade Social

Promoção de recolha de sangue	Promoção de ligação de outras empresas ao Programa Oeiras Solidária	Desenvolvimento de projetos de promoção da saúde
Oferta de Bolsas de Estudo	Donativos financeiros e materiais (bens alimentares, roupas) a diferentes instituições do concelho, nomeadamente na altura do Natal com contribuições diretas a instituições do concelho	Angariação de bens essenciais
Estágios Profissionais	Várias ações para o desenvolvimento da literacia em saúde e hábitos de vida saudáveis	Ações de Educação ambiental nas escolas da comunidade local
Patrocínio de iluminárias		

4.5 Recursos adicionais a serem mobilizados para apoiar as entidades sociais locais

Outra questão colocada às empresas refere-se aos recursos que ainda poderão ser mobilizados para apoiar as entidades locais. As respostas, como se apresenta em imagem seguinte, passam por um maior número de iniciativas de angariação de bens, bem como ações de voluntariado.

Imagen 9 – Questionário Empresas – Recursos adicionais a mobilizar



4.6 Serviços prestados pelas Entidades Sociais

Ainda no âmbito dos recursos que podem ser mobilizados, foi igualmente questionado às empresas sobre as áreas de intervenção e os serviços prestados pelas entidades sociais que se podem adequar às necessidades das empresas e dos seus trabalhadores:

Imagen 10 – Questionário Empresas – Recursos das Entidades Sociais a mobilizar



4.7 Estratégias para fortalecimento da relação colaborativa

Por último, as empresas foram igualmente inquiridas sobre as estratégias a ser promovidas para fortalecer a relação colaborativa entre o tecido empresarial e as entidades do terceiro sector. As respostas são apresentadas na imagem infra.

Imagen 11 – Questionário Empresas – Estratégias para fortalecer relação colaborativa

Maior promoção de ligação das empresas à disponibilidade de serviços que o 3º sector pode desenvolver para as empresas

Apresentação de carteira de ofertas às empresas com facilitação de contactos

Networking - Mais iniciativas onde possam existir interações

Fortalecer o contacto e melhorar a comunicação entre empresas e entidades

Melhor rede de comunicação em tempo útil

Criação de uma newsletter que mostre um pouco do tecido empresarial e as suas iniciativas

É de referir igualmente que uma das empresas inquiridas refere, no âmbito da comunicação estabelecida com as entidades sociais que, por vezes, “os pedidos chegam a nós através da CMO, entramos em contacto e não há feedback ou não têm conhecimento, o que deixa uma sensação de desorganização ou desinteresse/desvalorização por parte das entidades”.

Por último, outra empresa inquirida refere que considera que o Município de Oeiras “*têm tido uma boa estratégia de Responsabilidade Social Corporativa e de interação com as empresas do concelho*”.

PARTE V

Municípios

5. MUNICÍPES

O

Diagnóstico Social de Oeiras tem como objetivo a caracterização do território, através da recolha de informação em áreas como o rendimento, emprego e desemprego, educação e formação, proteção e ação social, habitação, demografia e saúde, entre outras.

Assim, e de forma a garantir que esta caracterização reflita, de forma o mais exata possível, a realidade do concelho e, que as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Social se configurem numa resposta concreta às necessidades das pessoas que vivem e trabalham em Oeiras, bem como das entidades sociais e empresas, no âmbito da sua responsabilidade social, que aqui atuam, foi essencial garantir que este processo fosse o mais participado possível, o que resultou, igualmente, na elaboração de três instrumentos de recolha de informação aplicados às entidades sociais, às empresas parceiras do POS e aos municípios.

O processo de auscultação aos municíipes ocorreu através de um questionário online que foi amplamente divulgado nas redes sociais municipais e através flyers distribuídos pelo correio. Este processo tinha como objetivo aferir, junto dos municíipes, as áreas que consideram que, nos próximos 5 anos, deveriam ter maior investimento do Município de Oeiras, no âmbito da sua intervenção social, bem como as medidas que deveriam ser implementadas.

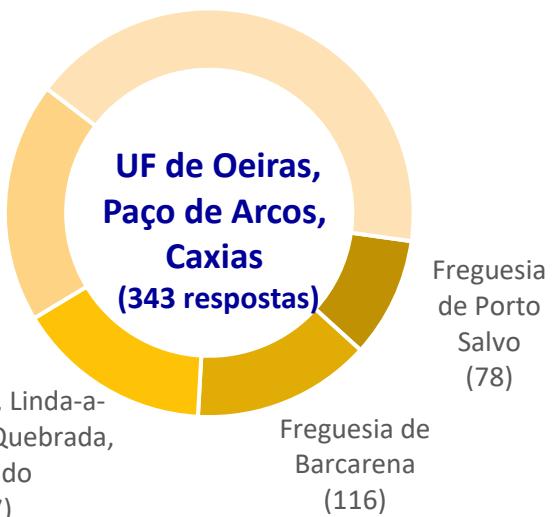
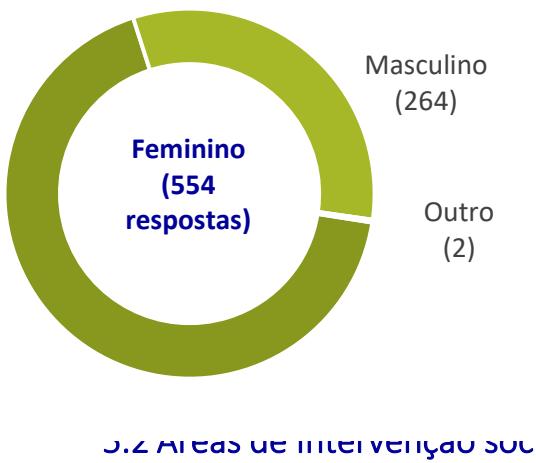
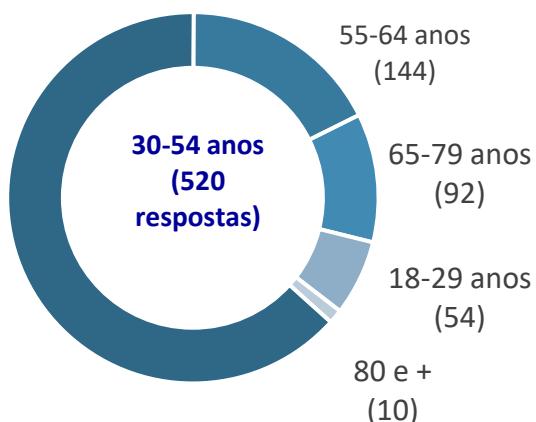
Foram rececionadas um total de 841 respostas, contudo, devido à não aceitação dos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados, apenas foram consideradas 820 respostas, cuja análise se apresenta na Parte V deste documento.

5.1 Caracterização da Amostra

Iniciaremos esta análise com uma caracterização dos municípios que responderam ao inquérito. Assim, os dados apresentados mostram que dos 820 municípios que responderam ao questionário online, a maioria é residente na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (41,8%), encontra-se na faixa etária entre 30 a 54 anos (63,4%) com habilitações literárias ao nível do ensino superior (74,8%) e é do sexo feminino (67,6%).

Imagen 12 – Questionário Munícipes – Caracterização da amostra

820
respondentes



Neste ponto apresentam-se as respostas à pergunta: “De acordo com a lista apresentada refira quais são, na sua opinião, as áreas de intervenção social prioritárias para o Concelho de Oeiras nos próximos 5 anos”, solicitando que cada município escolhesse até um máximo de 5 opções.

Daqui resulta a identificação das 10 áreas de intervenção que os municípios consideraram como prioritárias:

Tabela 38 - Questionário Municípios – Áreas de Intervenção

Área de Intervenção	N.º de respondentes que indicou cada área
Pessoas Idosas	467
Saúde	430
Família e Comunidade (Carências alimentar, habitacional, económica, etc.)	367
Educação	349
Infância e Juventude	318
Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	247
Crianças e Jovens em Risco	217
Emprego Empreendedorismo e Qualificação Profissional	195
Ambiente	193
Segurança/Proteção Civil	191
Pessoas com doença foro mental ou psiquiátrico	185
Pessoas vítimas de violência	179
Pessoas em situação de Sem-Abrigo	171
Cultura	137
Desporto	117
Pessoas Migrantes	100
Outra	81
Pessoas com comportamentos aditivos	68
Igualdade de Género	42
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	20

**PESSOAS
IDOSAS**



SAÚDE

**FAMÍLIA E
COMUNIDADE**



EDUCAÇÃO

**INFÂNCIA E
JUVENTUDE**



**PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA OU
INCAPACIDADE**

**CRIANÇAS E JOVENS EM
RISCO**



**EMPREGO E
FORMAÇÃO
PROFISSIONAL**

AMBIENTE



**SEGURANÇA E
PROTEÇÃO CIVIL**

Considerando a caracterização dos inquiridos realizada no ponto 5.1, considerámos pertinente aferir quais as áreas identificadas de intervenção prioritárias, identificadas pelos municípios, de acordo com a faixa etária, nível de escolaridade, sexo e área de residência.

Tabela 39 - Questionário Municípios – Áreas de Intervenção por Faixa Etária

Faixa Etária	Área de Intervenção mais votada	2ª Área de Intervenção mais votada	3ª Área de Intervenção mais votada	4ª Área de Intervenção mais votada	5ª Área de Intervenção mais votada
18-29 (54 respostas)	Família e Comunidade/ Infância e Juventude	Saúde	Pessoas Idosas	Educação	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade
30-54 (520 respostas)	Pessoas Idosas	Saúde	Educação	Infância e Juventude	Família e Comunidade
55-64 (144 respostas)	Pessoas Idosas	Educação	Saúde/ Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	Infância e Juventude	Família e Comunidade
65-79 (92 respostas)	Pessoas Idosas	Saúde/ Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Crianças e Jovens em Risco
80 e + (10 respostas)	Pessoas Idosas	Saúde	Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	Pessoas vítimas de violência/ Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	Infância e Juventude/ Crianças e Jovens em Risco

Os dados apresentados mostram as cinco áreas identificadas como prioritárias (Pessoas Idosas, Saúde, Família e Comunidade, Educação e Infância e Juventude), sendo de realçar que área de intervenção mais

votada pelos inquiridos corresponde às “Pessoas Idosas”, com a exceção dos que se encontram na faixa etária entre os 18 e os 29 anos.

Tabela 40 - Questionário Municípios – Áreas de Intervenção por Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	Área de Intervenção mais votada	2ª Área de Intervenção mais votada	3ª Área de Intervenção mais votada	4ª Área de Intervenção mais votada	5ª Área de Intervenção mais votada
S/ Escolaridade (3 respostas)	Pessoas Idosas	Saúde	-	-	-
1º Ciclo (6 respostas)	Pessoas Idosas	Infância e Juventude/ Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	Saúde/ Família e Comunidade/ Crianças e Jovens em Risco/ Pessoas vítimas de violência/ Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	-	-
2º Ciclo (9 respostas)	Pessoas Idosas/ Saúde	Educação	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	Família e Comunidade	Infância e Juventude
3º Ciclo (7 respostas)	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	Infância e Juventude	Pessoas Idosas/ Educação/ Crianças e Jovens em Risco	Emprego Empreendedorismo e Qualificação Profissional/ Pessoas com doença foro mental ou psiquiátrico	-
Ensino Secundário (182 respostas)	Pessoas Idosas	Saúde	Família e Comunidade	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	Educação

Ensino Superior (613 respostas)	Pessoas Idosas	Saúde	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Educação
---	----------------	-------	----------------------	----------------------	----------

Os dados apresentados mostram que, independentemente do nível de escolaridade, os municípios inquiridos identificam como área priorária “Pessoas Idosas”, com a exceção dos que possuem o 3.º ciclo, que indicam as “Pessoas com deficiência e/ou incapacidade”.

Tabela 41 - Questionário Munícipes – Áreas de Intervenção por Sexo

Sexo	Área de Intervenção mais votada	2ª Área de Intervenção mais votada	3ª Área de Intervenção mais votada	4ª Área de Intervenção mais votada	5ª Área de Intervenção mais votada
Feminino (554 respostas)	Pessoas Idosas	Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional	Saúde	Família e Comunidade	Infância e Juventude
Masculino (264 respostas)	Pessoas Idosas	Saúde	Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional	Infância e Juventude	Educação
Outro (2 respostas)	Cultura/ Ambiente	-	-	-	-

Ao nível do sexo dos inquiridos, mantém-se a tendência relativamente à identificação das “Pessoas Idosas” como área priorária.

Retrata-se, de seguida, as áreas prioritárias identificadas pelos municíipes, de acordo com a sua área de residência:

Tabela 42 - Questionário Munícipes – Áreas de Intervenção por área de residência

	Área de Intervenção mais votada	2ª Área de Intervenção mais votada	3ª Área de Intervenção mais votada	4ª Área de Intervenção mais votada	5ª Área de Intervenção mais votada
Concelho	Pessoas Idosas	Saúde	Família e Comunidade	Educação	Infância e Juventude
UFALCD	Pessoas Idosas	Saúde	Educação	Pessoas com deficiência ou incapacidade	Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico
		Família e Comunidade	Ambiente		Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
JFB	Saúde	Pessoas Idosas	Educação	Infância e Juventude	Família e Comunidade
UFCQ	Pessoas Idosas	Saúde	Educação	Família e Comunidade	Infância e Juventude
UFOPAC	Pessoas Idosas	Saúde	Família e Comunidade	Educação	Infância e Juventude
JFPS	Saúde	Pessoas Idosas	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Educação

A par das áreas identificadas no questionário, os municípios identificaram outras, que nos parece de serem enunciadas:

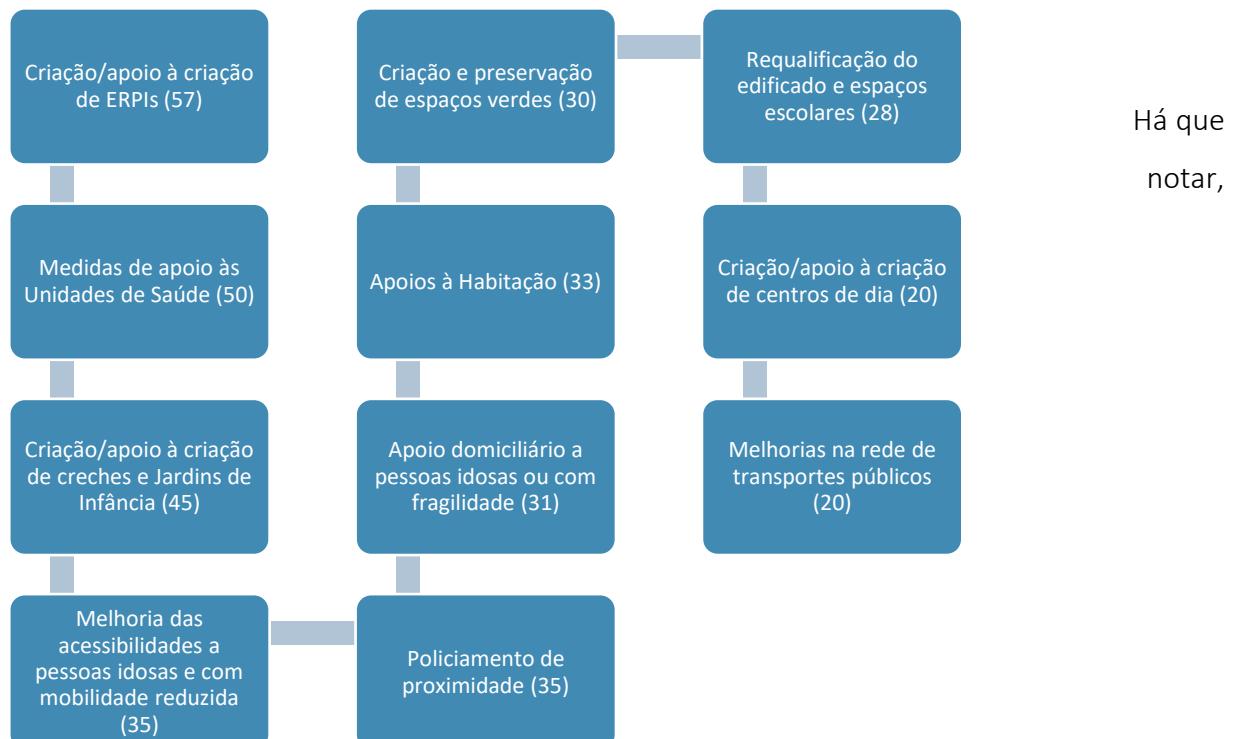
- Transportes e mobilidade
- Habitação
- Bem-estar animal
- Ambiente e espaço público
- Sustentabilidade
- Acessibilidades
- Ciência e tecnologia

- Educação para a saúde
- Integração social
- Justiça
- Turismo
- Urbanismo.

Uma das questões colocadas aos municípios prendeu-se com a identificação de medidas concretas a serem implementadas para cada uma das áreas, daqui salientando as seguintes:

- Pessoas Idosas: apoio e/ou criação de Estruturas Residenciais para Idosos;
- Saúde: apoios às Unidades de Saúde;
- Infância e Juventude: apoio e/ou criação de Creches e Jardins de Infância.

Imagen 13 - Questionário Munícipes – Medidas com maior frequência de resposta



contudo, que muitas das respostas a esta questão apontaram, mais do que medidas concretas, áreas de intervenção e manifestações de necessidades sentidas pelos municípios. A título de exemplo referem-se algumas: “Mais habitação”, “Mais instituições de apoio”, “Dar emprego a quem não o tem”, “Ajudar as

famílias com dificuldades”, “Respostas inovadoras e ativas”, “Fazer mais e melhor”, “Melhorar o tempo de intervenção”, “Acabar com a situação dos sem-abrigo”, “Intervenção na Comunidade”, “Colocar as pessoas acima de tudo”, “Gangues juvenis”, “Melhorar as condições de médicos e professores”, entre outras, que traduzem o sentir dos municíipes respondentes em relação a situações que os preocupam.

Foi possível, no entanto, harmonizar e tipificar as restantes respostas, identificando assim algumas sugestões concretas. De seguida, apresentam-se as medidas identificadas nas diferentes áreas de intervenção:

Pessoas Idosas

- Criação/apoio à criação de estruturas residenciais para idosos;
- Equipas/programas de apoio domiciliário;
- Criação/apoio à criação de centros de dia;
- Criação de atividades/medidas de combate à solidão;
- Atividades e espaços de convívio intergeracional.

Saúde

- Reforço dos RH das unidades de saúde/médicos de família;
- Criação de unidade(s) de saúde;
- Concessão de mais apoios às unidades de saúde;
- Criação de Unidades de Cuidados Continuados;
- Alargamento dos horários das unidades de saúde.

Família e Comunidade

- Apoios à habitação;
- Iniciativas para suprimento de carências alimentares;
- Apoios a reabilitação de habitações;
- Apoios à promoção da natalidade e da parentalidade;
- Apoios a cuidadores informais.

Ambiente e Sustentabilidade

- Criação/preservação de espaços verdes;
- Incentivos e centros para reciclagem e compostagem;

- Apoios a medidas de eficiência energética e energias renováveis;
- Criação de ciclovias;
- Criação de hortas comunitárias.

Educação

- Requalificação do edificado e espaços escolares;
- Criação de escolas/unidades escolares;
- Novas disciplinas de civismo e literacia nas escolas;
- Apoio psicológico nas escolas para crianças e adolescentes.

Infância e Juventude

- Criação/apoios a creches;
- Creches públicas ou gratuitas;
- Mais parques infantis;
- Criação/apoios a jardins de infância;
- Jardins de infância públicos ou gratuitos.

Medidas transversais /gerais

- Acompanhamento de proximidade;
- Bolsas de voluntariado/ medidas de apoio ao voluntariado;
- Apoios ao associativismo;
- Parcerias com empresas e IPSS;
- Consulta aos municípios/envolvimento da população.

Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

- Melhoria da acessibilidade para pessoas idosas/com deficiência;
- Mais estruturas residenciais para pessoas com deficiência;
- Apoio à integração profissional de pessoas com incapacidade e/ou deficiência;
- Apoios para ajustamentos dos domicílios de pessoas com incapacidades;
- Programas de atividades dirigidos a crianças com deficiência.

Segurança e Proteção Civil

- Mais policiamento de proximidade;
- Ações de educação em proteção civil;
- Criação de equipas de proteção civil municipal.

Transportes

- Melhoria da rede de transportes públicos e da rede de transporte escolar;
- Transportes públicos vocacionados para pessoas idosas;
- Transportes públicos gratuitos;
- Estacionamentos gratuitos.

PARTE VI

Considerações Finais

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diagnóstico Social é um instrumento dinâmico e participado, que permite conhecer e compreender a realidade social, as suas potencialidades e oportunidades, bem como detetar as principais vulnerabilidades e ameaças e, desse modo, conceber um plano de intervenção futuro mais realista e adequado. Permite, de igual forma, conhecer os diferentes atores que trabalham e contribuem, diariamente, para o desenvolvimento social do território, tornando-se por isso um importante documento de planeamento no âmbito do trabalho desenvolvido pela Rede Social.

A construção do Diagnóstico Social de Oeiras baseou-se numa metodologia participativa desde o seu início. Foi preocupação do Município de Oeiras envolver as entidades no processo de elaboração do Diagnóstico mas também ouvir os desafios que enfrentam no desenvolvimento da sua atividade; conhecer as empresas que contribuem para o desenvolvimento social através das suas iniciativas de responsabilidade social corporativa mas também ouvir os seus contributos para melhorar a articulação com as entidades sociais e, por fim, ouvir os municíipes, o que consideram ser as áreas de intervenção social prioritárias na intervenção do Município e o que poderá ser feito para responder às necessidade que identificam.

A adesão dos diferentes atores foi muito significativa, pelo que dirigimos um especial agradecimento a todos os que participaram, bem como às entidades que aderiram aos diversos grupos de trabalho que ativamente contribuíram para o processo de construção deste documento.

Este trabalho colaborativo permitiu a construção de um documento de suporte ao trabalho articulado da Rede Social concelhia, que apresenta uma importante caracterização do concelho de Oeiras, demonstrando a existência de indicadores de excelência em áreas como a educação e rendimentos, mas também de desafios aos quais é fundamental dar resposta.

Os dados apresentados mostram que Oeiras é o concelho da AML com a proporção mais elevada de população residente com, pelo menos, o ensino secundário completo e o concelho do país com o maior número de licenciados e a menor taxa de analfabetismo. Apresenta, igualmente, taxas de retenção e

desistência no ensino básico inferiores, em todos os ciclos de ensino, às verificadas em Portugal e na AML.

De igual forma, a remuneração média mensal dos trabalhadores/as por conta de outrem em Oeiras, em 2019, era a mais elevada dos municípios que integram a AML, apresentando igualmente os valores mais elevados de rendimento bruto declarado, ultrapassando a média da AML e nacional.

Por comparação com os concelhos limítrofes, Oeiras apresenta a média anual mais baixa de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, e de pessoas em situação de desemprego inscritas há menos de um ano. Do mesmo modo, Oeiras apresenta o menor número de beneficiários de prestações sociais, tais como abono de família para crianças e jovens, subsídio por assistência à 3.ª pessoa e Rendimento Social de Inserção.

Contudo, Oeiras apresenta igualmente desafios que devem ser pensados na intervenção do Município para os próximos anos, nomeadamente o aumento da idade média dos/as residentes, do índice de envelhecimento e do índice de dependência de idosos, bem como o facto de se verificar em Oeiras um aumento, superior ao verificado na AML, do número de famílias unipessoais e das famílias unipessoais compostas por pessoas com 65 e mais anos.

De igual forma, e apesar de Oeiras apresentar o menor número de crimes registados pelas polícias, quando comparado com os concelhos limítrofes verificou-se em Oeiras, no ano de 2022, um aumento de 11,3% do número de participações do crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogo, por comparação com o ano anterior.

Após a análise dos dados de caracterização sócio demográfica, e seguindo a estratégia definida de elaboração de um Diagnóstico Social mais participado que os anteriores, a área do terceiro setor (público e privado) assume um lugar primordial neste documento, considerando que estas entidades constituem um dos principais aliados do desenvolvimento social do concelho, e representam uma parte substancial do investimento municipal.

Deste modo, as áreas da infância e juventude, educação e apoio às pessoas idosas assumem a maior parte das respostas sociais que colaboraram no questionário, bem como sai reforçada a importância do trabalho colaborativo, em rede.

No que respeita às áreas prioritárias a salvaguardar, é salientada a importância da garantia da sustentabilidade financeira, o investimento na gestão dos recursos humanos e a melhoria e reconversão do edificado.

No que respeita à área da responsabilidade social, não obstante a pouca representatividade de respostas obtidas, foi importante este envolvimento e ligação ao trabalho que decorre da atividade da Rede Social de Oeiras.

Pudemos apurar, a título exemplificativo, o tipo de iniciativas habitualmente desenvolvidas neste âmbito, os recursos que deverão ser mobilizados para aumento do apoio às entidades sociais, e algumas estratégias que poderão ser seguidas, para fortalecimento da relação colaborativa.

Decorrente da estratégia de auscultação e integração dos municípios neste processo, foi possível apurar que são as áreas relacionadas com o apoio às pessoas idosas, saúde, vulnerabilidade sócio económica dos cidadãos, educação e infância e juventude, que centralizam as respostas no geral.

Assim, os dados apresentados e os desafios que a construção do Diagnóstico Social apresentam, permitirão a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social renovado, dinâmico e partilhado, em que a promoção e o desenvolvimento social do concelho são o objetivo comum de todos os intervenientes deste processo.

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE OEIRAS

2022

ANEXOS



ANEXO I - DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE OEIRAS

- Matriz de Indicadores aprovados na reunião da Supraconcelhia da Grande Lisboa da Rede Social

RENDIMENTOS

Áreas de análise	Indicador	Indicadores complementares	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Periodicidade
Rendimentos	Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo - Emprego e Mercado de Trabalho	Remuneração e ganho por sexo Remuneração por atividade económica Remuneração por qualificação Remunerações dos empregados (base=2016) Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal	A remuneração de base mensal é o montante que o empregado tem direito a receber todos os meses pelo horário normal de trabalho.	Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo	Euros	Quadros do Pessoal	GEP/MTSSS (até 2009) GEE/Me (2010 a 2012) GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013)	Anual
	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica - Emprego e Mercado de Trabalho	Ganho por nível de escolaridade Ganho por atividade económica Ganho por sexo Ganho por qualificação	O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.	Ganho por atividade económica	Euros	Quadros do Pessoal	GEP/MTSSS (até 2009) GEE/Me (2010 a 2012) GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013)	Anual
	Proporção de poder de compra - Habitação, Conforto e Condições de Vida	Poder de compra per capita Rendimento dos particulares (base=2016) Taxa de Inflação (Taxa de Variação do IPC)	Este indicador compósito pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões.	Proporção de poder de compra	% no total do poder de compra nacional	Estudo do poder de compra concelhio	INE	Bienal

	pensões segurança social e caixa geral aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%)		São tratados como pensões todos os eventos que dão origem a pagamentos devido ao facto de a pessoa que aufera o rendimento deixar de ser capaz, por morte ou incapacidade, de proporcionar um rendimento para si próprio e para os seus dependentes. (Meta informação – Sistema Europeu de Contas)	<u>Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%)</u>	Pensão	Estimativas Anuais da População Residente	INE	Anual
As Pessoas / Rendimento e condições de vida	Indicadores de pobreza ou exclusão social, privação material e desigualdade económica, 2018 e 2019	7.2 - Indicadores de privação habitacional por tipologia de áreas urbanas 7.3 - Indicadores do rendimento bruto declarado no IRS por município, (continua)II. 7.3 - Indicadores do rendimento bruto declarado no IRS por município (continuação) II.7.4 - Indicadores de desigualdade do rendimento declarado no IRS por município (continua) II.7.4 - Indicadores de desigualdade do rendimento declarado no IRS por município (continuação) II.7.5 - Principais variáveis do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) por município II.7.6 - Distribuição do rendimento bruto declarado dos agregados fiscais por município,	. O indicador População residente em risco de pobreza ou exclusão social, por convenção, é referenciado ao ano do inquérito. Este indicador combina dois indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza após transferências sociais e Intensidade laboral per capita muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa). O ano de referência dos rendimentos de cada inquérito é o ano civil anterior. Assim, os dados referentes ao ano n são recolhidos pelo ICOR realizado em n+1.	<u>https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios</u>		INE, I.P., Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, in Anuários Estatísticos Regionais	INE	Anual

		<p>II.7.7 - Distribuição do rendimento bruto declarado dos sujeitos passivos por município</p> <p>II.7.8 - Distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS Liquidado dos agregados fiscais por município</p> <p>II.7.9- Distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS Liquidado dos sujeitos passivos por município</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

EMPREGO E DESEMPREGO

Áreas de análise	Indicador	Indicadores complementares	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Operação estatística	Entidade responsável	Periodicidade
Emprego e Desemprego	População empregada: total e por sexo	Por grupo etário Por nível de escolaridade completo	Empregado - Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por	População empregada: total e por sexo	Individuo	Inquérito ao Emprego	INE	Trimestral/anual

			uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência. (Meta informação – INE)				
Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%) - Emprego e Mercado de Trabalho	<u>Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo (%)</u> <u>Taxa de desemprego por sexo (%)</u>	A taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.	<u>Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%)</u>	%	Inquérito ao Emprego	INE	Trimestral/Anual

População empregada: total e por grandes sectores de atividade económica - Emprego e Mercado de Trabalho		<p>A atividade económica inclui a agricultura, a indústria transformadora, a construção e obras públicas, o comércio e outros ramos de atividade em que se podem agrupar quem produz o mesmo tipo de bens e de serviços. É frequente agrupar as atividades económicas em três grandes sectores: 1. Primário, incluindo agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral; 2. Secundário, incluindo indústria transformadora e construção; e 3. Terciário, incluindo os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública,</p> <p><u>População empregada: total e por grandes sectores de atividade económica</u></p>		Individuo	Inquérito ao Emprego	INE	Trimestral/Anual

			educação ou saúde.				
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por sexo - Emprego e Mercado de Trabalho	<u>Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário</u> <u>Inscrita nos centros de emprego por nível de escolaridade</u>	O desempregado "inscrito" é o desempregado registado nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional.	<u>Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por sexo</u>	Individuo	Recenseamento (administrativo)	IEFP/MTSSS-METD	Mensal/Anual
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição - Emprego e Mercado de Trabalho	<u>À procura de novo emprego por sexo</u> <u>Por tipo de desemprego segundo os Censos – Homens</u> <u>Por tipo de desemprego segundo os Censos – Mulheres</u>	Desempregado de Curta Duração, Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há menos de 12 meses. Longa Duração, disponível para o trabalho e à procura de	<u>Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição</u>	Individuo	Recenseamento (administrativo)	IEFP/MTSSS-METD	Mensal/Anual

		emprego há 12 meses ou mais					
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%) - Emprego e Mercado de Trabalho	-	O desempregado "inscrito" é o desempregado registado nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional. (Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no ano civil / População média residente com 15 a 64 anos) * 100	<u>Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)</u>	%	Recenseamento (administrativo)	IEFP/MTSSS-METD	Mensal/Anual
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tipo de desemprego - Emprego e Mercado de Trabalho		O desempregado "inscrito" é o desempregado registado nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional.	<u>Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tipo de desemprego</u>	Individuo	Recenseamento (administrativo)	IEFP/MTSSS-METD	Mensal/Anual

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade - Emprego e Mercado de Trabalho	<u>Remuneração por atividade económica</u> <u>Remuneração por sexo</u>	O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios. Trabalhador por conta de outrem -Indíviduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.	<u>Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade</u>	Euro	Quadros de Pessoal	GEP/MTSSS (até 2009) GEE/Me (2010 a 2012) GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013)	Anual

			(Meta informação – INE)					
--	--	--	-------------------------------	--	--	--	--	--

ATIVIDADE ECONÓMICA

Áreas de análise	INDICADOR PROPOSTO	Indicadores complementares	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Períodicidade
Atividade económica	Empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica - Empresas, Pessoal e Produto	Densidade empresarial Empresas por 100 habitantes Pessoal ao serviço por atividade económica	Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais	Empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica	Empresa	Sistema de Contas Integradas das Empresas	INE	Anual
	Empresas não financeiras: total e por dimensão - Empresas, Pessoal e Produto	Por atividade económica Com menos de 10 pessoas em % do total de empresas PMEs e grandes empresas	Uma atividade resulta de uma combinação de recursos, tais como equipamentos, mão-de-obra, técnicas de fabricação, redes de informação e produtos, que conduzem à criação de bens ou de serviços determinados. Qualquer atividade se caracteriza por uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de produção e uma saída de produtos. A empresa é a organização na qual empresário e trabalhadores produzem e vendem bens ou serviços. O pessoal ao serviço é o número de pessoas que contribuem para a atividade de uma empresa ou instituição, tais como empregados, gerentes ou familiares não remunerados.	Empresas Não Financeiras	Empresa	Sistema de Contas Integradas das Empresas	INE	Anual

	volume negócios por atividade económica, valor acrescentado bruto por atividade económica, volume negócios e valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas (%)		<p>O volume de negócios é o montante obtido por uma empresa com a venda de bens e a prestação de serviços, excluindo impostos</p>	<u>Volume de negócios das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica</u>	Euro	<p>Sistema de Contas Integradas das Empresas</p>	INE	Anual
	Superfície das principais culturas agrícolas - Agricultura e Pescas	<u>produção das principais culturas agrícolas</u>	<p>Superfície da exploração que inclui terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes. (Meta informação – INE)</p>	<u>Superfície das principais culturas agrícolas</u>	Hectare (há)	<p>Estatísticas da Produção Vegeta</p>	INE	<p>Ano agrícola (1 de Novembro do ano anterior ao ano de referência até 31 de Outubro do ano de referência)</p>

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Áreas de análise	Indicador proposto	Indicadores complementares	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Períodicidade
Educação e Formação	População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos: total e por sexo - Educação	População residente sexo masculino com 15 ou mais anos segundo os censos: total e por nível escolaridade mais elevado População com 15 e mais anos por nível de escolaridade – Mulheres	Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.	População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos: total e por sexo	Individuo	Recenseamentos Gerais da População	INE	Decenal
	População residente com 15 e mais anos sem o ensino secundário (%) - Educação	População sem o ensino secundário por sexo, segundo os Censos (%)	(População com 15 e mais anos sem o ensino secundário / População residente com 15 e mais anos) * 100	População residente com 15 e mais anos sem o ensino secundário (%)	Individuo	Inquérito ao Emprego	INE	Trimestral/Anual
	Trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade - Emprego e Mercado de Trabalho	Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato – Homens Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato – Mulheres	Nº de trabalhadores por conta de outrem por nível de instrução sobre o total de trabalhadores por conta de outrem	Trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade	Indivíduo	Quadros do Pessoal	GEP/MTSSS (até 2009) GEE/MEc (2010 a 2012) GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013)	Anual
	Taxa de abandono precoce de educação e formação: total e por sexo - Educação		A taxa de abandono precoce de educação e formação é a percentagem de pessoas entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o secundário	Taxa de abandono precoce de educação e formação: total e por sexo	Taxa	Inquérito ao Emprego	INE	Trimestral/Anual

	Alunos matriculados no ensino pré-escolar: total e por sexo	<u>Alunos matriculados no ensino pré-escolar: total e por subsistema de ensino</u>	A educação pré-escolar define-se como a etapa inicial de um ensino organizado, que visa essencialmente integrar as crianças de muito tenra idade num ambiente escolar, isto é, estabelecer a ligação entre a casa e a escola. Após a conclusão destes programas, as crianças continuam a sua educação no nível 1 (primeira etapa do ensino básico). (Meta informação – Eurostat)	<u>Alunos matriculados no ensino pré-escolar: total e por sexo</u>	Proporção	Recenseamento Escolar	DGECC/ME-MCTES	Anual
	Taxa de retenção e desistência no ensino básico	<u>Taxa de retenção e desistência no ensino secundário: total, por modalidade de ensino e ano de escolaridade</u>	Taxa de Desistência Situação que ocorre em consequência do abandono temporário de aluno ou formandos da frequência das atividades letivas de um curso, de um período de formação ou de uma ou mais disciplinas no decurso de um ano letivo. Notas: inclui-se o abandono, a anulação da matrícula e a exclusão por excesso de faltas (Meta informação – DGECC). Taxa de Retenção Situação que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra (Meta informação – DGECC).	<u>Taxa de retenção e desistência no ensino básico: total e por ano de escolaridade</u>	Proporção	Recenseamento Escolar	DGECC/ME-MCTES	Anual

	<p>Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino - Educação</p> <p>Estabelecimentos públicos em % do total de estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino</p>	<p>São contabilizados apenas os estabelecimentos do ensino regular, ensino artístico especializado, cursos profissionais e cursos de educação e formação.</p> <p>Cada estabelecimento de ensino é contado tantas vezes quantos os ensinos que ministra</p>	<p>Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: por nível de ensino</p>	Nº	Recenseamento Escolar	DGECC/ME-MCTES	Anual
	<p>Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino - Educação</p> <p>-</p>	<p>Na ótica das estatísticas da educação, refere-se ao indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula. (Meta informação – INE)</p>	<p>Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino</p>	Nº	Recenseamento Escolar	DGECC/ME-MCTES	Anual
	<p>computadores com ligação internet no ensino básico e secundário: total e por nível ensino</p> <p>Agregados domésticos com computador e com ligação à Internet (%) Alunos por computador no básico e secundário Alunos por computador no básico e secundário – Privado Alunos por computador no básico e secundário – Público</p>	<p>Ligaçao ao conjunto de redes informáticas mundiais interligadas pelo protocolo TCP/IP – Transmission Controlo Protocolo/Internet Protocol, onde se localizam servidores de informação e serviços (FTP, WWW, e-mail, etc.). (Meta informação – INE)</p>	<p>Computadores com ligação à Internet no ensino básico e secundário: total e por nível de ensino</p>	Computador	Recenseamento Escolar	DGECC/ME-MCTES	Anual

PROTEÇÃO SOCIAL

Áreas de análise	Indicador PROPOSTO	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Periodicidade
	Capacidade dos equipamentos sociais - crianças em creche	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - crianças em estabelecimento de Educação Pré-escolar	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Centros de atividades de tempos livres	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar.	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

		Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)					
Capacidade de resposta	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)		http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
Capacidade dos equipamentos sociais - Lar de Apoio	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)		http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
Capacidade dos equipamentos sociais - Transporte de Pessoas com Deficiência	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s		http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

		serviço (capacidade)					
	Capacidade dos equipamentos sociais -Centro de Apoio Familiar Aconselhamento Parental	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Crianças e Jovens em Situação em Perigo em Centro de Acolhimento Temporário	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Lares de Infância e Juventude	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

	Capacidade dos equipamentos sociais - Apartamento de Autonomização	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Atividades Socioeducativas	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Serviço de Apoio Domiciliário	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Centro de Convívio	Número máximo de utentes que a resposta social	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

		<p>pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)</p>					
	Capacidade dos equipamentos sociais - Centro de Dia	<p>Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)</p>	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Residência	<p>Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)</p>	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Centro de Atendimento/Acompanhamento	<p>Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico</p>	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

		do equipamento/s serviço (capacidade)					
	Capacidade dos equipamentos sociais - Serviço de Apoio Domiciliário	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Centro de Atividades Ocupacionais	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
Proteção social/Ação Social	Capacidade dos equipamentos sociais - Lar Residencial	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

	Capacidade dos equipamentos sociais - Transporte de Pessoas com Deficiência (Adultos)	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Apoio Domiciliário	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Apoio Domiciliário Integrado	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Fórum Socio-Ocupacional	Número máximo de utentes que a resposta social	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

		<p>pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)</p>					
	Capacidade dos equipamentos sociais -Unidade de Vida Protegida	<p>Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)</p>	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Unidade de Vida Autónoma	<p>Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)</p>	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Equipa de Rua Apoio para Pessoas Sem-Abrigo	<p>Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico</p>	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

		do equipamento/s serviço (capacidade)					
	Capacidade dos equipamentos sociais -Atelier Ocupacional	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Atendimento/Acompanhamento Social	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais -Grupo de Autoajuda	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

	Capacidade dos equipamentos sociais - Centro Comunitário	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais -Centro de Férias e Lazer	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Refeitório/Cantina Social	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais -Centro de Apoio à Vida	Número máximo de utentes que a resposta social	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

		<p>pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)</p>					
	Capacidade dos equipamentos sociais - Comunidade de Inserção	<p>Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)</p>	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais -Centros de Alojamento Temporário	<p>Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)</p>	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Ajuda Alimentar a Carenciados	<p>Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico</p>	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

	do equipamento/s serviço (capacidade)					
Capacidade dos equipamentos sociais -Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (VIH/SIDA)	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php		Nº	Carta Social	GEP
Capacidade dos equipamentos sociais - Serviço de Apoio Domiciliário (VIH/SIDA)	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php		Nº	Carta Social	GEP
Capacidade dos equipamentos sociais -Residência para Pessoas com VIH/SIDA	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/s serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php		Nº	Carta Social	GEP

	Capacidade dos equipamentos sociais -Equipa de Intervenção Direta	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais - Apartamento de Reinserção Social	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais -Apoio em Regime Ambulatório	Número máximo de utentes que a resposta social pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual
	Capacidade dos equipamentos sociais -Centro de Reabilitação de	Número máximo de utentes que a resposta social	http://www.cartasocial.pt/index1.php	Nº	Carta Social	GEP	Anual

	Pessoas com Cegueira	pode comportar. Está associada ao espaço físico do equipamento/serviço (capacidade)					
	Média mensal de Processos de promoção e Proteção ativos <u>por Concelho</u>	%: número de crianças com processo aberto pela CPCJ segundo o grupo etário por cada qoo crianças com processo aberto	Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/16406/Relat%C3%B3rio+Anual+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+atividade+das+CPCJ+do+ano+de+2019/e168c7fb-ddc8-4524-ba20-9511d8a5ae27	Nº	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Anual
	Categorias de perigo comunicadas	%: número de crianças com processo aberto pela CPCJ segundo a problemática por cada grupo de crianças com processo aberto	Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/16406/Relat%C3%B3rio+Anual+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+atividade+das+CPCJ+do+ano+de+2019/e168c7fb-ddc8-4524-ba20-9511d8a5ae27	Nº	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Anual
	Tipo de medidas de promoção e proteção aplicadas	%: número de crianças com processo aberto pela CPCJ segundo as medidas de proteção aplicadas por cada grupo de crianças com processo aberto	Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/16406/Relat%C3%B3rio+Anual+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+atividade+das+CPCJ+do+ano+de+2019/e168c7fb-ddc8-4524-ba20-9511d8a5ae27	Nº	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Anual

Seg. Social - Benefícios	Abono de família	<p>Prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e à educação das crianças e jovens. (Meta informação – INE)</p>	<p><u>Abono de família</u></p>	Requerente	Recenseamento (administrativo)	II/MTSSS	Anual
--------------------------	------------------	---	--	------------	--------------------------------	----------	-------

Beneficiários de Licença por maternidade/paternidade, por sexo	<p>LICENÇA POR MATERNIDADE OU PATERNIDADE: Ausência dos trabalhadores (mãe ou pai) por um período de impedimento para o exercício da atividade laboral no âmbito da proteção à Parentalidade. A duração desta licença é de 120 dias consecutivos (acrescendo 30 dias por cada gémeo, além do primeiro). Destes 120 dias, 90 deverão ser gozados obrigatoriamente após o parto, podendo os restantes ser gozados, total ou parcialmente, antes ou depois do parto. É obrigatório o gozo, pela mãe, de 6 semanas,</p> <p><u>Beneficiárias/os de licença por paternidade/ maternidade, da segurança social (Série 1990-2009 - N.º por Sexo; Anual</u></p>		Nº	INE, Estatísticas da proteção social - SEEPROS	INE	Anual

		<p>a seguir ao parto, podendo o restante período ser utilizado também pelo pai em caso de morte, de incapacidade física ou psíquica da mãe ou de decisão conjunta de ambos os pais. Esta licença é considerada como prestação efetiva de trabalho, conferindo o direito a um subsídio pago pela segurança social ou à remuneração quando esteja em causa um funcionário da administração pública. Fonte: Lei n.º 99/03, de 27 de Agosto, que aprova o CT, (artigos 35.º e nºs 2, 3 e 4 do artigo 36.º); Lei n.º 35/04, de</p>			
--	--	---	--	--	--

		29 de Julho, que regulamenta o Código do Trabalho - RCT (artigos 68.º) (Adaptado)					
Bonificação por deficiência	Bonificação acrescida ao subsídio familiar a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos em função de os mesmos possuírem deficiência. (Meta informação – INE)	<u>Subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social</u>		Titular	Recenseamento	II/MTSSS	Anual

II.6.10 - Valor e beneficiárias/os da prestação social para a inclusão, segundo o sexo e a idade, 2019	<p>Prestação pecuniária mensal que visa melhorar a proteção social de pessoas com deficiência/incapacidade, tendo em vista promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família. Os residentes no país com idades compreendidas entre os 18 anos e a idade legal de reforma em vigor, e com um grau de incapacidade, devidamente certificada, igual ou superior a 60%, têm acesso à</p> <p><u>Valor e beneficiárias/os da prestação social para a inclusão, segundo o sexo e a idade, 2019p</u></p>			Beneficiário	Recenseamento	II/MTSSS

		<p>prestação. O montante mensal da prestação é variável e depende do valor de referência anual fixado em portaria do governo, do grau de incapacidade e do nível de rendimentos do beneficiário ou do seu agregado familiar.</p> <p>Nota - Esta prestação é constituída por três componentes: a componente base, destinada a compensar o acréscimo de encargos gerais resultantes da situação de deficiência/incapacity do beneficiário titular; o complemento, destinado a combater a pobreza dando resposta à falta</p>			
--	--	---	--	--	--

		ou insuficiência de recursos económicos de pessoas com deficiência/incapacidade ou da sua família; e a majoração, que se destina a compensar o acréscimo de encargos específicos resultantes da situação de deficiência/incapacidade.					
	Subsídio por assistência à 3^a pessoa	O subsídio por assistência de terceira pessoa é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias para apoiar crianças e adultos com deficiência que exige acompanhamento permanente.	<u>Subsídio por assistência à 3^a pessoa da Segurança Social</u>	Titular	Recenseamento	II/MTSSS	Anual

	Subsídio de desemprego em % da população residente	O subsídio de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social durante um número limitado de meses enquanto o trabalhador que perdeu o seu emprego procura um novo trabalho. O subsídio social de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social aos desempregados com baixo rendimento familiar e que não podem aceder ao subsídio de desemprego.	<u>Beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)</u>	Titular	Recenseamento	II/MTSSS	Anual
	Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social: total e por sexo	O subsídio de doença é o montante compensatório atribuído pela segurança social enquanto o beneficiário	<u>Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social: total e por sexo</u>	Individuo	Recenseamento	II/MTSSS	Anual

		está temporariamente incapacitado para trabalhar.					
Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário	O rendimento social de inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.	<u>Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário</u>		Individuo	Recenseamento	II/MTSSS	Anual

Seg. Social - Pensionistas	Pensões da Segurança Social e CGA em % da população residente	<p>Pessoas a receber pensão da Segurança Social por cada uma que desconta</p> <p>Onde pagam a Segurança Social e a CGA mais e menos pensões, por 100 residentes</p>	Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%)	Pensão/ Rácio	Recenseamento	II/MTSSS	Anual
----------------------------	---	---	--	---------------	---------------	----------	-------

HABITAÇÃO

Áreas de análise	Indicador proposto	Indicadores complementares	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Periodicidade
Habitação	Alojamentos familiares clássicos segundo os Censos: total e por forma de ocupação	Familiares clássicos por número de divisões segundo os Censos	Alojamento familiar clássico é a casa onde moram as pessoas, como é o caso dos apartamentos ou das moradias.	Alojamentos familiares clássicos segundo os Censos: total e por forma de ocupação	Alojamento	X Recenseamento Geral da População IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação	INE	Decenal
	Alojamentos familiares não clássicos segundo os Censos: total e por tipo - Habitação, Conforto e Condições de Vida		Alojamento familiar não clássico é um tipo de local improvisado onde moram pessoas, como, por exemplo, uma barraca, uma caravana ou um barco.	Alojamentos familiares não clássicos segundo os Censos: total e por tipo	Alojamento	X Recenseamento Geral da População IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação	INE	Decenal

	Alojamento segundo os censos: total e por tipo	O alojamento é o local onde moram pessoas. Há alojamentos familiares, como apartamentos ou moradias, e alojamentos colectivos, como hotéis, lares ou prisões.	<u>Alojamentos segundo os Censos: total e por tipo</u>	Alojamento	I, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação	INE	Decenal
	Alojamentos familiares por instalações existentes segundo os Censos - Habitação, Conforto e Condições de Vida	Alojamentos familiares ocupados por instalações existentes Inclui os alojamentos familiares, clássicos e não clássicos, ocupados, excluindo os alojamentos familiares vagos e de uso sazonal	<u>Alojamentos familiares por instalações existentes segundo os Censos</u>	Alojamento	16/Março/1981 12/Março/2001 21/Março/2011	INE	Decenal

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados por proprietários segundo os Censos: total e por existência de encargos de compra - Habitação, Conforto e Condições de Vida	<p>O alojamento familiar clássico é a casa onde moram as pessoas, como é o caso dos apartamentos ou das moradias. Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família. (metainformação – INE)</p>	<p>Alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados por proprietários segundo os Censos: total e por existência de encargos de compra</p>	Alojamento	II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação	INE	Decenal
Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (N.º)	<p>Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (N.º)</p>	<p>Contrato de arrendamento urbano: Contrato pelo qual uma das partes concede à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no todo ou em</p> <p>https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaque&DESTAQUESdest_bo ui=415516219&DESTAQUESmodo=2</p>		INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local	INE	Semestral

	últimos 12 meses (€)		parte, mediante retribuição. Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013);				
Nº Contratos Renda Social	Nº Beneficiários de contratos de renda social	Contrato de renda social - Contrato de arrendamento mediante o qual o valor da renda é reduzido face à necessidade de apoio social ao agregado/família. aplica-se a arrendamentos de habitações	A ser disponibilizada por cada Município		Nº de contratos		

			<p>construídas ou promovidas pelo Estado, pela Administração Local e Regional, pelos Institutos Públicos e IPSS. Estado, pela Administração Local e Regional, pelos Institutos Públicos e IPSS.</p> <p>Habitação social - Habitação a custos controlados que se destina a agregados familiares carenciados, mediante contrato de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel.</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--

Nº Contratos do programa de Renda Acessível	Nº Beneficiários de contratos de renda acessível	O Programa de Arrendamen to Acessível (PAA) é um programa de política de habitação que visa promover uma oferta alargada de habitação para arrendamen to a preços compatíveis com os rendimento s das famílias. Com este programa o Governo quer «contribuir para dar resposta às necessidade s habitacionai s das famílias cujo nível de rendimento não lhes permite aceder no mercado a	A ser disponibilizada por cada Município		Nº de contrat os		

			uma habitação adequada às suas necessidades ».				
--	--	--	---	--	--	--	--

DEMOGRAFIA

Áreas de análise	Indicador proposto	Indicador complementar	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Periodicidade
Demografia	População residente: total e por grandes grupos etários (%) - População		<p>População residente - Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano. (Meta informação – INE)</p> <p>Grupo Etário -Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo</p>	População residente: total e por grandes grupos etários (%)	Indivíduo	Estimativas Anuais da População Residente	INE	Anual

			com o momento de referência. (Meta informação – INE)					
População residente - Estimativas da População Residente a 31 de dezembro	-		População residente - Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano. (Meta informação – INE)	Estimativas a 31/12 por sexo	Individuo	Estimativas Anuais da População Residente	INE	Anual

	Densidade populacional		Densidade populacional - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado). (Meta informação – INE)	<u>Densidade populacional</u>	N.º médio de indivíduos por Km ²	Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2009.0	INE	Anual
	Contributo dos saldos natural e migratório para a variação populacional anual (%) - População		<p>Saldo migratório é a diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram.</p> <p>Saldo natural é a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo. (Meta informação – INE)</p> <p>Variação populacional é a diferença entre os efetivos populacionais no final e no início de um determinado período. (Meta informação – Eurostat)</p>	<u>Contributo dos saldos natural e migratório para a variação populacional anual (%)</u>	Indivíduo	Estimativas Anuais da População Residente Estatísticas de Nados-Vivos Estatísticas de Óbitos	INE	Anual

	Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório - População		Saldo Migratório - Diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) numa determinada região durante o ano (por conseguinte, o saldo migratório é negativo quando o número de emigrantes excede o número de imigrantes). Saldo Natural-Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo. (Meta informação – INE)	<u>Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório</u>	Indivíduo	INE; Pordata	INE	Anual
	Taxa bruta de natalidade - População	<u>Nados-vivos por sexo</u>	Taxa bruta de natalidade é o número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10^3) habitantes). (Meta informação – INE)	<u>Taxa bruta de natalidade</u>	Taxa	INE;PORDATA	INE	Anual
	Taxa de fecundidade geral - População		A taxa de fecundidade é o número de nascimentos por cada 1000 mulheres em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade. A taxa de fecundidade pode ser calculada para diversas idades.	<u>Taxa de fecundidade geral</u>	Taxa	Estimativas anuais da população residente	INE	Anual

	Índice de dependência de jovens		O índice de dependência de jovens é o número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa.	Índice de dependência de jovens	Rácia	Estimativas anuais da população residente	INE	Anual
	Índice de envelhecimento		O índice de envelhecimento é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.	Índice de envelhecimento	Rácia	Estimativas anuais da população residente	INE	Anual
	Índice de dependência de idosos		O índice de dependência de idosos é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.	Índice de dependência de idosos	Rácia	Estimativas anuais da população residente	INE	Anual
	População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades - População	População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente	Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao	População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades	Individuo	População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente	INE SEF/MAI	Anual

			abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular. (Meta informação – INE)				
Taxa bruta de divorcialidade - População			Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 (10 ³) habitantes). (Meta informação – INE)	Taxa bruta de divorcialidade	Taxa	Estatísticas de Divórcios e Separação de Pessoas e Bens	INE, INE DGPJ/MJ, PORDATA
Agregados domésticos privados: total e por tipo de composição - População	Agregados domésticos privados monoparentais: total e por sexo	O agregado doméstico privado inclui quem partilha a casa e as principais despesas, podendo os indivíduos ter ou não laços familiares. Também se incluem neste conceito as pessoas que vivem sozinhas. Os agregados domésticos privados são geralmente designados agregados familiares.		Agregados domésticos privados: total e por tipo de composição	Alojamento	Inquérito ao Emprego	INE

	Famílias clássicas unipessoais segundo os Censos (%) - População	Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. (Meta informação – INE)	<u>Famílias clássicas unipessoais segundo os Censos (%)</u>	Proporção	Censos, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População	INE	Decenal
	Agregados domésticos privados unipessoais: total e de indivíduos com 65 e mais anos - População	O agregado doméstico privado inclui quem partilha a casa e as principais despesas, podendo os indivíduos ter ou não laços familiares. Também se incluem neste conceito as pessoas que vivem sozinhas. Os agregados domésticos privados são geralmente designados agregados familiares.	<u>Agregados domésticos privados unipessoais: total e de indivíduos com 65 e mais anos</u>	Agregado doméstico privado (até 2010); Alojamento (a partir de 2011)	Inquérito ao Emprego	INE	Trimestral/Anual
	Famílias clássicas segundo os Censos: total e por número de indivíduos - População	Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa	<u>Famílias clássicas segundo os Censos: total e por número de indivíduos</u>	Família	X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População	INE	Decenal

			independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. (Meta informação – INE)					
--	--	--	--	--	--	--	--	--

SAÚDE

Áreas de análise	Indicador proposto	Indicador complementar	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Perodicidade
Saúde	Pessoal de saúde: médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos - Saúde	<u>Habitantes por médico e farmacêutico</u>	Os valores apresentados referem-se a médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos inscritos nas respetivas Ordens profissionais	<u>Pessoal de saúde: médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos</u>	Individuo	Estatísticas do Pessoal de Saúde	INE	Anual
	Farmácias e postos farmacêuticos móveis - Saúde		Farmácia - Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, a pessoas singulares ou coletivas. O exercício da sua atividade está devidamente regulamentado, competindo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições devidamente	<u>Farmácias e postos farmacêuticos móveis</u>	Farmácia	Estatísticas das Farmácias	INE	Anual

			<p>regulamentadas, dois postos farmacêuticos novos. (Meta informação – INE)</p> <p>Posto Farmacêutico Móvel - Estabelecimento destinado à dispensa de medicamentos ao público, a cargo de um farmacêutico e dependente de uma farmácia em cujo alvará se encontra averbado. Tem condições especiais devidamente regulamentadas, de instalação e funcionamento. (Meta informação – INE)</p>					
	Hospitais: total e por natureza institucional - Saúde		<p>Hospital oficial - Hospital que é tutelado administrativamente pelo Estado, independentemente da propriedade das instalações. Pode ser: Público - tutelado pelo Ministério da Saúde ou Secretarias Regionais de Saúde, cujo acesso é universal; Militar - tutelado pelo Ministério da Defesa Nacional; Paramilitar -</p>	<u>Hospitais: total e por natureza institucional</u>	Estabelecimento Saúde	INE DGS/MS	INE DGS/MS	Anual

			<p>tutelado pelo Ministério da Administração Interna; Prisional - tutelado pela Ministério da Justiça. (Meta informação – INE)</p> <p>Hospital privado - Hospital cujas propriedade e administração são pertença de instituição privada, com ou sem fins lucrativos. (Meta informação – INE)</p>					
	Camas nos hospitais - Saúde		<p>Hospital - Estabelecimento de saúde dotado de internamento, ambulatório e meios de diagnóstico e terapêutica, com o objetivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica. (Meta informação – INE)</p>	<u>Hospitais: camas</u>	Cama	Inquérito aos Hospitais	NE DGS/MS	Anual

	SNS: consultas médicas nos centros de saúde, por algumas especialidades médicas (1993-2012) - Saúde	<u>SNS: consultas externas nos hospitais, por algumas especialidades médicas</u>	Consulta médica - Ato de assistência prestado por um médico a um indivíduo, podendo consistir em observação clínica, diagnóstico, prescrição terapêutica, aconselhamento ou verificação da evolução do seu estado de saúde. (Meta informação – INE)	<u>SNS: consultas médicas nos centros de saúde, por algumas especialidades médicas (1993-2012)</u>	Registos	Inquérito aos Centros de Saúde	INE DGS/MS	Anual
	Esperança de Vida à nascença, por sexo		Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência. (Meta informação – INE)	<u>Esperança de vida à nascença por sexo</u>	Ano/Idade	Estatísticas de Óbitos	INE	Mensal/Anual
	Esperança de Vida aos 65 anos, por sexo		Número médio de anos que um indivíduo, ao atingir os 65 anos, pode esperar ainda viver, se submetido, até ao final da sua vida, às taxas de mortalidade observadas no momento de referência. (Meta informação – Eurostat)	<u>Esperança de vida aos 65 anos por sexo</u>	Ano/Idade	Estatísticas de Óbitos	INE	Mensal/Anual

	Óbitos por algumas causas de morte	Por grupo etário Por sexo Por algumas causas de morte	Óbitos por: Doenças do aparelho circulatório, Tumores malignos, Lesões e envenenamentos ,Diabetes ,Doenças do aparelho respiratório ,Doenças do aparelho digestivo e Suicídio	Óbitos por algumas causas de morte (%)	Proporção	Estatísticas de Óbitos	INE	Mensal/Anual
	Óbitos Perinatais		Mortalidade Perinatal -Óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade. (Meta informação – INE)	Perinatais	Individuo	Estatísticas de Óbitos	INE	Mensal/Anual
	Óbitos Neonatais	Neonatais em % dos óbitos no primeiro ano de vida	Óbitos de crianças nascidas vivas que faleceram com menos de 28 dias de idade. (Meta informação – INE)	Neonatais	Individuo	Estatísticas de Óbitos	INE	Mensal/Anual
	Óbitos Total e no primeiro ano de vida		Óbitos de crianças nascidas vivas que faleceram com menos de um ano de idade. (Meta informação – INE)	Total e no primeiro ano de vida	Individuo	Estatísticas de Óbitos	INE	Mensal/Anual
	Taxa de mortalidade infantil	-	A taxa de mortalidade infantil é o número de crianças que morre antes de completar um ano de idade por cada 1000 crianças nascidas com vida.	Taxa de mortalidade infantil	Taxa	Estatísticas de Nados-Vivos	INE	Mensal/Anual

AMBIENTE

	Indicador proposto	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Periodicidade
Ambiente	Despesas dos municípios em ambiente per capita: por domínios de gestão e proteção ambiental - Ambiente, Energia e Território	Atividades de Gestão e Proteção do Ambiente - Qualquer atividade que vise manter ou restabelecer pela prevenção a limpeza do meio ambiente. Incluem-se, igualmente, as atividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu "habitat", a conservação dos "sítios", assim como, as atividades de investigação e desenvolvimento, de controlo e análise das condições ecológicas. (Meta informação – INE)	<u>Despesas dos municípios em ambiente per capita: por domínios de gestão e proteção ambiental</u>	Euro	Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente	INE	Anual
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante - Ambiente, Energia e Território	Resíduo urbano -Resíduo proveniente das habitações privadas bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes das habitações. (Meta informação – INE)	<u>Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante</u>	KG/Habitante	IACSB (até 2001) Estatísticas dos Resíduos Municipais (a partir de 2002)	INE (até 2001) INE; APA/MA (a partir de 2002)	Anual
	População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR) (%) (1995-2009) - Ambiente, Energia e Território	Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) - Instalação que permite a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais em que se sujeitam as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização. (Meta informação – INE)	<u>População com ETAR (%) (1995-2009)</u>	%	IACSB (até 2005) INSAAR (a partir de 2006)	INE (até 2005) INAG/MA (a partir de 2006)	Anual

	<p>População servida por sistemas públicos de abastecimento de água (%) - Ambiente, Energia e Território</p> <p>Sistema de Abastecimento de Água -O abastecimento de água é o sistema de captação, tratamento e distribuição da água canalizada.</p>	<p><u>População com sistemas de abastecimento de água (%)</u></p>	<p>%</p>	<p>IACSB (até 2005) INSAAR (a partir de 2006)</p>	<p>INE (até 2005) INAG/MA (a partir de 2006), PORDATA</p>	<p>Anual</p>
--	---	---	----------	---	---	--------------

CULTURA

	Indicador proposto	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Periodicidade
Cultura	Despesa corrente das Câmaras Municipais em cultura e desporto: total e por domínio cultural (2013-) - Cultura	Os valores apresentados para Portugal, NUTS e ilhas podem não corresponder à soma dos municípios por questões de arredondamento automático.	Despesa corrente das Câmaras Municipais em cultura e desporto: total e por domínio cultural (2013-)	Euros	Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais	INE	Anual
	Museus: total de visitantes, visitantes escolares e estrangeiros - Cultura	Museu - Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-nos para estudo, educação e lazer. (Meta informação – INE)	Museus: total de visitantes, visitantes escolares e estrangeiros	Nº	Inquérito aos Museus	INE	Anual
	Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária: número de espaços - Cultura	Espaço de exposição - Qualquer local de acolhimento de uma exposição de arte com fim não essencialmente económico. (Meta informação – INE) Galeria de arte - Local de exposição e simultaneamente de venda de obras de artes plásticas com calendarização e temporada definidos, com fins lucrativos. (Meta informação – INE)	Galerias de arte: espaços	Nº	Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias	INE	Anual
	Cinema: espectadores por mil habitantes - Cultura	Ecrã/Cinema - Superfície ou quadro branco, geralmente retangular, sobre o qual se projetam imagens luminosas, fixas ou em movimento. (Meta informação – INE) Espetador -Indivíduo que possui direito de ingresso, pago ou gratuito, para uma sessão de espetáculo. (Meta informação – INE)	Espectadores por mil habitantes	%	Inquérito aos Espetáculos Públicos (até 1998) Inquérito ao Cinema (1999-2003)	INE, INE (até 2003) ICA/MC (a partir de 2004), PORDATA	Anual
	Espetáculos ao vivo: sessões - Cultura	Espetáculo -Criação ou produção artística de uma obra cinematográfica, teatro, concerto ou de outras modalidades de espetáculo (ópera, dança, recitais, coros, folclore, circo, tauromaquia, multidisciplinares, misto). (Meta informação – INE)	Espetáculos ao vivo: espectadores por mil habitantes	%	Inquérito aos Espetáculos ao Vivo	INE	Anual

SEGURANÇA

Áreas de análise	INDICADOR PROPOSTO	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Periodicidade
Segurança	Crimes registados pelas polícias por mil habitantes - Justiça e Segurança	Crime - Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática. (Meta informação – DGPJ/MJ)	Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	N.º	Recenseamento (administrativo)	DGPJ/MJ	Anual
	Crimes Registados por tipo	Crime contra: as pessoas, o património, a vida em sociedade, o estado, a identidade cultural e integridade pessoal, animais de companhia e legislação avulsa	Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	Crimes	Recenseamento (administrativo)	DGPJ/MJ	Anual
	Crimes Registados por categoria	Furto em residência - Esta categoria corresponde a "Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas." Furto em edifício comercial ou industrial -Esta categoria corresponde a "Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas. Outras Categorias: Violência doméstica contra cônjuge ou análogo, furto em veículo motorizado	Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	Crimes	Recenseamento (administrativo)	DGPJ/MJ	Anual

PARTICIPAÇÃO

Áreas de análise	INDICADOR PROPOSTO	Descrição	Disponibilidade da informação	Unidade	Fonte	Entidade responsável	Periodicidade
Participação	<u>Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais - Eleitoral</u>	Taxa de abstenção - Coeficiente, em geral expresso em percentagem, darelação entre eleitores que se abstiveram e o universo eleitoral dessa eleição (i.e., total de eleitores inscritos no Recenseamento Eleitoral e que podem votar em determinada eleição).	Taxa de abstenção nas eleições para as AutarquiasLocais	%	Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) Escrutínio Provisório (votantes)	SGMAI	Anual (eleitores) Normalmente de 4 em 4 anos (votantes)

ANEXO II - CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SECTOR

- Questionário enviado às Entidades do Terceiro Sector (Parte I e Parte III)

DIAGNÓSTICO SOCIAL

O Diagnóstico Social constitui-se como um instrumento dinâmico e participado, que permite conhecer e compreender a realidade social, as suas potencialidades e oportunidades, bem como detetar as principais vulnerabilidades e ameaças e, desse modo, permite conceber um plano de intervenção futuro mais realista e adequado.

Agradecemos, por isso, a colaboração no preenchimento do presente questionário, que se destina a apurar dados e informação privilegiada das Entidades do Terceiro Setor que atuam no concelho de Oeiras e que contribuem para o desenvolvimento social local. Os dados recolhidos servirão de base à elaboração do Diagnóstico Social de Oeiras de e, posteriormente, do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oeiras.

O questionário divide-se em três partes:

Parte I – Dados de identificação da Entidade

Parte II – Respostas Sociais da Entidade

Parte III – Análise da Intervenção da Entidade

* Indicates required question

1. Email *

REGULAMENTO GERAL DE PROTECÇÃO DE DADOS (RGPD)

Informação sobre Tratamento de Dados Pessoais

O Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público n.º 500 745 943, com sede em Oeiras, no Edifício dos Paços do Concelho, sítio no Largo Marquês de Pombal, é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos neste formulário com o propósito de apurar dados e informação privilegiada das Entidades do Terceiro Setor que atuam no concelho de Oeiras e que contribuem para o desenvolvimento social local, e que servirá de base à elaboração do Diagnóstico Social de Oeiras e posteriormente do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oeiras.

Os dados recolhidos são conservados de acordo com os prazos legalmente previstos no Regulamento Arquivístico das Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, na redação conferida pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro.

Para consultar a Ficha de Informação sobre Tratamento de Dados informações detalhadas sobre o tratamento de dados nos eventos organizados pelo Município ou para qualquer informação adicional, reclamação, comunicação de incidentes ou pedido de exercício de direitos, designadamente dos direitos de acesso, retificação, oposição ou limitação do tratamento, apagamento ou retirada do consentimento, os titulares dos dados podem contactar o Encarregado da Proteção de Dados do Município através do endereço de email epd@oeiras.pt, podendo ainda, caso assim o pretendam, apresentar reclamação à autoridade de controlo através dos contactos acessíveis em www.cnpd.pt

Para informações adicionais, por favor consulte a política de privacidade do Município de Oeiras disponibilizada em <https://www.oeiras.pt/politica-privacidade>

2. Estando consciente dos respetivos termos, autorizo o tratamento de dados pessoais pelo Município de Oeiras *

Mark only one oval.

Sim

Não *Skip to section 5 (Agradecemos a sua participação!)*

PARTE 1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nesta parte, pretende-se o levantamento de dados de identificação e caracterização da Entidade.

3. P1.1 - Designação Social: *

4. P1.2 - Localização da Sede: *

Mark only one oval.

- Algés
- Barcarena
- Carnaxide
- Caxias
- Cruz Quebrada/Dafundo
- Linda-a-Velha
- Oeiras e S. Julião da Barra
- Porto Salvo
- Queijas
- Paço de Arcos

5. P1.3 - Código Postal: *

6. P1.4 - Telefone: *

7. P1.5 - Correio Eletrónico: *

8. P1.6- Página internet institucional ou página nas redes sociais: *

9. P1.7- Responsável institucional:

10. P1.8- Ano de início de atividade: *

11. P1.9 - Tipo de Entidade: *

Mark only one oval.

- Entidade Pública sem fins lucrativos
- Entidade Privada sem fins lucrativos
- Entidade Privada com fins lucrativos
- Outro

12. P1.10 - Se respondeu "Outro" na pergunta anterior, por favor especifique qual:

13. P1.11 - Natureza jurídica: *

Mark only one oval.

- Associação
- Associação Empresarial
- Centro Paroquial/Comunitário
- Cooperativa
- Estabelecimento de Ensino ou similar
- Fundação
- Instituto e/ou Confissão Religiosa
- Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
- Organização Não Governamental (ONG)
- Empresa/Sociedade
- Outro

14. P.1.12 - Se respondeu "Outro" na pergunta anterior, por favor indique qual:

15. P1.13 - Dimensão dos corpos sociais ou órgãos de gestão: *

Mark only one oval.

- 1-10 pessoas
- 11-19 pessoas
- 20 ou + pessoas

16. P1.14 - Financiamento da Entidade: *

De entre as opções apresentadas selecione as que representam fontes de financiamento para a sua entidade, sendo que 0 equivale a ausência de financiamento no orçamento total e 5 equivale a uma fonte de financiamento com muito peso no orçamento total

Check all that apply.

	0	1	2	3	4	5
Mecenato	<input type="checkbox"/>					
Privados	<input type="checkbox"/>					
Cotas Sócios	<input type="checkbox"/>					
Mensalidades Utentes	<input type="checkbox"/>					
Administração Local	<input type="checkbox"/>					
Administração Central	<input type="checkbox"/>					
Fundos Comunitários	<input type="checkbox"/>					
Receitas Próprias (Angariação de Fundos,, Negócios Sociais,, etc...)	<input type="checkbox"/>					

17. P1.15 - Caso exista outra fonte de financiamento, para além das indicadas na pergunta anterior, por favor especifique qual e indique o seu peso no orçamento da entidade (1 a 5).

18. P1.16 - Área(s) Geográfica(s) de atuação: *

Check all that apply.

- Algés
- Barcarena
- Carnaxide
- Caxias
- Cruz Quebrada/Dafundo
- Linda-a-Velha
- Oeiras e S. Julião da Barra
- Porto Salvo
- Queijas
- Paço de Arcos
- Âmbito de Intervenção Municipal
- Âmbito de Intervenção Supra-concelhio

19. P1.17 - Período de funcionamento: *

Mark only one oval.

- Em permanência (todo o ano)
- Em permanência (exceto período de férias)
- De forma esporádica

20. P1.18 - Número de Pessoas acompanhadas pela Entidade: *

Mark only one oval.

- 1-29
- 30-49
- 50-74
- 75-100
- 101-200
- 201-300
- 301-400
- 401-500
- 501-750
- 751-999
- 1000 ou +

21. P1.19 - Número de Trabalhadores: *

Mark only one oval.

- 1 a 10
- 11 a 50
- 51 a 250
- 251 a 499
- 500 ou +
- Não se aplica

22. P1.20 - Número de Voluntários *

Mark only one oval.

- 1 a 10
- 11 a 20
- 21 a 29
- 30 ou +
- Não se aplica

23. P1.21 - Área(s) de Intervenção da Entidade: *

Check all that apply.

- Infância e Juventude
- Pessoas Idosas
- Pessoas adultas com deficiência
- Pessoas com doença foro mental ou psiquiátrico
- Pessoas em situação de Sem-Abrigo
- Pessoas com comportamentos aditivos
- Pessoas em situação de dependência
- Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias
- Pessoas vítimas de violência
- Pessoas Migrantes
- Maternidade de Risco
- Família e Comunidade (Carências alimentar, habitacional, económica, etc.)
- Saúde
- Educação
- Reclusos/Ex-reclusos
- Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional
- Segurança/Proteção Civil
- Desporto
- Cultura
- Ambiente
- Outra

24. P.1.22 - Se respondeu "Outra" na pergunta anterior, por favor indique qual:

25. P1.23 - A sua entidade é membro da Rede Social de Oeiras? *

Mark only one oval.

Sim

Não

26. P1.24 - A sua entidade integra algum grupo da Rede Social de Oeiras? *

Mark only one oval.

Sim

Não

27. P1.25 - Se respondeu "Sim" na questão anterior por favor selecione qual(ais):

Check all that apply.

- Crianças e Jovens
- Pessoas Idosas
- Deficiência e Incapacidade
- Rede Integrada de Oeiras para as Migrações e Interculturalidade
- Rede Integrada de Oeiras contra a Violência
- Sem-Abrigo (NIPSA/Oeiras)
- Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional

PARTE 2 - Respostas Sociais da Entidade

Nesta parte, pretende-se efetuar o levantamento das respostas sociais promovidas pela Entidade e, também as respostas que decorram em parceria com outras Entidades.

Para o efeito, agradecemos o preenchimento do ficheiro EXCEL "DSO_Respostas Sociais" (anexado ao email), com tantas linhas quantas as respostas que a entidade promove ou de que é parceira, e a sua devolução para o email
clas.redesocialoeiras@oeiras.pt

Para qualquer esclarecimento poderá contactar +351 214 404 892 |
clas.redesocialoeiras@oeiras.pt

PARTE 3 - Análise da Intervenção da Entidade

Nesta parte, pretende-se que cada Entidade, por relação à(s) sua(s) área(s) de intervenção, apresente uma breve análise sobre as diversas potencialidades e constrangimentos, traduzidos em forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que decorrem da sua presença e intervenção no terreno.



28. P3.1. - Quais os pontos fortes que identifica na sua Entidade e no desenvolvimento da atividade da mesma? (Ex.: O que diferencia a intervenção da sua entidade das restantes; o que os outros veem como sendo a(s) sua(s) força(s), etc.) *

29. P3.2. - Quais as maiores dificuldades que identifica na sua Entidade e no desenvolvimento da atividade da mesma? (Ex.: O que poderiam fazer melhor; quais as queixas mais frequentes sobre a Entidade, etc.) *

30. P3.3. - Quais os fatores externos que se apresentam como oportunidades favoráveis no desenvolvimento da vossa atividade? (Ex.: Os fatores externos que possam contribuir de forma positiva para a resolução dos problemas identificados, etc.) *

31. P3.4. - Quais os fatores externos que se apresentam como ameaças para o desenvolvimento da vossa atividade? (Ex.: Quais os fatores externos ou situações que podem condicionar ou agravar a resolução dos problemas existentes, etc.) *

32. P3.4. - Tendo em conta os aspetos identificados nas perguntas anteriores, * refira por ordem de importância, o que considera ser as principais prioridades a serem fortalecidos nos próximos 10 anos (sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante)

Agradecemos a sua participação!

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google
Forms

ANEXO III - RESPOSTAS SOCIAIS

- Ficheiro Excel enviado às Entidades Sociais (Parte II do Questionário Entidades) para identificação e caracterização das Respostas Sociais;

QUESTIONÁRIO ENTIDADES SOCIAIS - RESPOSTAS SOCIAIS

QUESTIONÁRIO ENTIDADES SOCIAIS - RESPOSTAS SOCIAIS

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Se na questão anterior selecionou "Entidade Parceira", por favor indique a entidade promotora:	EXISTEM PARCEIROS?	Se na questão anterior respondeu "Sim", por favor indique qual/quais:	DESTINATÁRIOS	Se na questão anterior Respondeu "Outro(s)", por favor indique qual(ais):	CAPACIDADE MÁX. DA RESPOSTA (N.º TOTAL DE DESTINATÁRIOS)	NÚMERO DE DESTINATÁRIOS ENQUADRADOS NA RESPOSTA, À DATA:

ANEXO IV - EMPRESAS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Questionário enviado às Empresa parceiras do Programa Oeiras Solidária (POS) no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa.

DIAGNÓSTICO SOCIAL

* Indicates required question

A Rede Social é um programa criado pela Segurança Social, que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.

O Diagnóstico Social, desenvolvido no âmbito da Rede Social de Oeiras, constitui-se como um instrumento dinâmico e participado, que permite conhecer e compreender a realidade social, as suas potencialidades e oportunidades, bem como detetar as principais vulnerabilidades e ameaças e, desse modo, permite conceber um plano de intervenção futuro mais realista e adequado.

Agradecemos, por isso, a colaboração no preenchimento do presente questionário, que se destina a aferir, junto das entidades parceiras do Programa Oeiras Solidária (POS), a percepção sobre o trabalho que realizam no âmbito da Responsabilidade Social no território de Oeiras, na relação com as Entidades do Terceiro Setor que contribuem para o desenvolvimento social local. Os dados recolhidos servirão à elaboração do Diagnóstico Social de Oeiras e, posteriormente, do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oeiras.

REGULAMENTO GERAL DE PROTECÇÃO DE DADOS (RGPD)

Informação sobre Tratamento de Dados Pessoais

O Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público n.º 500

745 943, com sede em Oeiras, no Edifício dos Paços do Concelho, sítio no Largo Marquês de Pombal, é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos neste formulário com o propósito de apurar dados e informação privilegiada das Entidades do Terceiro Setor que atuam no concelho de Oeiras e que contribuem para o desenvolvimento social local, e que servirá de base à elaboração do Diagnóstico Social de Oeiras e posteriormente do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oeiras.

Os dados recolhidos são conservados de acordo com os prazos legalmente previstos no Regulamento Arquivístico das Autarquias Locais,

aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, na redação conferida pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro.

Para consultar a Ficha de Informação sobre Tratamento de Dados

informações detalhadas sobre o tratamento de dados nos eventos organizados pelo Município ou para qualquer informação adicional, reclamação, comunicação de incidentes ou pedido de exercício de direitos, designadamente dos direitos de acesso, retificação, oposição ou limitação do tratamento, apagamento ou

retirada do consentimento, os titulares dos dados podem contactar o Encarregado da Proteção de Dados do Município através do endereço de email epd@oeiras.pt, podendo ainda, caso assim o

pretendam, apresentar reclamação à autoridade de controlo através dos contactos acessíveis em www.cnpd.pt

Para informações adicionais, por favor consulte a política de privacidade do Município de Oeiras disponibilizada em <https://www.oeiras.pt/politica-privacidade>

1. Estando consciente dos respetivos termos, autorizo o tratamento de dados pessoais pelo Município de Oeiras

*

Mark only one oval.

Sim

Não *Skip to section 3 ()*

2. P1. Denominação da Empresa: *

3. P2. Contacto Email: *

4. P3. Contacto Telefónico: *

5. P4. Localização da empresa no concelho de Oeiras: *

Check all that apply.

- Algés
- Barcarena
- Carnaxide
- Caxias
- Cruz Quebrada/Dafundo
- Linda-a-Velha
- Oeiras e S. Julião da Barra
- Porto Salvo
- Queijas
- Paço de Arcos
- Outra. Qual?

6. P5. Se escolheu a opção "Outra" na pergunta anterior, por favor refira qual:

7. P6. Código Postal

8. P7. Número de Trabalhadores: *

Mark only one oval.

- 1-10
- 11 a 50
- 51 a 250
- 251 a 499
- 500 ou +
- Não se aplica

9. P8. Como avalia a relação atual entre o tecido empresarial e as entidades sociais do concelho de Oeiras? *

10. P9. Identifique uma ou mais iniciativas realizadas/medidas criadas, no âmbito * da Responsabilidade Social da sua Empresa, para apoio à comunidade do território onde se insere:

11. P10. No âmbito da Responsabilidade Social da sua empresa, que recursos adicionais poderiam ser mobilizados para apoiar as entidades sociais locais? *

12. P11. De que forma entende que os serviços prestados pelas entidades sociais * se podem adequar às necessidades da sua empresa e trabalhadores? E em que áreas de intervenção?

13. P12. Que estratégias considera que podem ser promovidas para fortalecer a relação colaborativa entre o tecido empresarial e as entidades do 3º sector? *

14. P13. Sugestões ou comentários finais:

Skip to section 3 ()

Agradecemos a sua participação!

Untitled Section

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms

ANEXO V - MUNICÍPES

Material de divulgação;

- Questionário Munícipes;



DIAGNÓSTICO

SOCIAL

DE OEIRAS

QUEREMOS A SUA OPINIÃO. PARTICIPE!

RESPONDA ATÉ 8 MARÇO

QUESTIONÁRIO DISPONÍVEL



DIAGNÓSTICO

SOCIAL

DE OEIRAS

O Diagnóstico Social constitui-se como um instrumento dinâmico e participado, que permite conhecer e compreender a realidade social, as suas potencialidades e oportunidades, bem como detetar as principais vulnerabilidades e ameaças, permitindo, desse modo, conceber um plano de intervenção futuro mais realista e adequado para o concelho neste âmbito.

Encontrando-se o Município de Oeiras, através do Programa Rede Social, em fase de atualização deste documento de planeamento, consideramos ser de grande relevância podermos obter a percepção dos munícipes de Oeiras, sobre as áreas de intervenção social em que consideram ser mais importante investir nos próximos 4 anos e propostas de medidas a implementar.

Responda ao breve questionário, acessível através do QR CODE e, também, do link: <https://forms.gle/rhF6xTe3RJxX7cnH9>.

Queremos a sua opinião. Participe!

Em Oeiras trabalhamos para melhorar o seu futuro!

A Rede Social é um programa criado pela Segurança Social, que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.

O Diagnóstico Social, desenvolvido no âmbito da Rede Social de Oeiras, constitui-se como um instrumento dinâmico e participado, que permite conhecer e compreender a realidade social, as suas potencialidades e oportunidades, bem como detetar as principais vulnerabilidades e ameaças e, desse modo, permite conceber um plano de intervenção futuro mais realista e adequado.

Encontrando-nos em fase de atualização deste documento de planeamento, consideramos ser de grande relevância podermos obter a percepção dos munícipes de Oeiras, sobre as áreas de intervenção social em que consideram ser mais importante investir nos próximos 4 anos e propostas de medidas a implementar.

Contamos com a sua participação!

* Indicates required question

1. REGULAMENTO GERAL DE PROTECÇÃO DE DADOS (RGPD)

Informação sobre Tratamento de Dados Pessoais

O Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público n.º 500 745 943, com sede em Oeiras, no Edifício dos Paços do Concelho, sito no Largo Marquês de Pombal, é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos neste formulário com o propósito de apurar dados e informação privilegiada das Entidades do Terceiro Setor que atuam no concelho de Oeiras e que contribuem para o desenvolvimento social local, e que servirá de base à elaboração do Diagnóstico Social de Oeiras e posteriormente do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oeiras.

Os dados recolhidos são conservados de acordo com os prazos legalmente previstos no Regulamento Arquivístico das Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, na redação conferida pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro.

Para consultar a Ficha de Informação sobre Tratamento de Dados informações detalhadas sobre o tratamento de dados nos eventos organizados pelo Município ou para qualquer informação adicional, reclamação, comunicação de incidentes ou pedido de exercício de direitos, designadamente dos direitos de acesso, retificação, oposição ou limitação do tratamento, apagamento ou retirada do consentimento, os titulares dos dados podem contactar o Encarregado da Proteção de Dados do Município através do endereço de email epd@oeiras.pt, podendo ainda, caso assim o pretendam, apresentar reclamação à autoridade de controlo através dos contactos acessíveis em www.cnpd.pt

Para informações adicionais, por favor consulte a política de privacidade do Município de Oeiras disponibilizada em <https://www.oeiras.pt/politica-privacidade>

2. Estando consciente dos respetivos termos, autorizo o tratamento de dados pessoais pelo Município de Oeiras

Mark only one oval.

Sim

Sim

Não

○ Não

Untitled Section

3. P1. De acordo com a lista apresentada refira quais são, na sua opinião, as áreas de intervenção social prioritárias para o Concelho de Oeiras nos próximos 5 anos (escolha até 5 opções):

Check all that apply.

- Infância e Juventude
- Crianças e Jovens em Risco
- Pessoas Idosas
- Pessoas com deficiência e/ou incapacidade
- Pessoas com doença foro mental ou psiquiátrico
- Pessoas em situação de Sem-Abrigo
- Pessoas com comportamentos aditivos (Ex: consumo de substâncias tóxicas, adição ao jogo, etc.)
- Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias
- Pessoas vítimas de violência
- Pessoas Migrantes
- Família e Comunidade (Carências alimentar, habitacional, económica, etc.)
- Igualdade de Género
- Saúde
- Educação
- Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional
- Segurança/Proteção Civil
- Desporto
- Cultura
- Ambiente
- Outra

4. P2. Se escolheu a opção “Outra” na pergunta anterior, refira qual(is)?

5. P3. Tendo em conta as áreas de intervenção escolhidas na Pergunta 1, identifique que tipo medidas considera que deveriam ser implementadas:

Untitled Section

Antes de submeter o questionário, e para uma melhor análise às suas respostas, agradecemos o preenchimento de alguns dados de caraterização:

6. Faixa Etária: *

Mark only one oval.

- 18-29
- 30-54
- 55-64
- 65-79
- 80 e +

7. Sexo *

Mark only one oval.

- Masculino
- Feminino
- Outro

8. Nível de Escolaridade *

Mark only one oval.

- Sem Escolaridade
- 1º Ciclo
- 2º Ciclo
- 3º Ciclo
- Ensino Secundário
- Ensino Superior

9. Área de residência *

Mark only one oval.

- UF de Oeiras, Paço de Arcos, Caxias
- UF de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada, DafundoUF
- de Carnaxide e Queijas
- Freguesia de Barcarena
- Freguesia de Porto Salvo

Obrigada pela sua colaboração e contributo para a melhoria do nosso território!

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms



**REDE
SOCIAL
OEIRAS**

OEIRAS  **VALLEY**

MUNICÍPIO OEIRAS

Câmara Municipal
de Oeiras

